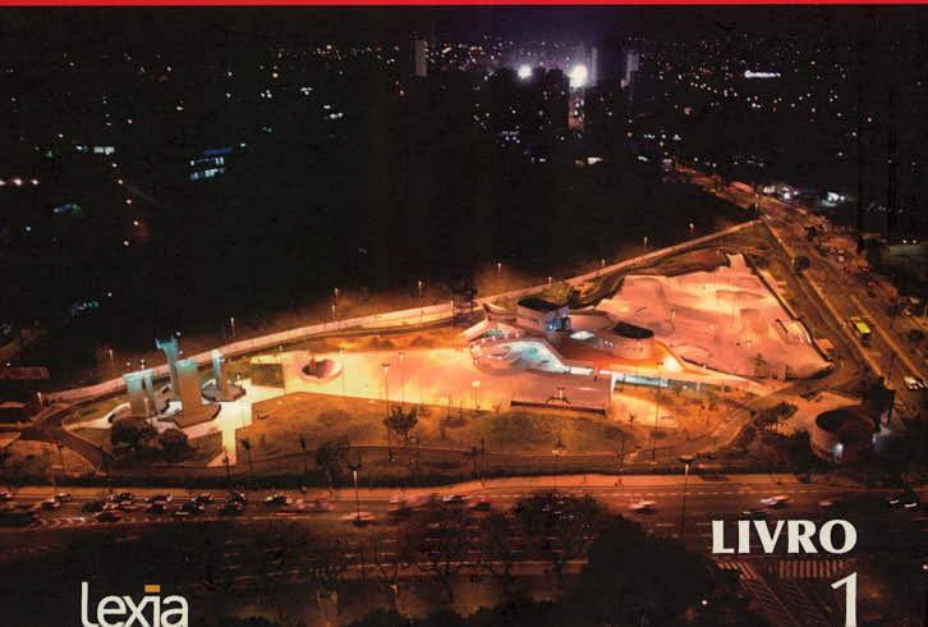




**V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura
SÃO BERNARDO DO CAMPO / 2010**

ENTRE O URBANO E A NATUREZA: A INCLUSÃO NA AVENTURA



**LIVRO
1**

lexia

Esta coletânea, subsidiada pelo Fundo de Apoio ao Esporte do Município, em trabalho conjunto entre o Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/UNESP Rio Claro, SP) e a Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), com o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/Ministério do Esporte, tem como propósito divulgar o teor das palestras ministradas no V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), realizado em julho de 2010, em São Bernardo do Campo (SP), além de contribuições de textos preparados por alguns membros da comissão científica deste evento.

Refletir sobre as diversas possibilidades de manifestação da aventura, seja no contexto do lazer, do turismo ou do esporte, seja em ambientes artificiais, urbanos, ou naturais, é uma tarefa importante e emergente na atualidade, a qual foi incumbida a importantes professores do segmento que, nesta oportunidade, está sendo concretizada.

V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura

SÃO BERNARDO DO CAMPO / 2010

**ENTRE O URBANO
E A NATUREZA:
A INCLUSÃO
NA AVENTURA**

V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura

SÃO BERNARDO DO CAMPO / 2010

ENTRE O URBANO E A NATUREZA: A INCLUSÃO NA AVENTURA

Organizadores:

Alcyane Marinho – Eduardo Tadeu Costa – Gisele Maria Schwartz

Autores:

Alessandro de Freitas – Alcyane Marinho
Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro – David Le Breton
Dimitri Wuo Pereira – Flávio Antônio Ascânio Lauro
Gisele Maria Schwartz – Giselle Helena Tavares
José Antonio Basso Scaleante – Jossett Campagna
Laércio Claro Pereira Franco – Luciano Andrade Bernardes
Mirleide Char Bahia – Oscarlina Aparecida Furquim Scaleante
Ricardo Ricci Uvinha – Sidnei Raimundo – Vamir dos Santos

editora
Lexia
SÃO PAULO - 2011

editora
Lexia

© Editora Lexia Ltda, 2010. São Paulo, SP

CNPJ 11.605.752/0001-00

www.editoralexia.com

Conselho Editorial

Fabio Aguiar
Alexandra Aguiar

Diagramação e capa

Equipe Lexia

Projeto gráfico

Fabio Aguiar

Revisão

Bianca Briones

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

P866e

Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura / Dimitri Wuo Pereira ... [Et al.]. V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. - São Paulo: Lexia, 2011.

180 p.

ISBN 978-85-63557-47-6

1. Estudos - Lazer. 2. V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventuras. I. Freitas, Alessandro de. II. Marinho, Alcyane. III. Teodoro, Ana Paula Evaristo Guizarde. IV. Breton, David Le. V. Pereira, Dimitri Wuo. VI. Lauro, Flávio Antônio Ascânio. VII. Schwartz, Gisele Maria. VIII. Tavares, Giselle Helena. IX. Scaleante, José Antonio Basso. X. Campagna, Jossett. XI. Franco, Laércio Claro Pereira. XII. Bernardes, Luciano Andrade. XII. Bahia, Mirleide Chaar. XIV. Scaleante, Oscarlina Aparecida Furquim Scaleante. XV. Uvinha, Ricardo Ricci. XVI. Raimundo, Sidnei. XVII. Santos Vamir dos. XVIII. Título.

CDD -248.73

Ao adquirir um livro você está remunerando o trabalho de escritores, diagramadores, ilustradores, revisores, livreiros e mais uma série de profissionais responsáveis por transformar boas ideias em realidade e trazê-las até você.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser copiada ou reproduzida por qualquer meio impresso, eletrônico ou que venha a ser criado, sem o prévio e expresso consentimento do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

COORDENADOR GERAL DO V CBAA

Eduardo Tadeu Costa

Foi com muita satisfação que sediamos o V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura.

Após Balneário Camboriú/ SC, Governador Valadares/ MG, Santa Teresa/ ES e Chapada Diamantina/ BA, localidades onde contou com destacados atrativos naturais como cenário, o CBAA se instalou no ABC paulista, considerada uma das regiões mais industrializadas do país, para vivenciar em São Bernardo do Campo sua peculiar divisão entre ambiente urbano e natural.

A ideia de sediar esta atividade surgiu durante uma visita ao Parque de Esportes Radicais do município. Naquela ocasião, com a participação dos Professores Dimitri e Paulo Henrique, tratávamos da demanda crescente por atividades de aventura nas grandes cidades, da necessidade da formação dos gestores daí decorrente, bem como do direito de diferentes segmentos sociais incluírem-se nestas experiências.

Desta maneira, em sua gênese, podemos afirmar que a temática proposta neste congresso teve como pressupostos a dimensão do esporte de lazer como preocupação central, o desenvolvimento de políticas públicas para os esportes não convencionais e a atividade de aventura como vetor de desenvolvimento econômico e social.

A clareza nesta orientação agregou três parceiros nesta realização: O Laboratório dos Estudos do Lazer da UNESP Rio Claro, o Ministério

do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e a Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Os esforços conjuntos dos diferentes membros destas três instituições puderam conceber, organizar e implementar esta atividade que gerou esta publicação.

Cientes das dificuldades que enfrentamos neste processo de trabalho, agradecemos a todos aqueles que se envolveram na organização deste congresso.

Agradecemos também a presença de todos os inscritos, ou sejam, 439 pessoas oriundas de diferentes localidades do estado de São Paulo e de outros 12 estados da nação. Este número constitui uma nova marca para o CBAA e desde já torcemos para que seja superada na próxima edição, tornando ainda mais vigorosa esta realização.

Nossa comissão científica aprovou 21 temas livres e 68 pôsteres e programou duas conferências e 3 mesas de debates, que integradas a 27 oficinas, lançamentos de livros, grupos temáticos e uma feira de expositores compôs a programação deste congresso.

Visando propagar o conhecimento nesta ocasião produzido, além dos anais do V CBAA, organizamos esta publicação que reúne contribuições dos especialistas presentes nesta edição.

A nosso ver, nas atividades de aventura são encontradas possibilidades diferenciadas para o desenvolvimento da cooperação, da confiança e do respeito aos patrimônios socioculturais e ambientais. Tomando como desafio a ampliação da prática destas manifestações de nossa cultura corporal, e portanto buscando a multiplicação destas atitudes, é que desejamos a todos uma excelente leitura!



ENTRE O URBANO E A NATUREZA: A INCLUSÃO NA AVENTURA

REALIZAÇÃO



**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

GOVERNO DA INCLUSÃO



APOIO

Ministério
do Esporte

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PREFEITO:

LUIZ MARINHO

Prefeito Municipal de São Bernardo do Campo

FUNDO DE APOIO AO ESPORTE

PRESIDENTE:

JOSÉ LUIS FERRAREZI

Secretário de Esportes e Lazer

MEMBROS:

LUIZ CARLOS DANTAS

FÁBIO BALOTTA DE OLIVEIRA

Diretores da Secretaria de Esportes e Lazer

HELIODORO DE LIMA NASCIMENTO

JURANDIR DIONÍSIO

Representantes das Ligas Esportivas

VALTER MOURA JUNIOR

Representante da Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do
Campo – ACISBEC

IVAN FELICIANO SILVA

Representante do Poder Legislativo Municipal:

Organizadores e Comissão Científica do V CBAA

COORDENAÇÃO GERAL:

Eduardo Tadeu Costa

Dimitri Wuo Pereira

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Coordenação: Paulo Henrique dos Santos

Alan Jonas de Freitas Silva

Carolina Schenatto Gutierres

Eduardo Lazzuri

Juliano Mendonça

Marcos Warschauer

Meire Vila Domingues

Renata Laudi de Abreu Caldeira

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Coordenação: Gisele Maria Schwartz

Álan Schmidt

Alcyane Marinho

Alessandro de Freitas

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

Cristiane Naomi Kawaguti

Danilo Roberto Pereira Santiago

Dimitri Wuo Pereira

Eduardo Tadeu Costa

Gerson dos Santos Leite

Gisele Maria Schwartz

Giselle Helena Tavares

Priscila Raquel Tedesco da Costa Trevisan

Sandro Carnicelli Filho

Tiago Nicola Lavoura

COMISSÃO DE OFICINAS E FEIRA DE AVENTURA:

Coordenação: Dimitri Wuo Pereira

Emerson Queiroz

Maurício Pires de Araujo

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

Coordenação: Ana Paula Cunha

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

Marcos Warschauer

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
COLETÂNEA DO V CBAA	
ENTRE O URBANO E A NATUREZA:	
A INCLUSÃO NA AVENTURA	
Alcyane Marinho	15
1 APRESENTAÇÃO DOS AUTORES	19
2 AS ATIVIDADES DE AVENTURA	
NO MERCADO CORPORATIVO	
Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro	27
3 CONFERÊNCIA DE ABERTURA	
DOS JOGOS DE MORTE AO JOGO	
DE VIVER NA MONTANHA:	
SOBRE O ALPINISMO SOLITÁRIO	
David Le Breton	37

4 A INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA AVENTURA: “SUPERANDO PARADIGMAS”	59
Alessandro de Freitas; Dimitri Wuol Pereira	
5 SKATE: DE VILÃO A MOCINHO	69
Flávio Antônio Ascânio Lauro	
6 AS ATIVIDADES DE AVENTURA E A CONFIGURAÇÃO DO ESTILO PRÓ-AATIVO NO LAZER	75
Gisele Maria Schwartz; Jossett Campagna; Giselle Helena Tavares	
7 A ADAPTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVENTURA NA ESTRUTURA DA ESCOLA	89
Laércio Claro Pereira Franco	
8 ATIVIDADES DE AVENTURA EM AMBIENTES ARTIFICIAIS	103
Luciano Andrade Bernardes	
9 A GESTÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E AS ATIVIDADES DE AVENTURA	113
Mirleide Char Bahía	
10 SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	127
José Antonio Basso Scaleante; Oscarlina Aparecida Furquim Scaleante; Vamir dos Santos	

11 AS ATIVIDADES DE AVENTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DESSAS PRÁTICAS NA NATUREZA Sidnei Raimundo	141
12 AS ATIVIDADES DE AVENTURA NO CONTEXTO URBANO: CENÁRIOS E POTENCIALIDADES Ricardo Ricci Uvinha	159
13 CONEXÕES ENTRE LAZER, ESPORTE E NATUREZA Alcyane Marinho	169

APRESENTAÇÃO

COLETÂNEA DO V CBAA ENTRE O URBANO E A NATUREZA: A INCLUSÃO NA AVENTURA

Alcyane Marinho

O lazer tem sido foco crescente de interesse pela ciência em diversos estudos, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o que ressalta a diversidade nas abordagens, apontando as mudanças de valores e paradigmas atuais referentes a esse tema. O significado desse interesse em focalizar o lazer como campo de estudo tem inúmeras justificativas e causas, especialmente pautadas na possibilidade de se perscrutar os objetivos, expectativas e desejos diretamente associados a vivências humanas mais significativas.

Essas relevantes discussões são temas cada vez mais presentes nos estudos no âmbito do lazer, tendo em vista a necessidade de mudanças constantes e assimilação de novos valores vigentes. No sentido de fomentar as reflexões sobre os impactos culturais de tais alterações axiológicas, surge o Laboratório de Estudos do Lazer (LEL). Criado em abril de 2000, no Departamento de Educação Física, do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro (SP), o LEL tem como proposta o desenvolvimento de estudos, pesquisas e intervenções relativos às diversas temáticas componentes do lazer, englobando uma diversidade de enfoques. São focalizadas as questões sociais do lazer, em diferentes contextos, atreladas às noções de tempo livre e trabalho e às especulações sobre a cultura da vivência do lazer e suas discrepâncias, como a desigualdade de oportunidades, o surgimento da indústria do consumo do lazer, entre tantos outros.

Com base no crescente interesse por atividades de aventura, a área do lazer, igualmente, vem dedicando maior atenção a estas práticas, as quais merecem o olhar mais atento e constante das mais diferentes áreas de conhecimento.

As atividades de aventura representam um campo bastante vasto de atuação e pesquisa, tendo em vista que não há uma precisão sobre quais atividades podem ser designadas sob este termo, incluindo experiências em terra, água e ar. Questões sobre a formação profissional, as competências requeridas para o exercício da profissão; a segurança; a didática; entre diversas outras, são temas constantemente abordados e que merecem devida reflexão e análise.

Diante deste amplo interesse e contraditória problemática existente sobre o fenômeno, o LEL se mobilizou para organizar um encontro específico sobre a temática, com o intuito de oportunizar um avanço qualitativo para o segmento.

Nesta perspectiva, surgiu o Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA) por intermédio da iniciativa do LEL, motivado pelo crescimento emergente do interesse de pesquisadores e profissionais em encontrar um espaço de discussão para investigar respostas às problemáticas envolvendo as atividades de aventura na natureza, vem se tornando um polo de reflexões reconhecido nacionalmente.

O CBAA é um evento científico, de caráter itinerante, que tem como objetivo ser um polo de reflexões, implementando as discussões acerca do universo das atividades de aventura, congregando múltiplos olhares sobre a temática do lazer na atualidade, gerindo e disseminando essas informações e conhecimento em todo o território nacional.

Sua primeira versão (I CBAA, 2006) foi realizada em Balneário Camburiú (SC) com a participação de cerca de 70 congressistas, discutindo “A aventura no Brasil”. O II CBAA (2007) foi realizado na Universidade de Governador Valadares/UNIVALE (MG), norteando a temática “Atividades de Aventura e Desenvolvimento Regional”, sendo organizado em uma parceria do LEL com o Curso de Educação Física da UNIVALE, contando com 142 participantes. O III CBAA (2007) aconteceu na cidade de Santa Teresa (ES), sob a organização do LEL em parceria com o Curso

de Educação Física e do Núcleo Universitário de Ar Livre (NUAr). A temática do congresso foi “Conquistando Novas Vias”, tendo a participação de 230 congressistas. IV CBAA desenvolveu-se em Mucugê, na Chapada Diamantina (BA), em parceria do LEL com a Rede de Ensino FTC e seus programas de extensão FTC Verde e FTC Ativa. O V CBAA, em 2010, foi realizado na cidade de São Bernardo do Campo (SP), em trabalho conjunto entre o LEL e a Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), e com o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/Ministério do Esporte, tendo a participação de 272 congressistas.

Neste contexto, esta coletânea, subsidiada pelo Fundo de Apoio ao Esporte do Município, tem como propósito divulgar o teor das palestras ministradas no V CBAA, além de contribuições de textos preparados por alguns membros da comissão científica deste evento.

Refletir sobre as diversas possibilidades de manifestação da aventura, seja no contexto do lazer, do turismo ou do esporte, seja em ambientes artificiais, urbanos, ou naturais, é uma tarefa importante e emergente na atualidade, a qual foi incumbida a importantes professores do segmento que, nesta oportunidade, está sendo compartilhada com vocês.

Uma ótima leitura a todos!

1 APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

1.1 ALESSANDRO DE FREITAS

Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (2007). Graduado em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (2003). É árbitro colaborador Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas. Atualmente é professor de ensino superior docente Universidade Nove de Julho - UNINOVE e Universidade Cidade de São Paulo, com ênfase em Educação Física Adaptada, Esportes de Aventura, Atividades Rítmicas e Dança.

1.2 ALCYANE MARINHO

Graduada em Educação Física pela UNESP de Rio Claro (SP). Mestre e Doutora em Educação Física, Área de Estudos do Lazer, pela UNICAMP (Campinas, SP). Pós-doutora pelo Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora adjunta da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (CEFID). Pesquisadora e vice-líder do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL), Unesp de Rio Claro (SP). Organizadora dos livros "Turismo, lazer e natureza"; "Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza" (Ed. Manole) e "Lazer, esporte, turismo e aventura: a natureza em foco" (Ed. Alínea). Atua na área de Educação Física.

1.3 ANA PAULA EVARISTO GUIZARDE TEODORO

Possui graduação em Educação Física - Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (2001). Especialista em Fisiologia do Exercício, Musculação e Avaliação e Prescrição de Exercícios Físicos. Mestranda em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela UNESP de Rio Claro-SP. Membro pesquisador do LEL (Laboratório de Estudos do Lazer) da UNESP de Rio Claro-SP. Atualmente é professora da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul-SP. Tem experiência na área de Medicina Preventiva e Ginástica Laboral.

1.4 DAVID LE BRETON

Sociólogo e antropólogo francês, professor da Universidade Marc Bloch de Estrasburgo, tem aberto novos horizontes para as inúmeras reflexões sobre a vida contemporânea e as relações sociais nela estabelecidas. É autor de diversos livros em francês e, especialmente, alguns já traduzidos para o português: “Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver” (Ed. Papirus, 2009); “As paixões ordinárias. Antropologia das emoções” (Ed. Vozes, 2009); “Compreender a dor” (Ed. Estrela Polar, 2007); “A sociologia do corpo” (Ed. Vozes, 2006); “Sinais de identidade. Tatuagens, piercings e outras marcas corporais” (Ed. Miosótis, 2004); “Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade” (Ed. Papirus, 2003); “Do silêncio” (Ed. Instituto Piaget, 1999).

1.5 DIMITRI WUO PEREIRA

Graduado em Educação Física (USP), Pós-graduado em Administração Esportiva (FMU), Mestre em Educação Física (USJT), professor universitário, pesquisador na área de Esportes Radicais e Aventura, autor dos livros Escalada e Pedagogia da Aventura.

1.6 FLÁVIO ANTÔNIO ASCÂNIO LAURO

Skatista Profissional. Licenciatura Plena em Educação Física (UNISA/SP). Especialização em Fisiologia do Exercício (UNIFESP/SP). Mestrado em Reabilitação (UNIFESP/SP). Professor da Disciplina “Esportes Radicais e de

Aventura” do curso de graduação em Educação Física das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU/SP). Pesquisador Autônomo dos Esportes de Prancha.

1.7 GISELLE HELENA TAVARES

Possui graduação em Educação Física Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Uberlândia Minas Gerais (2008). Atualmente é doutoranda em Ciências da Motricidade - linha de pesquisa Estados Emocionais e Movimento, na UNESP - Instituto de Biociências - Campus de Rio Claro e pesquisadora do LEL - LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO LAZER. Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, recreação e gestão da informação.

1.8 GISELE MARIA SCHWARTZ

Licenciada em Educação Física pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista. É professor Adjunto na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Departamento de Educação Física. Docente no curso de Pós-graduação em Ciências da Motricidade, linha de pesquisa Estados Emocionais e Movimento e no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, na linha de Tecnologias, corpo e cultura. Pesquisa, principalmente, os seguintes temas: psicologia do lazer, atividades físicas de aventura na natureza, ambiente virtual, e-tourism, atitude e conduta lúdica, gestão da informação sobre lazer. Coordenadora do LEL - Laboratório de Estudos do Lazer.

1.9 JOSÉ ANTONIO BASSO SCALEANTE

Formado em Turismo pela PUC-CAMPINAS, foi professor na mesma instituição até final de 2008 no curso de turismo, especialista em Análise de Uso e Conservação de Recursos Naturais pelo NEPAM - UNICAMP, mestre em Geociências também pela UNICAMP, atuando como espeleólogo há 30 anos, dirigiu como presidente, a SBE - Sociedade Bra-

sileira de Espeleologia em dois mandatos, foi tesoureiro do Congresso Internacional de Espeleologia em 2001 no Brasil e participou de vários congressos como palestrante e em atividades relacionadas à espeleologia e turismo espeleológico, consultor de Eco Turismo para o Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, consultor formado pelo Instituto de *Hospitalidade para o Programa de Certificação em Turismo Sustentável*, coordenou a equipe de turismo para elaboração dos Planos de Manejos Espeleológicos de trinta e duas cavernas no Vale do Ribeira, participou da equipe de coordenação para elaboração dos Planos de Contingência de seis parques do Estado de São Paulo e Diretor Proprietário da empresa ESTAÇÃO FLORESTA Assessoria Ambiental e Turismo Ltda.

1.10 JOSSETT CAMPAGNA

Mestre e Doutora em Ciências da Motricidade, UNESP-Campus de Rio Claro, SP, Pedagoga, Psicopedagoga, Assistente Social, Educadora dos Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Superior e de Pós-Graduação. Pesquisadora do LEL - Laboratório de Estudos do Lazer, DEF/UNESP-Rio Claro, SP, Pesquisadora do GPL - Grupo Pesquisa em Lazer - FACEF/UNIMEP, Piracicaba, SP, Pesquisadora do Grupo de Estudos Avançados sobre Inteligência Humana, da USJT, S.Paulo, SP. Autora de inúmeros trabalhos nacionais e internacionais relevantes nas referidas áreas de atuação. Atualmente, atua como Supervisora Local de Estágio, junto aos Cursos Graduação da UNIDERP- Polo Araras, SP.

1.11 LAERCIO CLARO PEREIRA FRANCO

É mestre em Educação Física Escolar pela UNESP (2008), Rio Claro. Possui Especialização em Pedagogia do Esporte Escolar (2006) na UNICAMP e em Educação: concepções e conhecimento, na São Leopoldo Mandic (2010). É graduado em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela UNICAMP (1989). Atualmente é docente da Faculdade de Educação Física e Esportes da VERIS Faculdades, em Campinas, na graduação e na pós-graduação; professor do curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP),

na COPH/FAISA e da pós-graduação em Atividades de Aventura na FMU e Gama Filho. Membro efetivo do LETPEF, laboratório de estudos da UNESP, Rio Claro, além de professor efetivo da Prefeitura Municipal de Campinas, desde 1991. Tem experiência em vários segmentos da área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar, Atividades de Aventura, Lutas e Futsal/ Futebol

1.12 LUCIANO ANDRADE BERNARDES

Cirurgião Dentista (1991). Profissional de Educação Física (1995). Mestre em Ciências da Saúde - Ênfase em Movimento Humano (2002). Docente em Anatomia Humana e Esportes de Aventura - FIG / UNIMESP. Coordenador - Pós-Graduação em Atividades e Esportes de Aventura - UNIFMU.

1.13 MIRLEIDE CHAAR BAHIA

Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará - UFPA; Mestre em Educação Física - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP; Docente da Universidade Federal do Pará - UFPA; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Lazer - GPL / UNIMEP / CNPq e do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente - NAEA / UFPA / CNPq.

1.14 OSCARLINA APARECIDA FURQUIM SCALEANTE

Graduação em Pedagogia e Geografia pela PUC-Campinas; Mestrado em Geociências pela Unicamp; Docente nos cursos de graduação em turismo das faculdades de Jaguariúna e de Americana; Docente de 2004 a 2008 nas Práticas de Formação de PUC-Campinas "Espeleologia, esporte ou ciência?" Guia de Turismo Nacional pela Embratur; Pesquisadora Instituto Agrônomo de Campinas - IAC. DE 2003 A 2007 no Projeto Anhumas Processo Fapesp 01/02952-1 - Recuperação Ambiental, participação e poder público: uma experiência em Campinas; Curso BACIA DO ANHUMAS - MÓDULO DE RISCOS E UNIDADES AMBIENTAIS em 2007; Co-

ordenadora de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação de Campinas em 2007; Organizadora do I Encontro de Educação Ambiental das Escolas Municipais de Campinas, realizado no mês de setembro de 2007 no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim; Professora efetiva de Geografia na Prefeitura Municipal de Campinas desde 2000.

1.15 RICARDO RICCI UVINHA

Mestre pela FEF/UNICAMP, Doutor pela ECA/USP e Livre-docente pela EACH/USP. Tem experiência de 18 anos de docência no magistério em nível superior. Atualmente, é professor e coordenador no Bacharelado em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo USP. Proferiu diversas palestras sobre Lazer, Turismo e Educação para universidades pelo país e é autor de publicações sobre o tema em forma de livros e artigos científicos. Tem também trabalhos apresentados e publicados em eventos nacionais e internacionais, em que se destacam: Austrália (2001, 2004), Canadá (2008), China (2006), Colômbia (2005, 2010), Egito (1999), Escócia (2000), Espanha (1998, 2000), Estados Unidos (2010), Grécia (2003), Índia (2007), Malásia (2009), Portugal (2008) e Venezuela (2010). Em 2004, atuou como pesquisador visitante na Griffith University (Brisbane, Austrália), tendo na oportunidade desenvolvido atividades de ensino e pesquisa sobre o lazer, turismo, esporte e educação no contexto internacional. Membro atual do Corpo de Diretores da Organização Mundial de Lazer (World Leisure Organization), sociedade científica com sede atual nos Estados Unidos e fundada em 1952 com status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas, promotora, entre outros, do Congresso Mundial de Lazer e da revista científica *World Leisure Journal*, ISSN 0441-9057. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (CNPq/GIEL/USP).

1.16 SIDNEI RAIMUNDO

É bacharel e possui licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de

São Paulo e doutorado em Geografia (na área de análise ambiental e dinâmica territorial) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente é professor doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Tem experiência no gerenciamento de unidades de conservação, na elaboração de planos de manejo e com planejamento e gestão de impactos do ecoturismo e de atividades de lazer e recreação na natureza. Desenvolve sua linha de pesquisa no manejo de áreas protegidas, análise espacial, Geografia do Lazer e do Turismo e gestão de recursos naturais.

1.17 VAMIR DOS SANTOS

Engenheiro Civil pela Faculdade de Engenharia de Sorocaba, 1995; Licenciatura em Matemática pela Universidade de Santo Amaro Polo Registro, 2008; Companhia Energética de São Paulo - eletricitista - 1979/1983; Prefeitura Municipal de Iporanga - Diretor de Obras e Serviços Urbanos - 1983/1985; Companhia Energética de São Paulo - auxiliar de faturamento e arrecadação - 1986/1995; Santa Casa de Misericórdia de Iporanga - provedor - 1996/1997; Prefeitura Municipal de Iporanga - chefe de gabinete - 1996/1998; Silva Santos Construções - Iporanga/SP - Sócio Diretor - 1998/2009; Prefeitura Municipal de Iporanga - Secretário de Meio Ambiente e Turismo - 2005/ 2007; Associação Grupo Voluntário de Busca e Salvamento Polo Petar - presidente - em exercício.

2 AS ATIVIDADES DE AVENTURA NO MERCADO CORPORATIVO

Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro

As atividades de aventura se tornaram uma tendência no meio corporativo, possibilitando a valorização da área e, como consequência, ampliando o mercado de trabalho. Além das atividades de aventura tradicionais, hoje em dia, é possível encontrar atividades com características inovadoras, como por exemplo, o arvorismo itinerante, que pode ser levado de um local para outro, e até, empresas especializadas no atendimento a populações específicas, como crianças, pessoas com necessidades especiais, terceira idade, apresentando um serviço personalizado. Isso possibilita variabilidade nos preços a serem cobrados e aumenta a concorrência entre elas.

Outra modalidade oferecida pelas empresas de aventura na atualidade é o *Outdoor Training*, também conhecido como treinamento ao ar livre, cuja proposta mais difundida, se refere às atividades de aventura no mercado corporativo. De acordo com Dan Junior, Mateus e Souto (2008), o *Outdoor Training* também pode ser chamado de *Corporate Adventure Training*, em português, Treinamento Empresarial ao Ar Livre (TEAL).

A busca pela aventura tornou-se comum em muitas cidades e estados brasileiros, tendo em vista a diversidade natural do país, sendo que esta demanda está interligada a fatores motivacionais relativos a testar limites, autossuperação, desligando-se da rotina do cotidiano ou aliviando as tensões relativas ao trabalho (MACHADO; BARBOZA; PEREIRA, 2008).

Para Marinho e Uvinha (2009) atividades que se associam ao meio ambiente tornam-se alvo de interesse dos mais distintos setores da sociedade, sejam por objetivos ambientais, políticos, econômicos e sociais.

Para atender a essa demanda crescente, muitas empresas procuram engajar, entre suas opções, a oferta de atividades de aventura no contexto do *Outdoor Training*. Entretanto, as informações sobre quais empresas oferecem este tipo de serviço estão esparsas, não havendo um polo de aglutinação e disseminação capaz de configurar uma base sólida para se obter dados a respeito dessa temática, o que motivou o interesse desta reflexão, neste sentido.

Uma das únicas fontes encontradas no ambiente virtual a respeito das empresas que oferecem serviços utilizando as atividades de aventura é o *site* da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Sendo assim, este foi utilizado como base para a captação das informações sobre a oferta de atividades de aventura para atender ao mercado corporativo.

A ABETA foi criada em 1994 por um grupo de empresários (ABREU; TIMO, 2005) que se mobilizaram no intuito de fortalecer os segmentos de ecoturismo e turismo de aventura no Brasil (ABETA, 2010) e, atualmente, possui 294 associados cadastrados, sendo, a maioria (73) sediada no Estado de São Paulo. As empresas estão divididas em diferentes ramos, como: atrativo organizado, empresa de consultoria, meio de hospedagem que oferece turismo de aventura, operadora, organização não governamental, parque nacional e receptivo (ABETA, 2010).

Entre as atividades de aventura, a caminhada é a de maior número oferecida pelos associados da ABETA, com 176 empresas que divulgam o atrativo, seja de curto curso ou longo curso, na maioria das vezes, praticada em trilhas. Em relação, especificamente, às empresas que propõem o *Outdoor Training*, o número chega a 52, presente em nove estados brasileiros (ABETA, 2010).

No Brasil, muitas dessas atividades citadas vêm sendo realizadas no próprio ambiente corporativo (*indoor*) seja em pequenas, médias ou grandes empresas, ou em contato direto com o ambiente natural, visando

o bem-estar dos funcionários e favorecendo o aumento na produtividade. Segundo Alves, Schwartz e Santiago (2009), as empresas, não só estão preocupadas com o bem-estar, mas, com a segurança de seus funcionários, desenvolvendo projetos e programas que favoreçam a melhora da qualidade de vida dos mesmos.

Hoje em dia, é possível presenciar atividades no meio corporativo brasileiro que variam desde a implantação da ginástica laboral à realização da semana interna de prevenção e acidentes de trabalho (SIPAT). Investimentos, por exemplo, na contratação de profissionais de Educação Física, torna-se comum no âmbito dessas empresas. Outras investem não somente em uma área profissional, mas, em uma equipe multidisciplinar, com objetivos preventivos, para melhor acompanhar a saúde do trabalhador, realizando avaliações físicas e metabólicas, campanhas e palestras.

Muitas atividades desenvolvidas no meio corporativo são dirigidas, necessitando-se de um mediador, e, em sua maioria, os mediadores trabalham inserindo estratégias variadas, como os jogos – intelectivos, de tabuleiro ou não, brincadeiras, prática esportiva, teatro, coral, gincanas, aulas de dança e as diferentes maneiras de inserção de atividades de aventura. Podem ser incorporadas a essas práticas algumas vivências em grupo, confecção de painéis temáticos, envolvendo, por exemplo, temáticas ambientais, dramatizações sobre as situações cotidianas da empresa e compromissos sociais. Existem casos em que a empresa implanta ações permanentes, para melhor controle da saúde de seus colaboradores, investindo em academias de ginástica e musculação, montadas na própria empresa.

Outra estratégia que vem sendo difundida no meio corporativo é o treinamento lúdico ou *funtraining* (MORAES; SCHWARTZ, 2009). Neste tipo de proposta constam atividades divertidas, realizadas com os membros da empresa, com a finalidade de promover interação entre os setores e entre pessoas, ou propiciando momentos de recreação e entretenimento. Também está se tornando comum observar empresas que instalam salas específicas de jogos, TV, *videogames*, para que sejam utilizados no tempo livre ou, simplesmente, quando o funcionário sentir vontade, nesse último caso, para as empresas mais liberais. Pode-se notar ainda, empresas

que promovem confraternizações, festas comemorativas, colocando à disposição equipamentos como touro mecânico, praças, lanchonetes, jardins, pista de caminhada. Todas essas iniciativas tendem a visar retorno imediato, em se tratando de satisfação pessoal dos envolvidos e, conseqüentemente, maior possibilidade de lucratividade, pois, conforme se acredita em senso comum, um funcionário feliz rende mais e produz mais.

Os acampamentos podem ser outra opção para o desenvolvimento de atividades dirigidas, especialmente, no atendimento a empresas. Existem acampamentos que trabalham com as atividades de *Outdoor Training*, os quais são chamados de acampamentos organizados, onde se utilizam métodos educativos orientados e pessoal especializado, em ambiente natural. Estes acampamentos oferecem oportunidades de aprendizagem dinâmica da vida em grupo, em termos sadios e democráticos (CIVITATE, 2000). De acordo com Civitate (2000), esses acampamentos são denominados de funcionais, por trabalhar com o desenvolvimento do caráter pessoal, da aprendizagem e dos valores ecológicos e democráticos.

As atividades de aventura na natureza também podem ser incluídas entre as procuradas no mercado corporativo. Na maioria das vezes, torna-se necessária a contratação de empresas especializadas nesse tipo de atendimento, como é o caso dos associados da ABETA, embora, outros ramos profissionais, como por exemplo, as empresas do setor administrativo, de *marketing* ou de pessoas que trabalham com gestão empresarial, também ofereçam as mesmas atividades. Isto demonstra a expansão do mercado da aventura para outras áreas e o desafio, para a área acadêmica, em concentrar essas informações para o desenvolvimento de pesquisas mais fidedignas.

Embora o *Outdoor Training* exista desde a segunda guerra mundial, nos Estados Unidos seu auge foi por volta da década de 80 e, no Brasil, o primeiro seminário desse tipo de atividade aconteceu em 1992 (PACHECO; BATISTA, 2007). Em um estudo realizado por Pacheco e Batista (2007), com 100 estudantes de pós graduação *latu senso*, de uma instituição de ensino da cidade de Ribeirão Preto-SP, que trabalhavam em empresas de pequeno, médio e grande portes, foi perguntado se conheciam o *Outdoor Training* e, cerca de 82%, disseram que não. Nesse mesmo estudo

constatou-se que somente 5% dos entrevistados experienciaram o *Outdoor Training*, demonstrando, neste caso, que, embora o *Outdoor Training* seja opção primordial para algumas empresas, muitas outras, ainda não conhecem ou não acreditam em seus resultados.

Segundo Dan Junior, Mateus e Souto (2008), a necessidade de mudança organizacional levou muitas empresas a aderirem às práticas vivenciais ao ar livre por parte de seus colaboradores, seja por causa da globalização, dos novos conceitos de gestão ou pela necessidade de adaptação a esta nova era, obrigando as empresas a mudar, a inovar para continuarem a existir no mundo contemporâneo. No ponto de vista de Wagner, Baldwin e Roland (1991), o *Outdoor Training* é mais do que um modismo, pode ser considerado uma estratégia eficaz dos recursos humanos, sobretudo para reforçar o espírito de equipe no grupo de trabalho.

A escolha das atividades de *Outdoor Training* depende, especialmente, dos objetivos pretendidos e do perfil da empresa, geralmente, as atividades podem ser desenvolvidas por meio de programas de baixo impacto e alto impacto. As atividades de baixo impacto são as mais procuradas, por não oferecerem riscos, trabalharem dentro dos limites físicos individuais e por valorizarem o trabalho em equipe, enquanto que, as atividades de alto impacto geram riscos maiores, simulando situações de guerra, destacando mais as qualidades individuais dos sujeitos envolvidos (WAGNER; ROLAND, 1992). Mesmo oferecendo risco, as atividades de alto impacto, deverão ter um risco controlado, exigindo maior responsabilidade do instrutor, da empresa de aventura e dos guias (CARNICELLI FILHO, 2006).

Os associados da ABETA que divulgam o serviço de *Outdoor Training*, geralmente, trabalham com atividades que proporcionam a seus participantes um elevado nível de motivação. Atividades de aventura, como o *rafting* e a corrida de orientação, estão entre as mais utilizadas, pois exigem certas habilidades, que vão ao encontro das expectativas das empresas (ABETA, 2010). Devido às novas exigências do mercado de trabalho, a competição aumenta, requerendo do profissional, certo nível de capacitação ou mão de obra especializada para determinado cargo. Mas, além da qualificação, algumas empresas necessitam de perfis específicos, qualidades ou atributos que

atendam a determinadas funções, como, por exemplo, espírito de liderança, perfil empreendedor, comunicabilidade, tomada de decisões, enfim, características que podem ser percebidas ou mesmo destacadas durante a prática do *Outdoor Training*. Pode acontecer ainda, de a empresa contratante especificar como principal objetivo, por meio das atividades ao ar livre, a identificação de detalhes da personalidade de seus funcionários; separando, dentro do grupo, os líderes, os organizados, os frágeis, entre outras habilidades.

Os jogos utilizados no *Outdoor Training*, geralmente, simulam situações parecidas às acontecidas dentro da empresa, exigindo soluções intuitivas perante os problemas apresentados, ou situações que envolvam a capacidade do indivíduo em lidar com a otimização de recursos, tanto em se tratando de desperdício ou falta dos mesmos. Também evidenciam técnicas, por meio das quais se treine a melhoria da comunicação, para assim, facilitar as redes de relacionamento no ambiente de trabalho. O treinamento ao ar livre deverá ser realizado por meio da divisão em grupos heterogêneos, independentemente do nível hierárquico e funções dos participantes, ou seja, chefes relacionando-se com secretárias, gerente com diretor executivo, permitindo maior integração dentro de uma organização (PUPPI, 2007).

A criatividade poderá ser estimulada durante as atividades ao ar livre, permitindo maior liberdade para a exploração das ideias, pois, talvez, em ambientes fechados, sem estímulos, com tarefas rotineiras, o processo criativo sofra certa limitação. Sendo assim, por meio do treinamento vivencial, pessoas saem da rotina com a qual estão habituadas, para uma realidade diferente, mesmo que as tarefas impostas tenham finalidades parecidas.

A adoção de estratégias para melhorar o ambiente corporativo, em especial o *Outdoor Training*, possibilita vivenciar a aventura. Muitos imaginam que a aventura exista somente perante um momento de risco, de extrema pressão, momento este, que vai além do limite físico, mas, uma simples caminhada por uma mata observando a vida silvestre, pode ser, para muitos, uma grande aventura.

O mercado corporativo que contrata poderá ter a iniciativa própria de procurar uma empresa de aventura para realizar o treinamento ao ar livre com seus funcionários. Mas, a empresa de aventura também

poderá divulgar seus serviços, bem como, ir até o meio corporativo, oferecendo o atrativo, ou mesmo, em *sites* próprios ou por intermédio do site da ABETA, como associada, com base nessa possibilidade de exposição das atividades em *links* próprios, nesse *site*. Portanto, a procura pode ser de ambas as partes.

Existem empresas de aventura que preparam uma espécie de *menu*, com as opções de atividades, contendo os objetivos e tipos; outras elaboram projetos e apresentam para diretores ou responsáveis pela contratação, tentando vender, de certa forma, as ideias. As atividades desenvolvidas no *Outdoor Training* são planejadas previamente, onde, geralmente, se confecciona um cronograma, possibilitando melhor entendimento e acompanhamento de tais práticas.

Desta forma, as atividades de aventura no mercado corporativo vêm crescendo no Brasil, aspecto que deve ser levado em consideração, incentivando novas empresas a oferecerem esses atrativos, sendo devidamente preparadas para atender às expectativas das demandas nacionais e internacionais sobre esse mercado, contribuindo para o crescimento contínuo e ordenado dessas atividades.

Referências

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Disponível em: <<http://www.abeta.com.br>. Acesso em: 08/06/2010.

ABREU, J. A. P. ; TIMO, G. F. Normalização e certificação em turismo de aventura no Brasil. In: UVINHA, R. R. (Org). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

ALVES, H. B. ; SCHWARTZ, G. M. ; SANTIAGO, D. P. **O lazer nas empresas de Rio Claro: uma análise das razões e atividades envolvidas**. 2009. Disponível em: <http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_37035911880.pdf>. Acesso em: 06/06/2010.

- CARNICELLI Filho, S. Trabalho, responsabilidade e emoção: a adaptação de instrutores de *rafting*. In: SCHWARTZ, G. M. (Org). **Aventuras na natureza: consolidando significados**. Jundiaí: Fontoura, 2006.
- CIVITATE, H. **Acampamento: organização e atividades**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.
- DAN Junior, E. ; MATEUS, J. ; SOUTO, S. Mudança organizacional: técnicas empregadas para minimizar impactos e gerar comprometimento. **Revista Cadernos de Administração**. Ano 1, v. 1, n. 02 .Jul – Dez/2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/cadernos/Artigos/V2_artigo02.pdf>. Acesso em: 07/06/2010.
- MACHADO, G. S. ; BARBOSA, F. S. ; PEREIRA, L. M. Análise descritiva das emoções encontradas durante a prática de atividades de aventura ao ar livre. **Revista Digital de Educação Física – Movimento**. Ipatinga: Unileste-MG - v.3 - n.2 – Ago/Dez. 2008. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/movimentum/index_arquivos/movimentum_v3_n2_machado_guilherme_barboza_filipe_2_2007.pdf>. Acesso em: 07/06/2010.
- MARINHO, A. ; UVINHA, R. R. (Orgs). **Lazer, esporte, turismo e aventura: a natureza em foco**. Campinas: Alínea, 2009.
- MARINHO, A; BRUHNS, H. T. (Orgs). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.
- MORAES, F. A. U. ; SCHWARTZ, G. M. Treinamento lúdico outdoor. **Lecturas, Educación Física y Deportes, Revista Digital**. Buenos Aires. Ano 13. n.130. 2009.

PACHECO, M. S. ; BATISTA, J. S. *Outdoor training*: um tipo de treinamento e desenvolvimento das empresas aplicado com seus executivos – uma prática considerada inovadora e tardia no Brasil. **Anais...** IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Associação Educacional Dom Bosco. 2007. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos07/1433_OUTDOOR%20TRAINING_SEGeT.pdf>. Acesso em: 06/06/2010.

PUPPI, G. *Outdoor training*: liderança e trabalho em equipe. **Anais...** 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Disponível em: <<http://www.saneamento.poli.ufrj.br/documentos/24CBES/VIII-003.pdf>>. Acesso em: 08/06/2010.

WAGNER, R. J. ; BALDWIN, T. T. ; ROLAND, C. C. *Outdoor training: revolution or fad?* **Training and Development**, March, 1991. p. 51-56.

WAGNER, R. J.; ROLAND, C. C. *How effective is outdoor training?* **Training and Development**, July, p. 61-66, 1992.

3 CONFERÊNCIA DE ABERTURA DOS JOGOS DE MORTE AO JOGO DE VIVER NA MONTANHA: SOBRE O ALPINISMO SOLITÁRIO

David Le Breton

“É a pergunta surge de novo instintiva: por quê? A resposta nunca veio e talvez nunca chegue. Mas quando eu estive no topo inundado de sol, com as brumas abaixo de mim, com ondas ondulantes, uma alegria sem *limite contagiou o* meu coração e invadiu o meu corpo. É a embriaguez daquela hora, passada lá em cima, longe do mundo, na glória das alturas, poderia bastar à justificativa de qualquer loucura.” (Giusto Gervasutti, *Montanhas, minha vida*, Paris, Arthaud, 1949).

3.1 O sabor do risco¹

Se for encarado como um confronto deliberado a si mesmo, o risco deixa de ser um elemento nefasto da existência, uma ameaça insidiosa e má da qual o homem precisa fugir. Não é mais fonte de medo, de angústia, mas um ingrediente para o desenvolvimento de si. Ele é, então, o fato de uma paixão singular, de um gozo que se transforma em modo de vida (Le Breton, 2002). O recalque social da morte, da precariedade, a ilusão de toda potência que guiam muitas dessas atitudes lhe confere um valor redobrado desde que fosse escolhido com conhecimento de causa como um espaço de

1 Neste texto, avancei em parceria, de certa maneira, com Pierre Chapoutot. Estou infinitamente grato por ter me deixado um tempo a mais para a entrega deste texto e, sobretudo, por ter fornecido boa parte da documentação.

soberania. Afastado da esfera coletiva como ameaça, ele chega a gozar do atrativo à espreita de toda ação proibida, ele evoca a transgressão, apesar de uma consciência relativa do perigo que corre. As atividades físicas e desportivas de risco não são somente uma maneira de se colocar fisicamente em jogo com o prazer da prova, elas participam da elaboração contemporânea da identidade, quer dizer, da relação consigo mesmo e com os outros dentro do contexto do individualismo contemporâneo. A sua realização só depende do indivíduo, não há treinador para levá-lo a melhor condição antes da partida. Em sua forma mais radical, testemunham a tentativa de encontrar uma legitimidade da sua existência que as suas relações aos outros não fornecem. Na desorientação contemporânea do sentido, muitos atores estão em busca de sensações para reencontrar um mundo enfim tangível. A sensação substitui o sentido, o real toma o lugar do simbólico. A intensidade dos sentimentos, a mistura de medo e júbilo, que caracterizam essas atividades, constitui uma via de acesso a uma versão mais propícia de si.

O desempenho nas atividades físicas e desportivas de risco é primeiramente a paixão de ser si mesmo (Ehrenberg, 1991, 1995, 1998), ela é uma busca de sentido, de valores, uma busca do seu lugar no mundo, mas com justiça, sem se confrontar com as regras comuns da sociedade, muitas vezes descritas como “hipócritas” pelos adeptos. A legitimidade encontrada nesse confronto deve ser incontestável, mesmo se válida só por si. Evoca uma natureza transmutada em um lugar de revelação a causa da sua inocente moral e das virtudes pessoais de tenacidade, habilidade, coragem que convém desenvolver para chegar ao fim da empreitada. Pelo menos quando ela toma formas radicais, mas esses elementos de análise não estão menos presentes, mesmo se em menor intensidade sem dúvida, em todas essas atividades.

As sensações assim experimentadas são tanto mais solicitadas que o restante da vida é pacificado, tranquilo, protegido de qualquer evento imprevisível, a existência familiar e profissional ao abrigo de todo receio. O discurso profano sobre as atividades físicas e desportivas de risco insiste sobre a falta de estimulação que pesa sobre as existências superprotegidas por regulamentos sociais e conforto técnico das nossas sociedades. Para usufruir de um enraizamento mais sensível para a vida pessoal e “reencon-

trar as suas sensações”, o jogo com o risco é uma via mais gloriosa. Estes ócios criam um longo júbilo e se opõem ao desencantamento do mundo. Provocam momentos de gozo pleno com o qual o indivíduo coloca entre parênteses uma existência que tende a lhe escapar das mãos, ficam imersos neste gosto pela vida do qual sente falta o restante do tempo, sobretudo em sua vida profissional. O fato de recorrer a sensações fortes das práticas físicas de risco aparece como uma respiração necessária do indivíduo.

A projeção tranquila de longa duração com a certeza que nunca nada mudará, que toda surpresa é excluída, suscita o tédio, a indiferença por falta de obstáculos que oferecem ao indivíduo a ocasião de medir o seu valor consigo mesmo. O possível resgate da segurança é enfadonho. Ao contrário, o estabelecimento em condições precárias é raras vezes uma condição feliz e quando investida com paixão pelos atores, gera o medo, a ansiedade frente à irrupção do novo. Assim, nem a segurança, nem o risco são, para o homem, modos de desenvolvimento e criação de si. O gosto pela vida é uma dialética entre risco e segurança que leva a uma atitude de questionamento interno, de se surpreender, de se inventar. Porque temos a possibilidade de perdê-la, a existência é digna de valor. Estes compromissos apaixonados com as atividades desportivas de risco são variações sobre o tema do *memento mori*. Solicitam as mesmas reservas virtuais de gosto pela vida, reavivam este sentimento pleno de existir.

3.2 O alpinismo solitário

O alpinismo estabelece uma relação estreita e permanente com o perigo: os desmoronamentos e queda de pedras, fragmentos de gelo, avalanches, desabamentos, relâmpagos, esgotamento físico, altitude, medos, distrações que levam à perda de uma luva ou de outro instrumento necessário a proteção de si, etc. Uma vigilância a todo instante se impõe frente à meteorologia, ao material, à natureza da parede, à forma física do alpinista. Se for o risco que tempera a atividade, ele não é normalmente procurado por si mesmo, exceto para alguns que só procuram o redobramento do perigo, criando ou guardando desse modo uma notoriedade que pede uma dose regular de façanhas. De maneira bastante recorrente, os adeptos das atividades de risco tendem a

minimizar o risco, ocultam a exposição deliberada a uma série de perigos que não deixam às vezes nenhuma saída como as mudanças climáticas inesperadas. Empenham-se com toda vigilância a reduzi-lo, a pressenti-lo.

Na montanha, há o imponderável, que pode trazer as piores tragédias, mas isso não quer dizer que os alpinistas sejam predestinados a morte, escreve Walter Bonatti. Ao contrário, eles amam a vida com entusiasmo, gostam de se aproximar o mais possível da natureza, tocar de leve se necessário os limites extremos dessa mesma vida para saborear a voluptuosidade do viver intensamente.²

Horror e atração pelo vazio, ambivalência própria ao sentimento do sagrado, o alpinista estabelece uma relação ambígua com o risco. Constrói a sua ascensão lutando simultaneamente contra a rocha e a gravidade. O regozijo surge conseqüentemente do fato de dominar a morte, de se arrancar dela com todo movimento acertado, de sentir a sua força de decisão própria frente ao vazio. O alpinista medita todo gesto sem ignorar o preço a pagar em caso de erro, antecipa muitas ameaças as quais se prepara a encarar, e considera eventualmente a retirada se pressentir ao fracasso.

“Expor-se ao perigo não é a finalidade do jogo, mas faz parte dele, escreve Lionel Terray. Só uma longa experiência com a quantidade de observações que permite armazenar não somente na memória, mas no subconsciente, dá a certos alpinistas a possibilidade de adquirir um tipo de instinto que lhes permite detectar o perigo, e, sobretudo de apreciar a importância da sua ameaça.”³

Entretanto, mesmo o melhor alpinista se deixa também surpreender como atesta toda a história do alpinismo. A prática não é, por consequência, o abandono ao desconhecido, mas uma relação estreita com um risco

2 Walter Bonatti, *A mes montagnes*, Paris, Arthaud, 1962, p. 11.

3 Lionel Terray, *Les conquérants de l'inutile*, Paris, Gallimard, 1961, p. 102.

calculado, com uma situação estudada, sabendo que a qualquer momento, temíveis imprevistos podem fazer abortar as competências mais treinadas. A natureza só pode proporcionar o que tem. O jogo com o limite encontra assim o seu cumprimento. Se o inesperado não estiver à espreita na sombra, a atividade perderia o seu atrativo. Mas acontece que o seu surgimento pode não estar ao alcance do homem. No obstante, a montanha não é um desvio tortuoso para se condenar a morte. Como ela apresenta perigo, não pode de maneira alguma entregar-se a ela sem preparação. A tarefa consiste em avaliar os perigos, a dominar o aleatório enquanto permanecer ao alcance, e caso contrário voltar atrás o mais rápido até um abrigo seguro em situações de perigo. Os alpinistas sabem que a morte pode bater a qualquer momento, mas se esforçam para colocar a sorte ao seu lado.

O solo exige uma concentração a todo instante e uma consciência múltipla e simultânea de todos os dados envolvidos: os gestos, a fadiga, a vigilância do suporte, as condições meteorológicas, a avaliação da duração da ascensão. O movimento e a consciência se inscrevem num acordo, uma musicalidade sem defeitos mesmo se em alguns momentos gestos e consciência se deslocam um instante para avaliar melhor a solidez de uma pegada ou a sua melhor localização. As narrações relatando as expedições insistem sempre na técnica, nos movimentos corporais, nas ferramentas utilizadas, nas dicas que permitem ultrapassar os obstáculos. Todos evocam o prazer do esforço. Nesse contexto cheio de perigo toda decisão, todo gesto tem o seu peso de verdade que permite superar o obstáculo ou ser varrido pelo menor erro de apreciação. Só pode contar consigo mesmo.

Tudo que é genuíno ao desafio coletivo, o uso efetivo da corda para parar uma queda, a substituição do primeiro cansado pelo segundo que passa logo na frente, é proibido ao solitário pensar nesses recursos, que em todas as circunstâncias e a todo ponto de vista, deve-se contar somente com suas próprias reservas e se sair sozinho daquela situação na qual se meteu sozinho. Ninguém poderá sequer dar-lhe um conselho (Léo Seitelberger).

Trata-se de dever somente a si próprio e de ser desse modo na nudez, na pureza dos seus recursos pessoais e isso no sucesso ou no fracasso. Nenhum companheiro está presente para reparar um erro ou chamar a atenção frente a um terreno difícil.

Para Mummery, “o hábito de escalar só dá lugar as muitas e realmente sérias objeções”, pensando no risco multiplicado pelo fato de não beneficiar mais da vigilância e proximidade dos outros, mas ele acrescenta:

nada desenvolve mais rápido e inteiramente as faculdades como a solidão. Ninguém descobre uma fenda tão rápido que a pessoa que é acostumada a cruzar sozinho campos de neve. Ninguém anota com tanto cuidado a linha de ascensão como o que escala rochas e que é obrigado a achar sozinho o caminho de volta. A concentração de todas as responsabilidades e de todo o trabalho num único indivíduo o obriga a adquirir uma habilidade de todo gênero que é difícil ganhar de outra forma.⁴

O alpinismo em solitário é uma temível escola de caráter, pois os únicos recursos a se considerar para realizar o melhor ou evitar o pior estão dentro de si. Mas é conveniente tê-los não só em teoria, mas prática mesmo. Tal é o sentido da palavra de Lucien Devies que faz ascensões em solitário: “a quintessência do alpinismo”.

Mais que nunca o corpo é sabedor de seus atos e não uma máquina submetida ao controle de sua vontade. Isso não significa que essa desapareça, está justamente à flor da pele, destilada na inteligência do gesto. Captadas na ação, as decisões se encadeiam uma a uma com uma necessidade interior que nenhum obstáculo atrapalha, o tempo perde a sua importância. O indivíduo é diluído em seus gestos, longe das preocupações que normalmente lhe atormentam, embrenhado com a parede. A consciência somente ressurge em caso de alerta (fadiga, queda de pedras, temor que anoiteça etc.), abre-se um instante para uma avaliação silenciosa antes de retornar com a tecnicidade do gesto. Da mesma

4 A. F. Mummery, *Le roi Du rocher*, Paris, Hoëbeke, 1995, p. 250.

forma que o solista se deixa penetrar pela música que toca, o alpinista se deixa absorver pela parede em uma mesma dança da matéria e do tempo. A confiança em si, em seus recursos mentais e físicos é necessária para a continuidade. O alpinismo é uma atividade física que não esquece nenhuma parte do corpo. Todos os músculos, os membros, os movimentos são solicitados. O esforço é contínuo e total. Não requer só a desgaste, implica também uma vigilância a todo instante.

A relação com a parede propõe reencontros sensoriais com o mundo. Os relatos em torno do alpinismo solitário insistem sobre o júbilo da ascensão, o sentimento agudo da presença do mundo.

Sinto-me feliz, imensamente feliz de viver, de lutar, e queria poder gritar para todos. O momento que estou vivendo, tenho certeza disso, é um destes instantes preciosos, claros, onde a essência própria do alpinismo aparece tão límpida que está ao alcance de qualquer um a entender e justificar.⁵

O fato de ser o único responsável por si, de não se preocupar com mais nada é muitas vezes vivenciado como uma liberação que abre formidáveis possibilidades.

Era feliz, escreveu Karékine Gurekian. O dia que se mostrou a mim foi o mais lindo capítulo que veio se juntar as histórias das minhas primeiras aventuras alpinas. Estava frio. Mas sentia em meu rosto radiante o calor de uma imensa felicidade interior. Na volta de uma grande rocha errática estranhamente plantada no topo da moreia, me surpreendi sorrindo para a noite de tão grande que era a minha alegria. Percebi que no alpinismo solitário é difícil segurar a tendência de desabafar os sentimentos experimentados, pois nos parecem maiores e mais violentos. Muito mais lindos também."⁶

5 Walter Bonatti, *A mes montagnes*, Paris, Arthaud, 1962,

6 Karékine Gurekian, *Seul dans la voie directe de la face Sud-est des Ecrins*, *Alpi-*

A empreitada solitária não é necessariamente assegurada desde o começo, o indivíduo não está totalmente seguro de poder deixar a progressão completamente sob controle. Essa margem difusa dá o tempero à ação e o permite sair quando precisar. Muitas vezes, se desenvolve numa situação de perigo e o coloca em situações difíceis. Testa os seus nervos, o arranca da sua quietude habitual. A incerteza procurada nunca é uma cegueira, mesmo que ela contenha as possibilidades do fracasso e da morte, deve permanecer sempre na esfera do controle do qual o indivíduo se sente capaz. Ela é a matéria do risco, mas também a garantia de uma intensidade, de um compromisso onde é possível dar o melhor de si, sem equívoco, tendo o sentimento de construir a cada instante a sua progressão. O percurso é menos geográfico que simbólico; à luz da sociedade moderna, ele não tem muito sentido na sua gratuidade, generosidade e no espírito do jogo. Ele é uma paixão inútil. A satisfação permanece íntima, difícil de compartilhar. A atividade tem a sua finalidade dentro de si com o prazer e a emoção que ela suscita. O alpinista não produz nenhum valor monetário para o proveito imediato do praticante, a não ser que se torne profissional ou que seja um desafio midiático. O alpinista solitário encontra uma dimensão social indireta, através da incitação que provoca nos outros. O confronto deliberado com o perigo não remete a nenhuma recompensa ulterior, senão a exaltação de “ter sobrevivido”, de “ter estado à altura”, ou de “ter escapado do perigo”. A única justificativa do compromisso consiste na intensidade da emoção conquistada no momento, o sentimento forte de se realizar melhor que durante a vida cotidiana ou profissional. A felicidade da ascensão é a ascensão. Nasce da ação, a saída é somente um pretexto necessário, só vale o caminho para atingi-la. O júbilo de ter conseguido é proporcional às provas efetuadas.

Raramente um fim em si, o risco é o ingrediente que agrega um valor à ação. Muitas vezes é dado como educador, revelador de si. Conhecer-se mediante ao desafio destas práticas que requerem coragem e habilidade, consiste em se apropriar da parte inalcançável de si que só as circunstâncias revelam ao despir o homem frente aos elementos. Entregando-se a esta atividade exigente, o alpinista está à procura de uma sorte de avaliação radical de quem

ele é. Se a via lhe fosse aberta sem a menor dificuldade, não se lançaria com tanta exaltação. O tapete vermelho direto até o topo não apresenta nenhum interesse, a não ser para os novatos confinados dentro do imaginário do risco. A segurança absoluta e a simples necessidade de encadear um gesto depois do outro para atingir o propósito, não criaria nenhuma ruptura entre as rotinas do cotidiano e o ócio no qual se trata justamente de sentir plenamente o fato de existir, de se encontrar em uma situação difícil que exige desvendar uma saída ao exercer toda a sua sagacidade e resistência.

Sem perigo, diz René Desmaison, qual prazer teria o fato de ultrapassar uma passagem difícil, escalar uma subida vertiginosa de gelo ou uma grande parede, se na hora de escorregar, somente bastasse, como um pássaro, bater as asas para voar e escapar ao vazio.⁷

Nos anos oitenta emerge outra prática da montanha que faz do alpinismo uma forma de valorização pessoal. O alpinismo solitário entra nessa hora como parte do espetáculo com patrocinadores, imagens, helicóptero para favorecer o deslocamento, filmar ou fazer fotos. A montanha se torna um estádio para dar valor a uma marca comercial, via o patrocínio e as pessoas famosas. A solidão da ascensão se torna muito relativa enquanto o alpinista continuar a dar entrevista a cada parada ou de posar para as câmeras. “Teria gostado que um fotógrafo fizesse fotos de helicóptero enquanto saía destas infernais falésias. Foi extremamente difícil”⁸. Escreve M. Batard, dando em poucas palavras a filosofia da “nova” montanha: já não é o confronto solitário consigo mesmo o mais importante, mas o culto da performance e da imagem; já não é escalar os topos “porque estão lá”, mas para merecer a atenção da mídia. « Como quase todos os dias, passei algum tempo ao telefone com jornalistas de televisão e rádio », escreve o mesmo alpinista sobre os Drus. Estamos no oposto do sentido da montanha, mas no meio da sociedade do espetáculo e das mercadorias. Como

7 René Desmaison, *op. cit.*, p. 266.

8 M. Batard, F. Skotnicka, *L'envers des cimes*, Paris, Denoël, 1996, p. 149.

diz muito bem Pierre Beghin “não são as realizações que são entristecedoras, mas bem o espírito que as rodeiam.” Estamos com esta atitude no coração dos piores valores do liberalismo que desestruturam o mundo contemporâneo: a velocidade (contra o fato de perambular), a eficácia (contra o significado do ato), a comunicação (contra o encontro ou a conversa), o Eu faço (contra a solidão e a solidariedade), o proveito (contra o dom de si), o trabalho (contra o jogo), o mercado (contra a generosidade), a competição (contra a solidariedade), etc. Não é desta montanha forjada pelo marketing que eu falarei.

3.2 A Ordália

Toda tomada de risco contém uma parte mais ou menos lúcida de vontade, de confiança em si que a distingue de uma cegueira pura e simples ou de uma vontade afirmada de morrer. Supõe uma avaliação dos recursos próprios daquele que se prepara a se lançar na ação, um cálculo da probabilidade de sucesso, mas se baseia também numa aposta que mistura de maneira confusa a habilidade do ator em semelhante situação e o sentimento que possui da sua “sorte”. Levanta sempre a hipótese de um destino favorável. Um dos seus componentes resulta no sentimento que uma ordem se desenha no seio do incalculável e que essa não é completamente inacessível. Sem a intuição mais ou menos confessada de ter a sorte ao seu lado, de não ser completamente desarmado frente ao imprevisível, o alpinismo, sobretudo o solitário, seria uma forma desviada de suicídio, um abandono às circunstâncias, e não uma iniciativa pessoal. O alpinismo de uma forma geral, ainda mais o solitário, chama a imagem de ordália, quer dizer, uma forma de jogo deliberado com a morte.

Nestas circunstâncias, estamos frente a um risco tangível para a existência que dá todo o seu valor à performance. Chantal Mauduit dizia antes do seu desaparecimento: “Sei que a morte é inelutável, imprevisível. Aliás, frente à felicidade que a montanha me traz ela não importa.”⁹ Um adepto da escalada solitária interrogado por Suzanne Laberge diz a sua exaltação de escalar sem proteção: “A gente conhece na maioria do tempo a parede porque já a subimos em equipe. O excitante é escalar de novo, desta vez

9 *L'année montagne*, n°11, 1998

com toda liberdade, sem sistema de proteção! O risco provém certamente que em caso de queda, morreremos quase inevitavelmente.¹⁰ Todos os testemunhos de ascensões solitárias destacam, em um momento ou em outro, a infinita vulnerabilidade do alpinista cuja existência depende de um fio. A consciência da morte sempre aparece mesmo que seja somente durante o instante imediatamente recalado. “Não tenho direito de errar, um falso movimento e é a queda, somente eu posso saber o que eu quero, ou seja, não cometer erro”, diz o alpinista acostumado aos perigos solitários.

As condições de uma ascensão solitária são sempre perigosas apesar das qualidades do alpinista. Este último escala com a convicção necessária que tem tudo a conseguir, se temer sempre de perder a vida pode arriscar o fato de não ter todos os seus recursos físicos ou mentais para evitar o perigo. Mas, o aviso da precariedade de ser um homem suspenso ao flanco de uma montanha surge a todo instante. Christian Durif, durante o primeiro inverno no corredor norte da face norte do Rateau em bivaque ao anoitecer deixou lentamente a inquietude o alcançar. E subitamente, escutou um grande estrondo e sentiu-se desviado das suas amarras, pensou que estava caindo, mas se restabeleceu de repente, acabou de tomar um deslizamento de neve. Como foi muito para seus nervos já esgotados, ele fraquejou “estou chorando lágrimas de solidão que explodem na tormenta. A neve e o vento se desencadeiam, me batem e concentram em seus turbilhões embriagadores todas as tragédias da Meije, do Eiger e do Frênay reunidos.

Vou descer de novo o corredor e me matar, vou agonizar no final da corda dentro da travessia dos deuses aonde vou ser atingido pelo raio embaixo da Chandelle. “Quero remontar o tempo, este tempo que não existe mais”¹¹. Christian Durif voltou a se recompor, como muitos outros alpinistas que se deixaram levar um tempo pelo medo e se reencontraram com uma consciência renovada depois de retomar o controle. Outro exemplo emblemático foi o do Michel Berruex, nos flancos do Olan. Tudo estava indo bem para ele, estava fazendo o seu primeiro bivaque, sentia-se feliz

10 Suzanne Laberge, L'escalade, un Sport à risque ? *Frontières*, n°3, 1994, p. 32.

11 Christian Durif, L'angoisse d'une solitaire hivernale, *Alpirando*, n°6, 1979.

e confiante, mas de repente encontrou a corda desgastada de um jovem alpinista que havia morrido no ano retrasado. “De súbito, todos os meus temores do ataque ressurgiram”, escreveu. E se eu fosse acabar como ele, pois até aquele dia estava indo bem! Calma, não sou mais dono dos meus pensamentos! Ele também tinha uma mulher e amigos; ele também sabia rir e sofrer; ele também gostava da vida dele. Com toda velocidade, coloco as minhas amarras e a minha linda corda para fugir deste lugar sinistro”.

O redobramento em caso de risco leva o alpinista à outra dimensão de sua busca interior. Alcançando os parapeitos da ordália, entrega-se “ao julgamento de Deus”, ou melhor, a uma situação delicada na qual dá o melhor de si mesmo, compromete todos os seus recursos na luta, arriscando o fato de desaparecer na ação. Confrontando-se ao pior procura ganhar o melhor, transformar o seu medo, o seu esgotamento em prazer, em determinação do caráter. A provocação com a morte é clara. Mesmo se não for claramente reivindicada, ela é sugerida com um comentário complacente ou longamente destaque pelos comentadores. Solicitação ritual do destino, a ordália levanta uma probabilidade não desprezível de morrer. Leva a metáfora do contato com a morte próximo ao limite, deixando sempre uma possibilidade de saída. Então, não é uma maneira indireta de atentar contra a sua vida, mas ao contrário, uma possibilidade que se dá ao indivíduo, mesmo que precise pagar o preço se fracassar em sua tentativa.

Escala-se sozinho em busca de se reencontrar, dissipar um sofrimento pessoal, uma falta de garra provisória na vida. A relação com a parede restaura o sentido dos limites, introduz um componente que permite reencontrar o sentido da sua existência. Apoia-se permanentemente contra uma realidade tangível, que ele agarra com as mãos. A sua luta contra um mundo que foge do seu alcance é substituída pelo confronto com a matéria cujas formas ele pode acompanhar com o toque. Sabe o que vai ser. Emblemática, a escalada mistura vertigem e controle, abandono e a potência, o instante concede ao alpinista o sentimento de pertencer a si mesmo, de controlar finalmente a confusão que reina em sua vida. O fato de retomar as rédeas da sua existência acontece às vezes graças a uma prova superada, uma ascensão com êxito. O confronto com a morte se realiza em uma relação intensa ao lado tangível do mundo, pois o alpinista não se encontra desprovido porque conhece os gestos e o objetivo a

serem realizados. Ele é dono do jogo, sem ignorar os perigos que tem que superar. A solidão é também uma condição necessária ao confronto consigo mesmo. Diante dessas situações, o alpinista está em posição de saber quem ele é e aonde vai, de incorporar novamente a sua existência.

Contentava-me em subir para dissipar o mal-humor acumulado durante as horas monótonas na cidade, escreve Giusto Gervasutti. E durante as corridas livres e vibrantes sobre as rochas atormentadas, os longos colóquios mudos com o sol, com o vento, com o azul do céu, a leveza um pouco cansada dos delicados pores-do-sol, eu reencontrava a serenidade e a calma.”¹²

Mesma coisa, por exemplo, para René Desmaison quem, confinado na sociabilidade da montanha e do seu trabalho no ENSA, aspira a reencontrar o pleno vento do mundo. Quer dar atenção novamente aos seus desejos, reencontrar a fonte do seu amor para a montanha. “É naquela época que experimentava a necessidade de confrontar sem o apoio moral e técnico de um companheiro, as dificuldades de uma grande ascensão. Tinha muita vontade de reencontrar esta montanha que me parecia ter perdido”.¹³

Depois da imensa decepção do K2, desgostado por uma hipocrisia que vinha dos seus mais próximos companheiros, perdida toda a confiança em si e nos outros, Walter Bonatti se lança desesperadamente ao fio de uma longa orléia numa ascensão em solitário do pilar sul - oeste do Dru. Está em busca de renascimento, de uma vontade selvagem de lavar as impurezas do mundo e de se livrar do sofrimento que grudou nele.

Estou nervoso, irascível, desgostado, desorientado, desiludido, às vezes desesperado, mesmo sem razões aparentes. Em suma, sinto-me estranho aos outros e a mim mesmo. Muitas vezes, quando alguém deixa escapar uma alusão a estes estragos que o K2 fez em mim, estou sujeito a

12 Giusto Gervasutti, *Montagnes, ma vie*, Paris, Arthaud, 1949, p. 286.

13 René Desmaison, *La montagne à mains nues*, Paris, Flammarion, 1971, p. 253.

verdadeiras crises de lágrimas e sofro em silêncio como ninguém poderia imaginar. Mas um dia, até que em fim, é a ressurreição. Um dia, sem avisar, como uma louca ideia nascida da depressão moral, surgiu da vontade de voltar ao Dru, de vencê-lo sozinho.”¹⁴

O processo resulta de uma tentativa apaixonada de voltar a viver, de reencontrar a autoestima, o gosto da existência. “Invejo todos os homens que não sentem como eu a necessidade de confrontar-se com semelhante prova para se reencontrarem.” (p.116) As metáforas que solicitam a morte são abundantes neste relato, ilustrando a vontade de ir até o seu íntimo, sem complacência e de reencontrar ao término do percurso a incandescência renovada de existir. Essa identificação comovida lembra uma borboleta que veio morrer nas alturas e na qual Walter Bonatti se identificou dolorosamente. “Ao coração do condenado a morte, algumas horas antes da execução, não há pior tumulto que no meu coração” (p.117). Longe do mundo, entregue a ele mesmo, W. Bonatti viveu uma experiência de purificação, de reencontro com as fontes de si próprio. Encontrasse, sem querer, num renascimento, porque a todo o momento aceita pagar o preço para viver pelo risco da morte.

Agora percebi que faz dois dias que eu vivo, eu penso, raciocino sem pronunciar uma palavra, dentro do silêncio absoluto de uma natureza virgem. E isso é algo tão grande, tão prodigioso que fico intimidado... A solidão na qual me encontro preso é tão inteira, tão alucinante, que mais de uma vez me surpreendo falando sozinho, tendo reflexões em voz alta, traduzindo, em suma, com palavras todas as ideias que afluem em minha cabeça. (122-123).

Longas conversas com o mundo, com a montanha, onde se trata de avaliar a situação, de expulsar fora de si às mágoas.

Chega o momento forte, “ordálico”, sem remissão, no qual a existência se coloca em jogo, mas o que tem para ganhar é a legitimidade definitiva

14 Walter Bonatti, op. cit., p. 116.

de existir. W. Bonatti chega a um ponto que toda retirada é impossível, onde o alpinista é cercado pelo vazio, preso numa armadilha. Permanece uma hora desamparado e logo a vontade de lutar renasce. Há cinco dias, confronta a morte, nega a resignação. Sem ter a opção, se segura de maneira um pouco aleatória. “Fecho os olhos durante um segundo, retenho a minha respiração e me deixo deslizar no vazio, agarrado a corda somente pelas mãos. Durante um instante, tenho a impressão de cair com a corda, depois a queda para frente se amortece progressivamente e de repente, sinto que começo uma oscilação para trás: o meu jeito de amarrar deu certo.” Ao término de violentos esforços, Bonatti retoma o caminho não somente para o topo, mas também da sua existência. A montanha o deixou passar, a prova da verdade terminou a seu favor. E é ao pensar nos outros que ele continua ainda a sua lenta progressão com o sentimento prévio da sua metamorfose:

a presença mesma dos meus amigos, por mais longe que estejam, e sem utilidade física, produz em mim um efeito quase milagroso e me dá subitamente a certeza que chegarei ao topo do Dru; que encontrarei de novo aquela vida que, ao decorrer dos últimos dias, me pareceu se afastar sempre mais, a tal ponto de não ser mais minha, mas a de outra criatura imaginária da qual somente tinha ouvido falar.” (p.131).

Paul Preuss não terá sem dúvida a mesma sorte, lembra Silvia Metzlin. Ele morreu talvez por procurar purificar-se das injustiças e de precisar mostrar o seu valor para si mesmo. Magoado depois de ter sido negado pelas instâncias austríacas que regem o trabalho de guia, se lança numa expedição solitária em Mandkogel, em 1913 da qual não voltou. Em sua relação com a montanha, Paul Preuss era de uma exigência absoluta, não usava pilares e considerava que se devia subir somente onde se podia descer sem a ajuda da corda¹⁵.

15 Em sua obra, *Les alpinistes* (Arthaud, 1984), Yves Ballu desenha uma análise da morte em termos quase ordálicos de Brombach em 1984 sob o objetivo das câmeras durante uma empreitada difícil. Questionado em sua vontade de valorização pessoal, tinha declarado: “Morrer, melhor do que passar ao lado da sua verdade”. E Yves Ballu comenta: “A sua verdade”, era sem dúvida escapar da humilhação das duas precedentes tentativas: regressar como herói ou terminar como mártir: tal era a sua verdade” (p. 267-8).

A prova da verdade que nasce do jogo com o perigo é uma maneira elegante de por, durante um instante, a existência a altura da morte para se apropriar de uma parte da sua potência. Na condição de se expor ao risco de perder a vida, o indivíduo caça no território da morte e resgata o troféu que não é um objeto, mas uma duração impregnada de intensidade de ser que leva em si a lembrança insistente do momento, onde, pela sua coragem e iniciativa, consegue tirar dela a garantia de uma vida de agora em diante bem vivida. Semelhantes momentos são raros, sobre tudo quando se dão com força como um breve transe profano que os comove e os leva a um formidável sentimento de potência. A morte é um tipo de reserva selvagem ao alcance do indivíduo que deseja se entregar ao mundo aceitando as consequências da aposta. Ao final da prova aparece a metamorfose: a intuição agradável e o júbilo de ter conseguido da morte a garantia sobre o valor da sua existência¹⁶.

3.3 A montanha como juiz

A escalada afasta da ambivalência do mundo, das decepções que os outros impõem às vezes, reduz a existência a uma série de ações precisas por cumprir e libera o imaginário, a meditação. Absorvido na ação, frente aos elementos, entregue aos seus recursos, o alpinista experimenta o sentimento de pertencer finalmente a si mesmo, de dar a melhor versão dele mesmo. O confronto com a montanha é primeiramente um confronto consigo mesmo no decorrer de uma prova deliberadamente consentida. Conhecer-se consiste em se apropriar da incerteza que reina em si, domesticar a parte inalcançável que somente as circunstâncias revelam ao despir o homem frente aos elementos. Longe de procurar uma segurança e uma tranquilidade que justamente o deixam entediado, o alpinista solitário saboreia uma margem de incerteza que lhe permite finalmente se afirmar, sem limitação exterior, a sua decisão própria. A montanha torna-se uma via privilegiada de um mundo de sentido reconquistado onde o homem, entregue a seus recursos próprios, físicos e morais e em circunstâncias que escolheu, encanta novamente a sua existência, armazena emoções e forja a sua mitologia pessoal.

16 Sobre a ordália cf. David Le Breton, *Condutas de risco. Dos jogos de morte ao jogo de viver*, Campinas, 2009

Regras de boa conduta acompanham o uso, saberes particulares adquiridos, sobretudo pela experiência, alimentam a competência de se sair das situações, mas a montanha permanece incontrollável, rica em situações inesperadas e encontros possíveis com os mil rostos da morte.

A montanha é um mundo hostil e impiedoso (ou melhor, restituída ou percebida dessa forma pela vontade própria dos que querem confrontá-la), mas um mundo justo, dizem os seus adeptos, pois não tem nenhuma escapatória, nenhuma das crueldades que abundam na sociedade. “Ela não perdoa”, decerto, mas suas respostas estão à altura das insuficiências do indivíduo para com ela, maneira elegante de atribuir a realeza pessoal dos que se sentem a vontade com ela, eleitos que têm a graça de receber a unção. Sabe reconhecer os seus semelhantes. O discurso sobre a “hipocrisia” das relações sociais, a “falsidade” dos indivíduos, o gosto pela solidão é um leitmotiv para muitos adeptos do esporte radical em busca de um confronto direto com uma natureza mitificada. Nenhuma falsa aparência aqui, mas uma avaliação rigorosa do que a gente é, não somente durante a prova, mas também finalmente como sujeito. A montanha outorga uma legitimidade da existência muito superior a da sociedade. O alpinista Walter Bonatti diz isso do jeito dele:

desde a minha infância achei muito mais fácil tratar com a natureza do que com os homens. Encontrava nela não sei que tipo de lealdade que possibilitava um silencioso e afetuoso diálogo, ao passo que no meio dos homens com seus procedimentos, muitas vezes dissimulados e sem preparo, me debatia desorientado.¹⁷

Numa certa medida, em minhas escaladas solitárias me tornava o único responsável da minha progressão e da minha segurança, tinha uma liberdade absoluta de escolha e decisão. Estão juntos, de um lado o alpinista, do outro a montanha. “Nada nem ninguém pode se intrometer.”, diz Jean-Claude Droyer. O Alpinista mede permanentemente sua responsabilidade

17 Walter Bonatti, *A ma montagne*, Paris, Arthaud, 1962, p. 11.

própria em sua empreitada. A longa ordália impõe finalmente uma resposta firme à questão temível do valor da existência.

As pessoas me assustavam, achava que eram muito falsas, sempre tinha que compor. Acho que no fundo a natureza não me decepciona, ela está lá, ela é real... Se não gostamos dela, se brincamos com ela, não nos perdoa. É verdade. Se você não prestar atenção e sair quando tiver uma tempestade, pode arriscar ser fulminado. Bem feito, você aprontou, não pode vacilar.” Diz uma mulher alpinista.¹⁸

A montanha escalada nessas condições se apresenta como uma ordália diluída no tempo, ela é um julgamento moderno de Deus, mesmo se os que a interroguem desta forma radical não possuem esta crença. Ela se transforma em figura do destino, consagrada a dizer ou não a legitimidade do existir em um jogo simbólico com a morte que dá luz a uma verdade radical para o sujeito.

A soberania que a montanha outorga é reversível sempre, um incidente, um momento de inatenção podem ser fatais. O privilégio da montanha é de se doar moralmente inteira, sem hipocrisia. Fala o verdadeiro, sem tergiversar dado que enuncia concretamente o seu veredicto ao sancionar o erro ou recompensar a ação justa. A falha é simultaneamente técnica ou moral. A relação com a montanha se instaura com a revelação de si. O indivíduo deve estar à altura das suas exigências, de acompanhar os movimentos ou os caprichos sem a violentar, para não se expor ao seu desprezo. Todo movimento se torna uma ordália em potencial com consequências mais ou menos nefastas. O alpinista Tomaz Humar escreve: “Você deve sentir o espírito, a alma da parede. Se você a sente, confia nela e se a parede entende que você merece escalá-la, ela aceita. É uma sensação particular, excepcional.”¹⁹ A montanha oferece uma plena responsabilidade ao indivíduo em suas condutas, revela os seus recursos morais e físicos sem a menor complacência.

18 Y. Assedo, *Les conduites à risque dans les organisations contre-phobiques. Une étude psychanalytique de l'alpinisme*, Monografia da universidade Paris X-Nanterre, 1985, p. 19.

19 *L'année montagne*, n°11, 1998.

A estreita relação com a natureza dá a luz a uma resposta do oráculo sobre o significado e o valor de sua própria existência. Quando a sociedade fracassar ao dar ao indivíduo um sentimento de plenitude que torna a vida digna de ser vivida, a natureza, num jogo simbólico com a morte conferida pela prova, o outorga mediante uma verdade incontestável. Dá o seu veredicto, confirma o indivíduo sobre o seu valor pessoal. Acima da confusão, íntegra, ela é um lugar eminente de fabricação do sagrado para uso íntimo. Espaço de transição onde se despir da sua antiga identidade ou parêntese de júbilo sensorial? Nos dois casos se trata finalmente de retornar com força e com lucidez aumentada. Autoridade sem defeito, pois não manchada pela imperfeição humana, ela se erige em figura simbólica do mestre da verdade. Ao se confrontar fisicamente com ela, o indivíduo procura se regenerar, se purificar dos resíduos introduzidos pela necessidade de confronto com o vínculo social. A natureza, na companhia da morte, é como uma verdade última do individualismo ocidental e se impõe como único parceiro digno de valor, a única interlocutora que merece respeito.

3.4 A fábrica pessoal do sagrado

Ao decorrer da ação, o alpinista penetra outra camada da sua existência, ou melhor, outra dimensão da realidade, sente-se apaixonadamente vivo, experimenta a sensação de acessar, em fim, o real. “A verdadeira vida está em outra parte”, dizia Rimbaud, não é mais nas atividades cotidianas relegadas a um mundo sem relevo, ela é tangível, lá, na atividade desejada, neste pacto sempre reiterado com a morte que leva a existência a seu aspecto mais maravilhado. “O esforço e a concentração, a tensão, o estresse que resulta da angústia, aumentam a vigilância do alpinista para seu entorno imediato ou mais longínquo; ele observa as coisas com um olhar novo, com essa clareza e mobilidade espiritual que se conseguem também pela meditação, por exemplo. Mas, ele se vê sobretudo a si mesmo dentro de uma nova relação com o mundo e entra, durante um tempo limitado, num estado de “vidência ampliada”, escreve o alpinista R. Messner²⁰. Em seu

20 R. Messner, *O 7º grau*, Paris, Arthaud, 1975, p. 14.

discurso muito religioso Ivan Ghirardini escalando sozinho o Linceul diz se sentir permanentemente “protegido”, “vivi vários dias lá em cima num estado visionário, de asceta, experimentando uma exaltação espiritual que nunca tinha conhecido antes (...). Antes do Linceul, fugia para a montanha porque tinha medo de encarar a vida e suas realidades. Agora iniciei um longo trabalho de regeneração que vai me tomar uma vida inteira de esforço, uma disciplina severa do corpo e espírito.”²¹

Em 1964, durante uma escalada solitária nas Rocheuses, Rob Schultheis se solta e cai em cima de uma estreita saliência, a alguns centímetros do vazio. A situação parece sem saída. Desesperado, se lança, todavia com o sentimento de estar no fio da navalha, e se livra da saliência. Agarra-se às pedras que desmoronam em seguida depois da sua passagem. Sente a perfeição dos seus movimentos e evoca a imagem de um leopardo de neve. “O que estou fazendo, pensava, é absolutamente impossível. Não posso fazer isso. Mas tenho a graça... O ser que me tornei no Neva era a melhor versão possível de mim mesmo, a pessoa que deveria ter sido ao longo da minha vida.”²² Schultheis assimila a sua experiência a de um satori e a obra dele conta a sua busca em vão de reencontrar as mesmas sensações. François Modem adepto da escalada solitária, formula esta exaltação: “o fato de chegar ao topo de uma montanha, várias pessoas podem falar isso, temos a impressão de sentir a proximidade com Deus ou algo parecido. Mesmo se não tenho fé, sempre digo, se Deus existe, não está longe daqui”²³.

Ao interrogar-se sobre a paixão que anima os alpinistas, Lionel Ter-ray confessa “o gosto por esta alegria enorme que ferve nos nossos corações, nos penetra até a última fibra do nosso ser, depois de ter bordejado nas fronteiras da morte, podemos novamente abraçar a vida plenamente.”

21 Ivan Ghirardini, Linceul, *La montagne et l'alpinisme*, n°103, 1976, pp 214-217. Dos anos depois, na mesma revista (N°2, 1978), volta a se expressar sobre este sentimento de potência pessoal: “Tive a clara consciência de ser protegido, ajudado e amado; nunca mais estarei sozinho se perseverasse”.

22 R. Schultheis, *Cimes. Extase et sports de l'extrême*, Paris, Albin Michel, 1988, p. 19-20.

23 Suzanne Laberge, *op. cit.*, p. 33.

²⁴ Aquele momento de iluminação, de transe, não se enraíza num fervor religioso, releva do sagrado, quer dizer, de uma fabricação íntima de sentido. A experiência é de uma transfiguração pessoal induzida pelo esgotamento ou pela desorganização dos sentidos, o sentimento brutal e infinitamente forte de fusão com o mundo, de uma consciência modificada que se torna conseqüentemente um momento forte da memória.²⁵

24 Lionel Terray, *Les conquérants de l'inutile*, Paris, Gallimard, 1961, p. 85.

25 Para aprofundar as análises desenvolvidas neste texto, mas em um contexto ampliado, remeto a David Le Breton. *Conduitas de risco. Dos jogos de morte ao jogo de viver*, Campinas, 2009.

4 A INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA AVENTURA: “SUPERANDO PARADIGMAS”

Alessandro de Freitas; Dimitri Wuol Pereira

Quando pensamos nas atividades motoras para pessoas que possuem algum tipo de deficiência, nos deparamos com questionamentos regidos pelo pensamento de pesquisadores que estudam as diferentes abordagens e/ou correntes teóricas discutindo a busca do encorajamento ou aprimoramento do paradigma inclusivo, ou então a necessidade de práticas adaptadas para a necessidade específica da pessoa com deficiência. Nesse caso, o perigo está no próprio paradigma que domina esses pensamentos e que vem impregnado pelo erro e pela ilusão de qualquer pensamento (MORIN, 2005). Isto significa que um paradigma costuma encerrar as ideias dentro de uma caixa, dificultando nossa capacidade de sair dela, ajustando nossos comportamentos a determinadas condutas sociais e cognitivas das quais nem percebemos.

Não seria diferente se a atividade aqui tratada não preconizasse conceitos ainda pouco explorados e que a ciência não discutiu com quantidade e diversidade de produções acadêmicas que envolva a prática de esportes radicais e pessoas com deficiência. Para Gorgatti e Costa (2005) mesmo que o assunto não seja tão discutido no âmbito específico de determinada modalidade é praticamente inaceitável que uma pessoa seja excluída da prática regular de exercícios, seja ele qual for o objetivo.

Partimos então do mistério dessa área ainda pouco explorada tendo como guia o desconhecido. “O que é bem conhecido, justamente por ser bem conhecido, não é conhecido” Hegel (*apud* MORIN, 2005 p. 8).

Assim devem-se levar em conta alguns apontamentos que, com o processo de inclusão inerente as práticas pedagógicas e políticas públicas, intensificados após a Declaração de Salamanca (documento que explicita direito e possibilidade de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade) correspondem a um aumento significativo dessas pessoas em ações antes praticadas somente por pessoas consideradas não deficientes.

O pensamento circunscrito a ideias pré-estabelecidas e pré-determinadas é fruto de nossas experiências e vivências cotidianas e não permite acreditarmos numa pessoa deficiente com as mesmas condições de desempenho ou de participação, pois suas limitações forçam uma crença na adaptação da atividade ao ser, como estamos acostumados a presenciar na maioria das práticas corporais para deficientes. Difícil é acreditar que um corredor com membros inferiores amputados possa superar numa corrida de cem metros a uma pessoa que tem as duas pernas, apesar da tecnologia atual permitir esse tipo de imaginação.

Mas, e quanto à inclusão? E os esportes radicais? Segue então a tentativa da junção desses dois contextos neste artigo.

Inicialmente gostaríamos de propor uma reflexão inusitada apresentada pelo tema aqui proposto: “A inclusão de deficientes na Aventura”. Alguns autores têm definido a inclusão focalizando aspectos distintos, passando pela definição da palavra integração, até a discussão sobre inclusão, que pressupõe assegurar a participação do indivíduo ao convívio em grupo (MAZZOTA, 1987; MANTOAN, 1997; SASSAKI, 1998).

Entretanto, a frase proposta para reflexão não teria sentido se observada de forma isolada, segregada ou disjuntiva. Não se trata de desvalorizar o paradigma da inclusão e sim de refletir sobre os conceitos de alguns autores que discutem esportes radicais e que possivelmente, até então, não haviam pensado na possibilidade destes conceitos estarem possibilitando a prática de pessoas com qualquer deficiência.

Podemos então relacionar os conceitos de Pereira, Armbrust e Ricardo (2008) que propuseram pensar em radical no contexto da atividade motora representada pelo enfrentamento intencional de riscos. Para eles, a classificação em esportes radicais de ação, leva ao entendimento de atitude, comportamento, manifestação de força expressada em manobras. Já os esportes radicais de aventura, provindos do latim “*adventura*” o que está por vir, significando a busca pelo não tangível, imprevisível, o desconhecido.

Outras concepções apontam várias definições para prática de esportes radicais que variam desde certo risco, perigo, dificuldade e superação (GREZZANA, 2000; FEMERJ, 2007; UVINHA, 2001), complexidade e inteligências cinestésica (SOUZA, 2001), ou atividades de aventura, como uma possibilidade que se diferencia dos esportes tradicionais pelos objetivos, motivações e condições de prática (TEIXEIRA e MARINHO, 2010), até a possibilidade de acreditar (sentir, refletir) sua existência dominada pelo seu corpo, com o nome de AFAN (Le BRETON, 2006).

Diversos autores apontam para essas atividades como descobertas das diferentes potencialidades humanas. O estreitamento entre a potencialidade dos praticantes e as características acima citadas podem ser o primeiro fator que tem contribuído para o aumento significativo destes praticantes em modalidades como skate, rapel, escalada, surfe, *wheelchair freestyle* e demais práticas que visam busca da superação, não a superação de sua deficiência mas sim da prática ali vivenciada.

Confundir-se-á então o sinônimo de superação, não mais distinguido os limites da impossibilidade corporal e nem mesmo os limites da prática escolhida, (re) significando a prática, ou melhor, descobrindo a cada instante uma prática que apresenta possibilidades ao invés de impedimentos.

Observar então indivíduos em sua totalidade, seja ele com ou sem deficiência, é muito mais do que simplesmente identificar formas, técnicas e estratégias fragmentadas, pensada na maioria das vezes nas causas e consequências, em limites e restrições (GIMENEZ, 2006), mas sim passar a acreditar que estas vivências possibilitarão ao praticante uma melhor compreensão do ser humano, que busca um significado para sua existência naquele momento de fruição (PEREIRA, ARM-

BRUST e RICARDO, 2008) encontrando muitas vezes, o significado de sua diversidade (diferença).

Outros pontos a serem considerados são as inúmeras possibilidades de aprendizado de uma forma mais sistêmica (WEISS, 1967; BERTALANFFY, 1977; MANOEL, 1989), ou seja, a interação da tarefa a ser executada, como junção das possibilidades motoras (potencialidade e possibilidades) e o ambiente, este contribuindo de forma integral para a igualdade social, sendo, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, mas não tendo na diferença um limite para a autonomia e nem na igualdade uma condição para a elevação ou alcance de objetivos pessoais.

Nesse sentido, Schmidt e Porto (2008) observaram que pessoas com deficiência intelectual têm maior dificuldade de compreender e realizar movimentos mais complexos, mas que as relações que se desenvolvem no seio de grupos orientados para a prática de atividades de aventura favorecem através da ludicidade e do companheirismo a comunicação e as interações entre professor - aluno, e entre aluno - aluno. Esse sistema de relações humanas parece ser favorecido pela instabilidade do ambiente e os riscos inerentes à prática comuns nos esportes radicais.

Dois aspectos podem ser destacados na relação de deficientes com a aventura. O primeiro é o despertar da curiosidade com o meio e os riscos que ele apresenta. O segundo é a manifestação da compreensão de como interagir com o meio (SCHMIDT, 2009). Ambos apontam para um aprendizado de técnicas necessárias para o desempenho na atividade em si, mas que ocorrem dentro dos aspectos emocionais e cognitivos sem que possamos separá-los para entendê-los.

Assim, nos parece que a prática de esportes radicais por pessoas deficientes agrega valores próprios da humanidade, isto é, as singularidades e pluralidades do ser, pois para todos os seres humanos essa complexidade nas interações com o meio ambiente de risco e com as pessoas nesse ambiente é a mesma, independente de sua condição física, intelectual, emocional etc.

Pereira (2010) verificou que a prática sistemática do esporte radical levou um indivíduo a um aumento de força de membro superior maior do

que dos companheiros com a mesma faixa etária e que não apresentam tal síndrome, isto mostra que independente mesmo de tecnologia avançada a ideia desenvolvimento é possível a todos. Além disso, observou-se nesse estudo que o indivíduo citado acreditava tanto na necessidade de preservar o meio ambiente, quanto na necessidade de se preservar dele, isto é, não ser atacado por cobras, aranhas, abelhas, ou outros animais.

Essa observação nos leva a crer numa compreensão de mundo, por esse indivíduo, fora do paradigma newtoniano-cartesiano que nos cerca. O determinismo imposto socialmente pela própria ciência nos fez crer que a hipotonia é uma marca de pessoas com essa síndrome, mas o sujeito da pesquisa reverteu esse quadro, sendo hipertônico. A separação das coisas para conhecê-las também dificulta a associação de ideias antagônicas: preservar o meio e preservar a si mesmo. Para o sujeito dessa pesquisa isso não é possível, ele tem que considerar a preservação do meio, considerando a autopreservação, talvez porque seu pensamento não esteja sujeito as racionalizações que assolam outras pessoas, ditas “normais”.

Parece-nos que temos mais a aprender com esses comportamentos do que a ensinar, e que a prática de esportes radicais buscando a superação pessoal em um ambiente com riscos que se deseja enfrentar leva a um entendimento de nossa natureza, isto é, de nossa *physis*, que se organiza para conviver com a realidade como ela se apresenta e não como nossa mente algumas vezes quer concebê-la.

Assim, entre uma manobra e outra, em uma pista de skate, todos poderão ser considerados “skatistas”. Na rocha são “escaladores”, no mar, em meio às ondas, simplesmente “surfistas”, não nos surpreendendo ao deparar com alguém e suas diferentes possibilidades/potencialidades, convivendo com demais praticantes.

Não teremos ali um encontro dos mais habilidosos, mais sim o estabelecimento do vínculo “eu” e ambiente, apontando para as solidariedades necessárias ao enfrentamento das dificuldades, como uma necessidade de superação coletiva, que não esquece as subjetividades, mas considera o altruísmo como força para vencermos juntos.

A pessoa que tem mais facilidade de resolver problemas usa sua habilidade para potencializar o que tem menos capacidades e habilidades em determinado momento, e aquele que tem menor condição de dar respostas às necessidades de enfrentamento com o ambiente usa sua fragilidade para mostrar a deficiência no pensamento do outro, para que esse possa sair da caixa em que estava preso, após adquirir certos domínios que automatizam seu pensamento.

Essa interação ainda pouco difundida pode nos auxiliar na comparação dos esportes radicais com outras modalidades praticadas por pessoas com síndromes, cadeiras de rodas, próteses e mais adaptações segregadas, por exemplo: Em uma competição de atletismo em cadeira de rodas, só participam “cadeirantes”; no vôlei sentado “amputados” e no futebol de 5 “deficientes visuais”.

Utilizando o mesmo contexto, como seria um deficiente competindo no skate, no surfe, ou em escalada? Poderíamos aqui discutir a justiça esportiva que procura dar as mesmas condições de competições para todos e assim, observar que esta prática não seria benéfica para o participante com deficiência.

Entretanto, por ainda possuir um número de praticantes considerado pequeno, a divisão por classes funcionais como é proposto em evento para-desportivo parece ainda não ter influenciado os esportes radicais, o que ainda garante que todos participem juntos, e que o resultado da atividade se faz importante na medida em que o meu oponente possa praticar comigo e que meu resultado seja maior do que a comparação com o resultado com o outro.

No esporte radical, o resultado do indivíduo considera em primeiro lugar a sua capacidade de resolver um problema que o leve a superar os perigos da atividade e seus obstáculos, para depois comparar esse feito com outro, ou para desconsiderar essa comparação e entender que o sucesso do indivíduo é o sucesso do grupo.

Não existe então o termo esporte de *para-aventura*, ou *para-radical*, nem mesmo, “*para-sufista*, *para-skatista*, ou *para-escalador*”, pois independente das limitações que os praticantes possuem, serão todos surfistas, skatistas, escaladores.

Esse ensaio recorre a Cortella (2006) nesse instante, sobre uma urgência de não nos satisfazermos facilmente, pois a satisfação é para ele

um momento de prontidão, de acabamento de finalização, ao qual a ideia de transformar os esportes radicais em para esportes tal qual o modelo tradicional de esporte trouxe as pessoas com deficiência. Queremos mais, queremos outro modelo de esporte para outro modelo de gente, talvez um meta modelo ou um a-modelo.

Caso esses argumentos não sejam suficientes ainda vale ver os exemplos do skatista Og de Souza, ou do escalador Raí (www.webventure.com.br) que praticam e competem em suas modalidades, nos permitindo perceber nossas próprias limitações motoras, cognitivas, sociais e afetivas, antes de apontarmos para a diferença, como uma barreira intransponível na sua relação consigo, com o meio e com o outro.

Referências

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

CORTELLA, M. S. **Não Nascemos Prontos! Provocações Filosóficas**. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FEMERJ (Federação de Montanhismo e Escalada do Estado do Rio de Janeiro). **Sistema Brasileiro de Graduação**. NORITOMI, F. Y.; WASNIEWSKI, F. (coord.) disponível em: <<http://www.femerj.org>>, acesso em 28 de maio de 2010.

GIMENEZ, R. A inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais nas aulas regulares de educação física: repensando sobre a prática. **Buenos Aires- Revista Científica Lecturas- Ano 11 N°98** – Argentina, 2006.

GORGATTI, M. G.; COSTA R. F. **Atividade física adaptada**. São Paulo: Manole, 2005. MANOEL, E. J. **Desenvolvimento do Comportamento Motor Humano: Uma abordagem Sistêmica**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

- Le BRETON, D. Risco e lazer na natureza. In: **Viagens, Lazer e Esporte: o Espaço da Natureza**. Alcyane Marinho; Heloisa Turini Bruhns (org.), Barueri, SP: Manole, 2006, p. 116.
- MANTOAN, M. T. **A Integração da Pessoa com Deficiência: Contribuição para uma Reflexão sobre o Tema**. São Paulo, Memmon, 1997.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Escolar: Comum ou Especial?** São Paulo, Pioneira, 1986.
- MORIN, E. **O Método 3. O Conhecimento do Conhecimento**. Tradução: LOBO, Marina. Porto Alegre: Sulina, 3ª ed. 2005.
- PEREIRA, D. W. **Um Olhar para a Complexidade da Escalada na Educação física**. Dissertação de Mestrado, Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2010.
- PEREIRA, D. W; ARMBRUST, I; RICARDO, D. P. Esportes radicais de aventura e ação, conceitos, classificações e características. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, v. 12, n. 1, p. 37-55, jan./jun. 2008.
- SCHMIDT, A. A.; PORTO, E. T. R. A canoagem e a pessoa com deficiência intelectual. In: 3º Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura. Santa Teresa - ES. **Anais...** 2008.
- SCHMIDT, A. A. Pessoas com deficiência intelectual: navegar é (im)preciso. In: 4º Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura. Mucugê - BA. **Anais...** 2009.
- SOUZA, M. T. **A Inteligência Corporal – Cinestésica como manifestação da Inteligência Humana no Comportamento de Crianças**. 2001. Tese de Doutorado em Educação Física - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TEIXEIRA, F. A.; MARINHO, A. Atividades de Aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 13 p. 536-548, jul/set, 2010.

UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais**. São Paulo. Manole, 2001.

WEISS, P. Living Systems: Determinism Stratified. In: KOSTLER & SMITHIES, J. (eds) **Beyond reductionism**. London, Hutchison & Co, 1969.

5 SKATE: DE VILÃO A MOCINHO

Flávio Antônio Ascânio Lauro

Segundo Brooke (1999), Noll (2000) e Rose (1999), o surgimento do skate ocorreu provavelmente no início do século 20 nos EUA, a partir da invenção improvisada de um simples brinquedo: o patinete. Todavia, a data e o local do surgimento e a pessoa que teria tido esta ideia, até hoje não foram possíveis de serem exatamente identificados. De qualquer forma, esta primeira aparição do skate não teve uma aceitação tão grande assim.

Muitos anos depois na Califórnia (EUA), aproximadamente entre os meados da década de 1950 e o início da década de 1960, o skate reapareceu novamente a partir de patins de rodas desmontados presos a pedaços de madeira. Então, houve o primeiro grande desenvolvimento e crescimento desta prática. Nesta época, com o surfe gozando de muito destaque, os surfistas viram no skate uma ótima alternativa para a prática do surfe quando as ondas não estavam boas, uma forma de transporte alternativo ou até mesmo uma identificação deste grupo de esportistas fora d'água. O "surfe de calçada e das ruas" passou a explorar novos terrenos como os pátios das escolas, os reservatórios de água e piscinas vazias ou não (BROOKE, 1999; DAVIS, 1999; NOLL, 2000; ROSE, 1999).

Durante os anos de 1970, a prática do skate cresceu bastante e atraiu muitas pessoas além de surfistas, tanto dentro como fora dos EUA. A partir daí, esta prática criou sua própria identidade e segui-

dores (BROOKE, 1999; DAVIS, 1999; NOLL, 2000; ROSE, 1999). Nesta mesma época (anos 1970), os primeiros exemplares de skates começaram a chegar ao Brasil e serviram de inspiração para que paulistanos e cariocas se iniciassem nesta prática com skates industrializados vindos do exterior ou feitos artesanalmente a partir de patins de rodas desmontados (BRITTO, [2000]).

As duas décadas seguintes (1980 e 1990) foram muito instáveis para a prática do skate. Grandes ascensões e enormes quedas aconteceram por diversos motivos no mundo inteiro e influenciaram diretamente o skate. Porém, estes “altos e baixos” serviram para fortalecer ainda mais os skatistas mais convictos, as primeiras organizações esportivas e o próprio mercado do skate nos anos que vieram posteriormente (BRITTO, [2000]; BROOKE, 1999; DAVIS, 1999; NOLL, 2000; ROSE, 1999).

De meados da década de 1990 ao início dos anos 2000, o surgimento de novas revistas especializadas em skate, os filmes de skate em VHS (video home system) produzidos pelos próprios skatistas, os jogos eletrônicos domésticos em vídeo de skate, o acesso à internet e o crescimento de programações esportivas voltadas para o skate nos canais de TV abertos e por cabo, principalmente, fizeram com que a prática do skate ficasse mais visível e atrativa para um número bem maior de pessoas (DAVIS, 1999).

Na área do esporte de competição de alto nível, o skate evoluiu bastante também nas duas últimas décadas e se encontra muito bem estruturado tanto nacional (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE, 2010) como internacionalmente (WORLD CUP SKATEBOARDING, 2010). E, em termos de mercado, o skate passou a movimentar grandes quantias de dinheiro no mundo por intermédio do comércio e propaganda dos materiais, equipamentos e serviços ligados diretamente ou não à sua prática (EXPLOSÃO..., 2002).

Entre o final do século passado e o início deste século, a prática do skate cresceu como nunca havia crescido antes. Pesquisas nacionais (GYRÃO, 2010) e internacionais (SPORTS GOODS MANUFACTURERS ASSOCIATION, 2006) recentes sugerem que o skate seja atualmente um dos mais populares esportes de aventura urbanos do mundo.

O skate está no período de maior popularidade de sua história. Algumas das possíveis razões para isto, além das citadas anteriormente, podem estar ligadas aos seguintes fatores: (a) novas tecnologias acessíveis de informação e comunicação para entretenimento e trabalho pela internet; (b) quedas nos preços de serviços de TV e internet por cabo e satélite, (c) diminuição do custo de equipamentos eletrônicos digitais e dos próprios equipamentos para a prática do skate; (d) grandes eventos de skate; (e) feitos espetaculares de alguns dos principais skatistas profissionais; (f) maior exposição do skate em propagandas nos diferentes tipos de mídias; (g) facilidade de acesso à prática do skate em pistas e parques específicos; (h) novas possibilidades de trabalhos ligados ao skate. Inclusive, a prática do skate se tornou um elemento de interesse para pesquisas e estudos acadêmicos, o que possibilitou a sua inclusão em diversos tipos de cursos e disciplinas de cursos superiores (LAURO; DANUCALOV, 2005).

A situação atual é bastante inusitada, porque a prática do skate já foi considerada apenas brincadeira de crianças ou de adolescentes desocupados, atividade subversiva e contraindicada por pais e órgãos públicos e privados, esporte de suicidas ou até mesmo crime (BRANDÃO, 2010).

Infelizmente, como a prática do skate cresceu demais, muitas das vezes até por interesses e questões políticas, em alguns países europeus o skatista pode ser punido com multas pesadas e/ou detenção se ele for flagrado andando de skate em local público ou privado não próprio para tal prática (ALMADA, 2009).

Contudo, a prática do skate atingiu um patamar muito alto de reconhecimento positivo pela sociedade civil e órgãos públicos. Por isto, hoje em dia, a prática do skate é vista de diversas maneiras benéficas para a sociedade em geral. Entre elas, podem ser destacadas as seguintes: (a) atividade física de lazer; (b) exercício físico; (c) transporte alternativo; (d) terapia mental; (e) estilo de vida; (f) profissão (BASTOS, STIGGER, 2009; LAURO, DANUCALOV, 2005).

O skate se apresenta também como uma interessante ferramenta de inclusão social. Prova disto é a inserção da prática do skate em programas sociais de organizações governamentais (PROJETO..., 2010) e não governamentais (CARAVANA DO ESPORTE, 2010).

É importante ressaltar que normalmente as pessoas das classes sociais mais carentes são as que possuem menos oportunidades na vida. Sendo assim, como a prática do skate atualmente se encontra bastante difundida e acessível, novos horizontes pessoais e profissionais estão sendo abertos para as camadas sociais menos privilegiadas e favorecidas, o que pode ajudar de maneira significativa e real a inclusão social destas pessoas.

Em virtude de tudo que foi apresentado, a prática do skate, numa realidade bastante ampla e atingível, parece que tem ajudado a aumentar as possibilidades e as oportunidades de sucesso para as pessoas na sociedade atual. Seja como skatista profissional ou profissional do skate, o panorama geral nunca esteve tão favorável para que vários tipos de pessoas pudessem ter sucesso na vida pessoal e profissional em diversas atividades ligadas à prática do skate.

Referências

- ALMADA, Vinicius. Conexão Europa. **Ollie**, [S.I.], n. 2, p. 40-43, nov. [2009].
- BASTOS, Billy Graeff; STIGGER, Marco Paulo. O segredo do sucesso: apontamentos sobre a trajetória social de skatistas profissionais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 163-186, jul./set. 2009.
- BRANDÃO, Leonardo. Metralhadoras contra skates. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 36-38, mar. 2010.
- BRITTO, Eduardo [Org.]. **A Onda Dura**: 3 décadas de skate no Brasil. São Paulo: Parada Inglesa, [2000]. 112p.
- BROOKE, Michael. **The Concrete Wave**: the history of skateboarding. Toronto: Warwick, 1999. 197p.
- CARAVANA DO ESPORTE. Disponível em: <<http://www.esporteducacao.org.br/?q=caravana>>. Acesso em 21 maio 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Disponível em: <<http://www.cbsk.com.br/pags/normas.htm>>. Acesso em 21 maio 2010.

DAVIS, James. **Skateboard**: roadmap. Spain: Carlton, 1999. 112p.

EXPLOSÃO alternativa. **World Sports Magazine**, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 14-20, 2002.

GYRÃO, Cesar. O skate cresce... e aparece (somos quase 4 milhões). **Tribo Skate**, São Paulo, ano 19, n. 175, p. 20-21, maio 2010.

LAURO, Flávio Antônio Ascânio; DANUCALOV, Marcello Árias Dias. O elemento aventura no meio universitário: a formação acadêmica pelos esportes de prancha. In: UVINHA, Ricardo Ricci (Org.). **Turismo de Aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. p. 103-136.

NOLL, Rhyn. **Skateboard Retrospective**: a collector's guide. Atglen: Schiffer, 2000. 208p.

PROJETO Skate na Fundação CASA completa 10 anos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=208035&c=6>>. Acesso em 21 maio 2010.

ROSE, Aaron. **Dysfunctional**. London: Booth-Clibborn, 1999. 208p.

SPORTS GOODS MANUFACTURERS ASSOCIATION. Sports participation topline report: 2005 report. Disponível em: <<http://www.sgma.com>>. Acesso em 12 dez. 2006.

WORLD CUP SKATEBOARDING. Disponível em: <<http://www.wcsk8.com>>. Acesso em 21 maio 2010.

6 AS ATIVIDADES DE AVENTURA E A CONFIGURAÇÃO DO ESTILO PRÓ-ATIVO NO LAZER

Gisele Maria Schwartz; Jossett Campagna; Giselle Helena Tavares

6.1 Determinantes do estilo de vida

Uma variedade de estímulos e pressões sociais, vivenciados nos diversos âmbitos, tem contribuído no desencadear de novas tendências no modo de expressão dos usos e costumes, em diferentes culturas. Na designação do que se convencionou chamar estilo de vida, encontram inúmeras variáveis, como o local de residência, o modo de vida, a classe social, a forma da estrutura familiar, a qualificação educacional, o padrão econômico das atividades, os níveis de saúde, conduta familiar, entre tantos outros fatores, que definem esses usos e costumes, conforme evidenciam Veal (1989), Nahas (2001) e Schwartz (2002).

Há também que se considerar como determinantes do estilo de vida, conforme salienta Maffesoli (1987), as sedimentações da sensibilidade que pairam na coletividade, em que aparece uma resignificação de mundo, evidenciando que isto independe diretamente apenas dos fatores socioeconômicos e políticos. Já Featherstone (1995) delinea a ampliação do sentido do termo com a contemporaneidade, onde este adquiriu uma conotação mais dinâmica, para além da fixidez de um conjunto de fatores relacionados apenas com as questões de classe social, absorvendo, agora, a cotidianidade.

O cotidiano contemporâneo, por sua vez, é marcado por uma característica aceleração, a qual, conforme evidencia Harvey (1992), representa

uma associação entre a forma compactada de tempo e espaço e o surgimento de novas formas culturais. Sobre estes processos de aceleração e excitação, característicos da sociedade pós-moderna, outros autores como Virilio (1996), Elias; Dunning (1992) e Pires (2002) colaboram na reflexão, salientando as alterações na dialética entre individualização e socialização decorrentes destes processos, onde se percebe nitidamente a quebra nos padrões das instituições sociais.

No âmbito mais pessoal, os níveis de autoestima e autoconceito, as prioridades lançadas para a vida, os relacionamentos e atitudes saudáveis são decisivos para se caracterizar os estilos de vida vigentes em uma cultura, o que se torna, obviamente, sazonal, em função de sua dinâmica. Nahas (2001), assim como Assumpção; Morais; Fontoura (2002), ressaltam que fatores como qualidade de vida, estilo de vida, prática de atividade física regular e hábitos saudáveis têm merecido atenção, tanto em âmbito acadêmico, como no social de modo geral, em que as discussões recaem sobre a disseminação e sistematização de determinantes capazes de favorecer níveis qualitativos e saudáveis para a existência humana, tornando este um verdadeiro paradigma da atualidade.

Com base nesses pressupostos, as expressões dos costumes podem ser claramente definidas nos diferentes aspectos do viver cotidiano, especialmente no que concerne aos âmbitos do trabalho e, também, das vivências do lazer, fenômeno cultural específico deste enfoque. Este último, por suas características como elemento cultural, pode favorecer espaços privilegiados para inúmeras manifestações, onde outros estilos podem ser experienciados, moldados e, inclusive transformados com maior facilidade, tornando-se instigante refletir sobre tais possibilidades.

6.2 Lazer e estilo de vida

O lazer pode representar um espaço rico de promoção dos veículos comunicativos e de socialização, neste sentido, podendo interferir nos vetores dos padrões de estilos de vida, uma vez que a autoidentidade, a noção de subjetividade e a identidade grupal são bastante exploradas e tendem a ser claramente definidas, segundo salientam Hendry *et al.* (1996). Confor-

me Stebbins (1982, 1992), um dos estudiosos que cunhou o termo “*serious leisure*”, há três formas básicas de apropriação e participação no lazer, sendo estas definidas sob a égide de papéis em âmbitos amador, profissional e dos *hobbies*, cada qual associado a um determinante do estilo existencial. Estes fatores são definidos pelo senso de perseverança, pelos esforços individuais, pelo envolvimento substancial com as opções, pela personalidade pessoal e pelas características do *ethos*.

Nas diferentes fases do desenvolvimento humano, os fatores que efetivamente delineiam o estilo de vida e do lazer são alterados, em função das expectativas referentes a cada faixa etária (SIVAN, 2003). Assim, na infância, a influência dos pais é decisiva para a padronização de estilos e para a qualidade da vivência no lazer, sendo que, mais tarde, esse papel é transferido para os amigos, para a escola, para outros adultos e para os ditames da mídia.

A atitude e as relações axiológicas relativas ao fenômeno do lazer, portanto, desenvolvem-se sob diferentes nuances, onde a absorção de valores se dá conforme a família e as influências consideradas complementares, como a mídia e as outras instituições, entrando como mediadoras do processo de aglutinação em inúmeras subculturas. A definição das atitudes e das condutas é baseada em preferências, oportunidades, níveis de experimentação, percepção, entre diversos outros fatores intervenientes e interdependentes, capazes de moldar os termos das escolhas particulares e contribuir para a formação de estilos semelhantes, legitimando o surgimento das tribos, conforme evidencia Maffesoli (1987). Para esse autor, o estilo de vida expressa uma espécie de identidade coletiva para os membros de um determinado grupo e esse estilo é, justamente, o que diferencia este grupo de outro.

As atitudes, crenças e valores assumidos estão, portanto, em íntima relação com o modo de vivência e os atributos sociais, definindo o estilo de vida, que, para Schwartz (2002) está intimamente relacionado à forma como o comportamento é expresso por um grupo, por meio de suas opções e maneiras de viver. Esse conjunto simbólico possui algumas características determinantes, em relação às particularidades imanentes a estes grupos

especificamente, à liberdade de opção ou, inclusive, ao significado pessoal impresso às experiências, o qual, por sua vez, está diretamente relacionado ao enredo psicológico de cada indivíduo.

A gama de variáveis que permeia o processo pelo qual as pessoas são estimuladas a terem condutas passivas ou ativas e a optarem por aderir ou não a determinadas atividades do contexto do lazer tem como foco os motivos de ordem psicológica, ambientais, sociais e genéticas, conforme evidencia Nahas (2001). Sendo assim, para Roberts (1981), o filtro, efetivamente, recai sobre a motivação, sobre a consciência das oportunidades, sobre o tempo disponível e sobre o custo, fatores decisivos no delineamento dos atuais padrões de estilos vigentes.

Jonson (1999), pesquisando sobre os benefícios e valores do lazer, salienta que a definição econômica de benefício de usufruto do lazer está relacionada com a medida de valor de bens e serviços que contribuem para o bem-estar ou utilidade para um indivíduo. Porém, o autor também afirma que a medida econômica não representa a única possibilidade de análise sobre esta questão, uma vez que inúmeras variáveis, inclusive as de ordem pessoal e íntima da personalidade, entram em jogo.

A competitividade acirrada, o desencadeamento da passividade e do sedentarismo provocados pela automação e pela evolução tecnológica, o aumento da violência e dos níveis de estresse, os modismos e padrões veiculados pela mídia, a deterioração da saúde, entre outros fatores, geram uma ansiedade capaz de mobilizar alguns indivíduos a assumirem estilos de vida alternativos. Estes são mediados por processos de conscientização da necessidade de mudança dos valores sobre o trabalho (HAWORTH; LEWIS, 2005) e sobre as opções de atividades no contexto do lazer. Entretanto, outros indivíduos, para serem mobilizados a alterações atitudinais e condutais, necessitam de estímulos voltados ao prazer, à busca do risco controlado, às emoções diferentes e à aventura, evidenciando o que Schwartz (2002) salientou como a dinâmica metafórica dos novos estilos existenciais.

Uma das formas mais em evidência entre as possibilidades de vivência do lazer contemporâneo é a busca ou a necessidade implícita do

reencontro do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a natureza, propiciada pelas atividades físicas de aventura na natureza (AFAN), conforme apregoa Betrán (1995; 2003). Estas atividades, por suas características peculiares e envolventes, referentes ao risco, à aventura, às emoções e à vivência na natureza, podem incitar novas descobertas internas e suas ressonâncias serem catalisadores de alterações no estilo existencial.

6.3 A aventura na natureza e suas ressonâncias no estilo do lazer

Diferentes perspectivas estimulam o interesse cada vez mais crescente pela vivência destas atividades ligadas à natureza. Essas formas, comumente tratadas pela mídia como esportes radicais ou de aventura, reiteram um apelo para além da atividade em si, da contemplação, da fruição, mas também, com legendas subliminares que envolvem, desde colocar-se em risco para testar a autossuperação, até a perpetuação de padrões e modismos vigentes, entre tantos outros subtextos interditos.

Esses elementos podem ter como estimulantes geradores de aderência causas como a alteração do significado do tempo, as necessidades de extravasamento de controle dos níveis de estresse, de procura por novidades fora do cotidiano, de acompanhamento de estilos pré-estabelecidos, de vivência de novas emoções, de aprimoramento dos níveis de saúde, entre tantos outros, como evidenciam Tahara e Schwartz (2003). Surgindo como apelos intuitivos, essas atividades instigam os pesquisadores no sentido de desvelarem estas inquietações provenientes dos aspectos subjetivos envolvidos e compreenderem as ressonâncias emocionais ligadas a estas práticas.

Bruhns (1997) evidencia que a repercussão das emoções e da aventura oferecidas pelas atividades praticadas junto ao ambiente natural tende a colaborar para uma harmonização do ser humano com a natureza e, neste sentido, com a possibilidade deste defrontar-se com sua própria natureza humana e com a redefinição das habilidades sociais. A busca por oportunidades de experiências no ambiente natural tem representado um fator relevante na expectativa por formulação de novos conceitos e de novos estilos

de viver, evidenciando-se como elemento catalisador de atitudes pró-ativas, como salienta Schwartz (2002).

Talvez, esta busca represente um dos motivos desencadeadores da mudança axiológica pela qual a área do lazer vem passando, uma vez que tal busca supera a simples procura pela vivência de uma atividade, fomentando, inclusive, mudanças estruturais nos estilos de vida, na qualidade de vida (SCHWARTZ; TAHARA, 2003), nas relações humanas e na própria concepção de corpo, cuja natureza emocional e sensível o detecta, agora, como possibilidade de ser um verdadeiro espaço ecológico (SCHWARTZ, 2001).

6.4 Aspectos subjetivos nas práticas de aventura na natureza

O processo de participação em atividades que suscitem aventura, risco controlado e emoção no âmbito do lazer permite o confronto individual humano com suas próprias limitações e com a compreensão de seus comportamentos e escolhas, segundo Little (2002), favorecendo o aprimoramento de inúmeros elementos psicossociais intervenientes nestas experiências. Com a (re) aproximação do ser humano ao ambiente mais natural, há uma efetiva catalisação dos níveis de participação dos órgãos dos sentidos, favorecendo uma integração maior entre contemplação, percepção e ação, em que o processo de experimentação se traduz na aquisição de conhecimento, por meio das informações sensíveis, as quais perpassam o corpo como um todo, permitindo ao ser humano o contato consigo próprio, com o outro e com a natureza, de maneira a suscitar uma formação ética pautada no conhecimento, no respeito e no redescobrimto, afirma Silva (2004).

Estas novas perspectivas de implementação da relação humana com a natureza, por meio das AFAN, vêm sendo fomentadas por sua caracterização e possibilidade de vivência de novas aventuras e emoções com risco controlado, com afastamento temporário da realidade (MACHADO; SCHWARTZ, 2003). Com o intuito de ampliar as reflexões nesse sentido,

diversas áreas do conhecimento têm debruçado atenção atual na reflexão sobre essas práticas, e, na área de estudos do movimento, estes elementos já representam objetos de pesquisa consolidados em diversos países, especialmente naqueles com potenciais ecoturísticos consagrados.

Na Espanha, por exemplo, por meio das contribuições de Betrán (1995, 2003), autor que cunhou o termo atividades físicas de aventura na natureza (AFAN), são evidenciadas as condutas motrizes em sinergia com a natureza. Lacruz e Perich (2000), estudiosos daquele país, também apresentam contribuições nesse sentido, aos olhos da área de Educação Física, apontando propostas de ações sobre a perspectiva da qualidade dessa interação do homem com a natureza, visando a educação ambiental e a mudança de valores e atitudes.

Na Austrália, outro exemplo, pela riqueza de seu componente geográfico, a recreação ao ar livre – *outdoor recreation* – assume um considerável papel no âmbito da consolidação das opções de lazer naquele país, estando em um patamar de grande organização e sistematização. Diversos autores das inúmeras instituições australianas se debruçam para estudar este fenômeno, relacionando, inclusive, as experiências em ambiente natural na perspectiva do desenvolvimento humano, como nos estudos de Hayllar (2002), Griffin *et al.* (2003), entre inúmeros outros.

No Brasil, apesar da crescente demanda pelas atividades de aventura, bem pouca sistematização é presenciada, representando uma inquietação emergente, pela carência de ações concretas para a consolidação da sustentabilidade do usufruto de áreas de conservação, do turismo e, até mesmo, pela ineficácia da formação profissional, para lidar com esta temática. Estas preocupações começam a catalisar a geração de reflexões em nível acadêmico e discussões em congressos na temática do lazer e em outros mais especializados.

Com relação à produção acadêmica de pesquisas acerca desse universo no âmbito da Motricidade Humana, mais especificamente nas áreas de Educação Física e Lazer no Brasil, estes enfoques vêm sendo evidenciados em uma tímida, porém, crescente produção de pesquisadores. Os estudiosos parecem estar preocupados com a necessidade de debruçar o olhar

sobre a sistematização, regulamentação e impressão de qualidade nas ações individuais, de formação de recursos humanos e, até mesmo, de políticas públicas, voltadas à implementação de conteúdos éticos desta relação humana com a natureza e da promoção de experiências que favoreçam maior qualidade nos níveis de saúde existencial.

Em estudos como os de Ribeiro (1998), nota-se o foco na necessidade de aprimoramento da transdisciplinaridade em educação ambiental, favorecendo reflexões sobre o corpo e as relações deste com a natureza, de forma a adquirir um sentido mais profundo, numa relação efetiva corpo&alma. Marinho (1999), assim como Marinho; Schwartz (2001, 2005) evidenciam propostas de experiências sensitivas significativas para a amplificação qualitativa da relação ser humano-natureza.

Schwartz e Silva (1999) e Schwartz (2001; 2002) têm dedicado inúmeros estudos para salientar a necessidade de compromisso das diferentes áreas do conhecimento, envolvidas com a temática que focaliza a interação humana com o ambiente natural, com os preceitos preservacionistas e com o estímulo a um estilo de vida mais ativo e saudável, fomentando uma reavaliação do lazer no âmbito da qualidade existencial e delineando as perspectivas dessas vivências serem de tal modo significativas, a ponto de terem ressonâncias, inclusive na determinação de novos estilos de vida e de lazer.

Nesse mesmo sentido de compreender o interesse sobre a aquisição de um estilo de vida com maior participação ativa, inclusive no âmbito do lazer urbano, Luba e Schwartz (2001) propuseram uma reflexão, salientando os fatores de aderência e manutenção à prática destas atividades nos grandes centros urbanos e, em Tahara e Schwartz (2003) nos locais mais naturais. Outros estudos, como os de Schwartz e Gáspari (2001; 2003) são voltados para a compreensão do universo imaginário que perpassa a relação humana com a natureza, por meio da vivência de atividades de aventura, salientando a questão do risco e da aventura e suas representações dos limites da sociedade.

Todos estes estudos anteriormente arrolados, entre diversos outros, representam o início das reflexões sobre as atividades na natureza e suas repercussões no âmbito do estilo de vida e do lazer. Porém, muito, ainda, se tem por

investigar a respeito desse interesse atual do ser humano pela busca de formas de aprimoramento desta sua relação com a natureza, e de como o ambiente natural, fator inerente às vivências em atividades de aventura, pode influenciar as condutas humanas e interferir diretamente em mudanças axiológicas.

Sobre o aspecto referente ao aprimoramento dos níveis de qualidade de vida por intermédio das vivências de aventuras na natureza, um grande desafio que se apresenta é baseado em perspectivas que possam promover e gerar impulsos capazes de substanciar o distanciamento do sedentarismo, da má organização dos hábitos cotidianos, dos padrões alimentares, da falta de adesão aos aspectos preventivos de doenças, do estresse, catalisando atitudes pró-ativas, com intenção preservacionista em todos os sentidos e com a busca por melhores níveis de saúde em geral. Todos esses aspectos estão diretamente associados aos impulsos motivacionais oferecidos pelas diversas atividades de aventura vivenciadas no âmbito do lazer, pelo fato destas estarem em conexão direta com o enredo psicológico do ser humano, evidenciando elementos que podem imprimir ressonâncias positivas, tanto individualmente, quanto no contexto social atual, merecendo maior destaque, tanto em âmbito acadêmico, quanto político.

Especialmente no que concerne às atividades de aventura no contexto do lazer, estas obtiveram um crescimento bastante nítido nas últimas décadas, representando um fenômeno interessante em todo o mundo, aliado às alterações na conjectura social, tornando-se um campo profícuo e emergente de análise em diversas áreas. Entretanto, elas ainda são desafiadoras para o campo acadêmico, especialmente no que concerne aos aspectos subjetivos nelas envolvidos.

Outros elementos também entram em jogo definindo escolhas e produzindo mudanças de valores e condutas acerca da concepção de lazer ativo e saudável. A sistematização e a evolução tecnológicas, por exemplo, podem representar fatores que diferenciam e fomentam o interesse dos participantes em relação à prática regular dessas e de outras atividades no contexto do lazer, tendo em vista maior grau de segurança para a prática. Porém, isto ainda não está claro e nem comprovado na literatura específica.

Outra inquietação geradora de novos estudos e que ainda não está devidamente esclarecida é sobre o potencial dessas atividades na perspectiva de mudanças em nível individual ou pessoal fomentando alterações ressonantes em nível social. Todo esse prisma de desafios requer intencionalidade, no sentido de se buscar novas reflexões que possam auxiliar a redirecionar e reorganizar a evolução qualitativa do lazer, colaborando efetivamente com a formulação de novas perspectivas pró-ativas, voltadas para a promoção da saúde e da qualidade existencial.

Também se apresenta como um desafio fomentar a implementação de uma produção acadêmica capaz de catalisar ações efetivas no contexto das políticas públicas de lazer no Brasil, cujo direito está assegurado constitucionalmente. Novas formas de gestão e participação devem ser implementadas, no sentido de disseminar mudanças axiológicas, impactando todas as esferas sociais.

Referências

- ASSUMPCÃO, L. O. T.; MORAIS, P. P. de; FONTOURA, H. **Relação Entre Atividade Física, Saúde, e Qualidade de Vida**. Notas introdutórias. *Efdeportes Revista Digital*, Buenos Aires, Año 8, Nº 52, p. 1-3, 2002. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>> Revista Digital -. Acesso em: 12 maio 2010.
- BETRÁN, J. O. **Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza: Análise Sociocultural**. Apunts, Barcelona, n. 41, p. 5-8, 1995.
- BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARI-NHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Manole, 2003, p.157-202.
- BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.18, n.2, p.86-91, 1997.

- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. Trad. Júlio AssisSimões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GRIFFIN, T., HAYLLAR, B., HUYSKENS, M. The Precinct Experience: **A Phenomenological Approach, Leisure, Change, Diversity: Proceedings of the 6th Biennial Conference of Australian and New Zealand Association for Leisure Studies**, UTS, Sydney, 10 July 2003.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAYLLAR, B., Leisure Experience and Human Development: a dialectical Interpretation: book review, **Annals of Leisure Research**, 5, p. 81 - 81, Australian and New Zealand Association For Leisure Studies, Sydney, Australia, 2002.
- HAWORTH, J.; LEWIS, S. Work, leisure and well-being. **Leisure Studies UK**: Routledge, v. 33, n.1, p. 67 - 79, February 2005.
- HENDRY *et al.* **Young People's leisure and lifestyles**. New York, USA: Routledge, 1996
- JONSON, P. Play and "Enjoyable Experience": A pedagogical framework. **Revista Motriz** v.5 n.1, p. 18-21, junho/1999.
- LACRUZ, I.; PERICH, M. Las emociones en la practica de las actividades físicas en la naturaleza. Lecturas: Educación Física y Deportes. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 5, n.23, jul 2000. Disponível em: <www.efdeportes.com>. Acessado em 12 abril de 2010.

- LITTLE, D.E. Women and adventure recreation: reconstructing leisure constraints and adventure experiences to negotiate continuing participation. **Journal of Leisure Research**. Arlington, Second Quarter, 2002.
- LUBA, G. M.; SCHWARTZ, G. M. Estilo de vida ativo: o rappel urbano. In: XXIV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2001, São Paulo. **Anais...XXIV** Simpósio Internacional de Ciências do Esporte. 2001. p. 147.
- MACHADO, F. H., SCHWARTZ, G. M. A atividade física como representação de afastamento temporário do cotidiano. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, p.115, 2003
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo na sociedade das massas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MARINHO, A. Do bambi ao rambo ou vice-versa? – As relações humanas com a natureza. **Revista Conexões**, Campinas, n. 3, p. 33-41, 1999.
- MARINHO, A., SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo. **Lecturas Educación Física y Deportes** Buenos Aires v.88, p.1 – 8, 2005. Disponível em: www.efdeportes.com.br. Acesso em 12 abril de 2010.
- MARINHO, A.; SCHWARTZ, G. M. Caverna do Fazendão: experiências turísticas de sensibilização. **Turismo em Dnálise**. São Paulo: ECA - Escola de Comunicações e Artes da USP, v. 12, nº. 1, p. 80-85, mai/2001.
- NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo**. 2.ed. Londrina: Midio-graf, 2001.

- PIRES, G.D.L. Aspectos socioculturais do lazer na vida cotidiana. In: BURGO, M. S.; PINTO, L. M. S. M. (Orgs.) **Lazer e Estilo de Vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 27-39.
- RIBEIRO, I. C. **Ecologia de Corpo&Alma e Transdisciplinaridade em Educação Ambiental**. 1998. 175f. Tese (Dissertação de mestrado) – Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo.
- ROBERTS, J. **The Environment of Family Leisure**. *Proceedings 9th International Seminar on Sport, Leisure and Family*. ICSPE, Brugge, Belgium, 1981.
- SCHWARTZ, G. M.; DE GÁSPARI, J.C. **Risco e Aventura**: representação dos limites da sociedade, I Conferência Nacional do Imaginário e das Representações Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer – Universidade Gama Filho –Rio de Janeiro, de 23 a 25/08/2001, p. 135, Cdrom.
- SCHWARTZ, G. M. O corpo sensível como espaço ecológico. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 49-54, 2001.
- SCHWARTZ, G. M. Emoção, aventura e risco - A dinâmica metafórica dos novos estilos In: BURGO, M. S.; PINTO, L.M S. **Lazer e Estilo de Vida**. 01 ed. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002, p. 139-168.
- SCHWARTZ, G. M., GASPARI, J. C. Atividade Física Saúde: Valores, atitudes e Comportamentos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, p.176 - 176, 2003.
- SCHWARTZ, G. M., TAHARA, A. K. Atividade física no âmbito do lazer na promoção de estilo de vida ativo e saudável. **Motriz**, Rio Claro, v.9, p.179 - 179, 2003.

SCHWARTZ, G.M., SILVA, R.L. Lazer, Turismo e Ecologia: contribuições para uma nova atitude. In: XI ENAREL, 1999, Cascavel. **Anais... XI Enarel**, v.1, 1999, p. 263.

SILVA, R.L. **As emoções das atividades físicas de aventura na natureza e a ressignificação do papel feminino**. 2004. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2004.

SIVAN, A. Has leisure got anything to do with learning? An exploratory study of the lifestyles of young people in Hong Kong universities. **Leisure Studies** 22, 129-146, 2003.

STEBBINS, R.A. Serious leisure: a conceptual statement. **Pacific Sociological Review**, 25, 251-72, 1982.

_____. **Amateurs, professionals and serious leisure**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1992.

TAHARA, A. K., SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura na natureza: investindo na qualidade de vida. **Motriz**, Rio Claro. v.9, p.179 - 179, 2003.

VEAL, A. J. Lifestyle, leisure and pluralism. **Leisure Studies**, v.8, n.3, p.213-18, 1989

VIRILIO, P. **A Arte do motor**. São Paulo: Liberdade, 1996.

7 A ADAPTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AVENTURA NA ESTRUTURA DA ESCOLA

Laércio Claro Pereira Franco

As Atividades de Aventura proporcionam, a cada praticante, experiências e significados pessoais diferentes. Quando inseri Montanhismo na escola, em 1994, ou antes, ainda, quando, junto com um compadre ex-militar, montei cursos de sobrevivência, escalada, *caving*, entre outros, não imaginava em que, a área relacionada à Aventura, se transformaria. Éramos praticantes de montanhismo em meados dos anos 80 e montamos cursos apenas para conseguir ficar mais vezes na natureza e ganharmos o suficiente para a compra de equipamentos, quase impossíveis de achar no Brasil, em época de hiperinflação e de grandes restrições às importações.

A iniciação no exército em técnicas verticais, sobrevivência, etc., nos ensinou muitas coisas. Entre elas, num exército pobre de 3º mundo, o ensinamento básico era o de preservar o equipamento e adaptar; quase sempre adaptar ou adaptar-se. Também, desmistifiquei alguns paradigmas em relação aos militares. Meu oficial comandante sempre dizia: “Não devemos morrer pela Pátria, mas sim fazer nosso inimigo morrer pela Pátria dele. Devemos, sim, viver pela nossa Pátria”. Lógico que era um contexto ufanista, com forte tendência à extrema direita, entre outros defeitos que qualquer cunho ideológico faccioso promove. Não é na alteração ideológica que pretendo direcionar minha discussão, mas sim na necessidade de adaptação que precisávamos nos submeter. Nossa criatividade deveria chegar a tal ponto que deveríamos

estar prontos para vencer inimigos tecnologicamente mais avançados, porém dependentes dessa mesma tecnologia e fazê-los morrer pela Pátria deles.

Bem, fiquei pouquíssimo tempo no exército. Percebi que, o dia a dia dos militares não servia para mim e, também, por incrível que pareça, faziam pouca aventura no decorrer do ano, pelo menos para minhas expectativas. Entre faxinas, ordens unidas e instruções de guerra, ficávamos muito pouco na natureza, o que, na verdade, eu mais gostava. Mas as lições sobre adaptações, cooperação, união de grupo, entre outros, preencheram minhas células e auxiliam minhas aventuras e minha profissão até hoje. Com essa bagagem, pude experimentar dezenas de Atividades de Aventura e formar conceitos que alicerçam uma grande fatia de minha vida.

Esta resumida história foi apenas para ilustrar o contexto formador de minha inserção no mundo da Aventura e que fomentou a profissão que escolhi. Toda essa base me auxiliou na montagem de cursos e em alguns caminhos na hora de preparar e ministrar aulas. As modalidades de aventura ainda estavam se organizando e havia pouquíssimas federações. Havia, sim, vários grupos bem organizados, com pessoas extremamente competentes e experientes, mas sem nenhum espaço na mídia ou divulgação.

Pense agora na colocação de modalidades de Aventura numa escola particular, quando ainda não se falava numa área de conhecimento sobre esse tema. Numa época em que escalador, explorador de caverna, mergulhador, entre outras modalidades, eram atividades relacionadas a “malucos sem noção de perigo” ou a pesquisadores ou exploradores profissionais, altamente treinados.

Imagine, ainda, colocar esse tipo de atividade na escola, com pouquíssimos equipamentos e, não como disciplina eletiva, mas sim como mais um conteúdo do currículo anual da Educação Física, portanto, junto com futsal, vôlei, ginástica, etc. Como pode ver, não só fui bem iniciado em adaptações, como também na arte da persuasão. Convencer os alunos foi fácil, mas o grupo direção, coordenação e pais foi mais difícil. Mais tarde comecei a inclusão desse conteúdo na escola pública também.

Colocar modalidades típicas da natureza, ou mesmo as Atividades de Aventura urbanas, na escola é, ainda hoje, um grande desafio para mim ou

qualquer professor, em qualquer escola. São atividades elitistas pela necessidade de equipamentos específicos, muitas vezes importados e de difícil acesso para aquisição, ainda mais para uma instituição viciada na compra apenas de bolas. Além disso, o professor deve estar capacitado para isso e, principalmente, apto para evitar e resolver incidentes e acidentes. Porém, mesmo assim, desde o final dos anos 90, tenho por mim que esse conteúdo pertence à Educação Física e deve ser popularizado. Esse será o tema principal deste texto.

7.1 As Atividades de Aventura e Sua Relação com a Educação Física

Nas duas últimas décadas, verificamos o rápido desenvolvimento das atividades de aventura no Brasil, porém, para minha frustração, isso não ocorreu pela Educação Física, mas sim muito mais pelo turismo e seus segmentos. Se fôssemos levar em consideração o contexto do lazer, sim, a Educação Física esteve lá, mas não como protagonista. Não se via, com frequência, profissionais da área atuando como guias ou montando estruturas para aventura.

Se pensarmos na definição oficial do Ecoturismo, parte dela poderia, ou deveria começar a ser tratada na escola. Como podemos ver

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2008, p.16)

Termos como: patrimônio cultural, formação de uma consciência ambientalista e interpretação do ambiente, parecem soar muito bem, oriundas da boca de um professor dentro da escola e deveriam ter sido a fonte para a atração de público para vivências na natureza e a conseqüente prática de Atividades de Aventura e sua ascendência.

O ecoturismo, sem dúvida, já ajudou muito e ainda ajuda os vários setores da educação na reaproximação com o meio ambiente. O simples fato de

estar mais próximo à natureza, parece melhorar a convivência e a preservação da mesma, além de auxiliar a população regional, como afirma Jesus (2003):

“O ecoturismo delimita, a princípio, uma ruptura com as formas tradicionais de visitar a natureza, ao pautar-se pela busca prioritária da preservação dos ecossistemas e pela sustentabilidade da atividade, tomada inclusive como forma de viabilizar economicamente a própria preservação ecológica (...). A busca na natureza e no mundo rural como válvula de escape para a agitação das grandes cidades se impõe como um embrião do “turismo de compensação”. Neste contexto observa-se a difusão de parques e reservas naturais para fins de preservação e recreação. (JESUS, 2003, p. 82)

A criação de parques temáticos, hotéis estruturados para acessar a natureza, o aumento das estruturas das reservas ambientais, entre outros fatores, levados pela onda ecoturística, criaram o substrato para essa ascensão. Essa onda ecoturística e de preocupação ecológica foi oriunda das discussões anteriores sobre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, concretizadas no Brasil pela “Rio 92”, se tornando fatores muito mais relevantes na atuação da Educação no geral, nos esportes olímpicos, mas pouco atuante na Educação Física em particular.

Da Costa (1997) cita temas ligando o esporte e a natureza no Congresso Mundial Científico “Desporto na Sociedade Moderna” e no Conselho da Europa, na “Carta Europeia do Desporto para Todos”, ambos na década de 70. Essas afirmações mostram que o interesse pela temática natureza-esporte vem crescendo desde há muito tempo, porém vagarosamente. Na “Rio 92”, em suas mesas redondas e nos temas discutidos sobre Homem, Cidade e Natureza, foi dado um grande impulso na área esportiva. A Assembleia do Comitê Olímpico Internacional, no mesmo ano, discutiu compromissos com relação ao respeito ao meio ambiente. O autor anteriormente citado resume:

(...) a reconciliação factual do desporto com a natureza submetida a ameaças é, todavia reflexo do que ocorre com a sociedade

como um todo. Neste particular a evolução do desporto nos anos 90 mostrava expansão das soluções contratualistas, destacando-se casos localizados de normatização da proteção ambiental apoiados por recomendações gerais, ao estilo dos documentos emitidos pelo Conselho da Europa...”. (DA COSTA, 1997, p.66)

Da Costa (1997) ainda cita o Comitê Organizador dos jogos Olímpicos de Inverno em Lillehammer, 1994, que decidiu transformar o evento numa demonstração de como compatibilizar, em alto nível de exigência, arquitetura, cultura e meio ambiente. Cita, ainda, que diversas federações alemãs definiram normas para praticantes e para construção e readaptação de instalações esportivas, voltadas para a proteção ou conservação da natureza. Modalidades como ciclismo, orientação, vela e motor, montanhismo e corridas, entre outras, constavam nesta normatização. Essas ações já fazem parte da organização dos grandes eventos esportivos da atualidade, assim como também ocorreu nos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

Toda essa preocupação já demonstrada há mais de vinte anos na Europa demorou a chegar ao Brasil e, principalmente à Educação Física, sendo absorvida por outros setores de vários segmentos sociais, que estão se movimentando e ganhando espaço. Esse movimento da sociedade foi aproveitado, por exemplo, pela mídia, que percebeu a possibilidade de transformação dessa ligação esporte-natureza, em esporte espetáculo e em fins mercadológicos, cedendo um bom espaço para os esportes radicais, de aventura ou de natureza em seus vários setores, sobretudo nos canais de TV (aberta e fechada), jornais, revistas e em programas de turismo.

Ficou mais fácil o acesso à natureza por parte dos praticantes e iniciantes nas modalidades de aventura, bem como a diversidade de esportes e de locais estruturados para a prática. Mesmo com pouco tempo de surgimento das práticas de Atividades de Aventura, antes restritas a população de classe média alta e alta, já estamos experimentando certo “equilíbrio químico” de várias de suas modalidades em faixas sociais mais baixas. Vários praticantes e atletas vão à natureza; praticam a modalidade; retornam à cidade e, para não se distanciarem

das sensações que a aventura proporciona, procuram vivenciar simulações da modalidade praticada.

A Educação Física, com grande morosidade, vem descobrindo as Atividades de Aventura. De alguns anos para cá, vários praticantes de esportes de aventura, entre profissionais e amadores, têm procurado profissionais de Educação Física, em academias, para melhorar suas performances. Na área, os trabalhos e estudos acadêmicos têm crescido verticalmente, principalmente os situados no contexto do lazer. Mas não é o caso da Educação Física escolar e tenho experimentado isso nos vários contatos que mantenho com colegas de profissão e quando montei minha dissertação de mestrado²⁶, defendida em 2008. Simplesmente as referências sobre Atividades de Aventura na escola se reduziam, na época, a duas ou três e, mesmo assim, eram exemplos de práticas extracurriculares, fora do contexto de um componente curricular, como deve ser considerada a Educação Física.

7.2 As Atividades de Aventura na Escola

A popularização das Atividades de Aventura poderia ser muito mais efetiva se iniciada na escola, com o amparo, não só da Educação Física, mas de todos os possíveis canais interdisciplinares. As discussões sobre preservação e desenvolvimento sustentável, os aspectos geográficos e históricos dos locais de prática aventureira, as leis da física que envolvem várias das modalidades, entre muitas outras possibilidades, serviriam de alicerce para um grande projeto educativo dentro da escola.

Na maioria das escolas a área de Educação Física atua como coadjuvante quando alguma turma de alunos vai estudar fora da escola, os chamados “estudos do meio” ou “estudos de campo”, nas abordagens desta temática: meio ambiente e natureza. Em geral o professor da área é chamado para auxiliar esses estudos por conseguir controlar melhor os alunos em

26 FRANCO, L.C.P. Atividades Físicas de Aventura na Escola: uma proposta pedagógica nas três dimensões do conteúdo. Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade (Área de Pedagogia da Motricidade Humana). UNESP, 2008.

ambientes abertos e não por manter conexões com esses conhecimentos, ficando à margem dos objetivos das outras disciplinas e dos Temas Transversais propostos pelos PCNs (BRASIL, 1998).

Na perspectiva de área de conhecimento, a Educação Física escolar pode atuar também como agente fecundador desses “estudos do meio”, pois possui conteúdos significativos para isso. São pouquíssimos utilizados na escola, mas conseguem dar conta especificamente da abordagem dos temas relacionados ao meio ambiente e à natureza, sua preservação e desenvolvimento sustentável.

Quando me refiro a escola, não estou me referindo as que se localizam no meio rural, mas sim as instituições educacionais das cidades que, teoricamente, possuem maior distanciamento com as possíveis experiências de risco, presentes nas modalidades de aventura no meio natural. O ambiente rural, ao contrário do ambiente urbano, pressupõe o convívio com a natureza e uma heterogeneidade de ambientes característica. Já perambulei por inúmeras escolas rurais, em vários estados brasileiros, e vi poucas quadras nos locais visitados. Para falar a verdade, nos lugares que passei, nem professores de Educação Física existiam, apesar de ter visto professoras polivalentes, dando jogos e brincadeiras para seus alunos. Mesmo assim, é difícil acreditar que exista, nessas escolas, algum trabalho sistematizado sobre Atividades de Aventura. Pelo menos desconheço algum.

Já as escolas urbanas possuem sedimentadas, em seu ambiente, todo um aspecto controlado, com muros e alambrados, salas de aula e locais destinados para prática de atividades físicas. São construções baseadas em uma forma tradicional de ministrar aulas: salas de aula retangulares, com lousas, carteiras enfileiradas, etc. Não se constrói uma escola com salas ovais, uma parede de escalada ou uma pista de *skate*, mas sim com quadras, pintadas com linhas dos esportes tradicionais: futsal, handebol, basquete e vôlei.

Se pensarmos que, na escola, estamos ajudando a formar cidadãos autônomos e críticos, inseridos na sociedade, cabe a área da Educação Física, também, proporcionar, ao futuro adulto, informações suficientes para a escolha de atividades que possam ocupar o tempo livre desse cidadão (DARIDO; RANGEL, 2005). Os esportes tradicionais, amplamente tratados na grande maioria dos currículos de Educação Física escolar, podem dar conta de atender

ao gosto de uma boa parcela dos formandos da Educação Básica, aqueles que virão a ser adultos, para o futuro uso do ócio, nas suas horas no contexto de lazer. Temos a convicção que esses alunos devem, e têm o direito, de receber muitos outros conhecimentos presentes na Cultura Corporal de Movimento e assim, aumentar seus conhecimentos, experiências e possibilidades de escolhas.

Mas como inserir algumas modalidades de aventura no ambiente escolar, sem os equipamentos adequados? Bem, tudo o que é diferente e inovador, normalmente, encontra obstáculos para sua adequação. Contudo, partindo do exemplo de nosso exército pobre de 3º mundo, cujo ensinamento básico era o de preservar o equipamento e adaptar; quase sempre adaptar ou adaptar-se, podemos encontrar soluções para essa adequação.

O problema de aquisição de materiais e equipamentos diversos, não é só privilégio da Educação Física, muito menos se são de aventura ou não. As escolas brasileiras, de maneira geral, sofrem com a falta de materiais, fazendo com que diretores e professores sejam muito criativos e menciam para conduzir o trabalho com qualidade e dignidade.

Podemos iniciar a inserção das Atividades Físicas de Aventura a partir das discussões ambientais, como já comentado. O trabalho, utilizando as três dimensões do conteúdo, conceitual, procedimental e atitudinal (BRASIL, 1998; DARIDO; RANGEL, 2005 e outros) facilita muito o desenvolvimento estratégico do conteúdo. Essas discussões iniciais entrariam, principalmente, no campo conceitual, embasando o desenrolar do conteúdo. Projetos interdisciplinares são magníficos, mas sabemos que nem sempre há vontade por parte dos colegas da escola para isso. Então podemos inserir o conteúdo a partir das Atividades Físicas de Aventura (A.F.A.)²⁷ como componente da Cultura Corporal de Movimento.

Podemos questionar os alunos a partir do que sabem sobre Esportes de Aventura e realizamos um levantamento das modalidades conhecidas deles. Nesse momento podemos discutir a nomenclatura e questioná-los como poderíamos classificar as A.F.A. e, após breve discussão, apresentar aquela escolhida por nós. Perguntamos, também, como e quando devem ter surgido

27 Para melhor compreensão desse termo ver dissertação de mestrado do autor, FRANCO (2008).

essas modalidades, tentando estabelecer uma rápida linha do tempo e a situação histórica do momento, sem a necessidade de maiores aprofundamentos. O importante é o aluno ter uma noção da essência da formação desse conteúdo para entender o contexto de uma posterior prática.

O conteúdo de A.F.A. a ser trabalhado na escola dependerá da estrutura e adaptações possíveis, além do conhecimento e interesse do professor e suas relações com a comunidade escolar. Atividades populares como A.F.A. sobre rodas (patins, *mountain bike*, *skate*, etc.) e corridas de orientação/enduro a pé, podem iniciar um trabalho na escola, em qualquer dos níveis da Educação Básica. Com um pouco mais de estudo e conhecimento, o professor poderá iniciar trabalhos em outras modalidades, como a escalada e o arborismo, além do *Parkour*²⁸, plenamente adaptáveis às estruturas comuns da maioria das escolas.

Figura 1: Alunos do Ensino Fundamental 1 se deslocando na “falsa baiana” na quadra;



Foto – Laercio Franco

28 *Parkour*, *Le Parkour* ou apenas PK, como é conhecido pelos praticantes é o nome dado ao deslocamento sobre obstáculos urbanos ou naturais, utilizando apenas movimentos eficientes do corpo. “A ideia é traçar um percurso ou objetivo e, por meios próprios, alcançá-lo independentemente dos obstáculos que surgirem no caminho. Durante esse deslocamento o praticante aprende a fazer uso de artifícios que vão desde a exploração da sua condição física ao discernimento de quais métodos de transposição oferecem menor risco ou maior eficiência durante esse trajeto. A prática recebeu esse nome em 98 quando David Belle, juntamente com os praticantes de vanguarda, trouxeram para a as ruas francesas uma adaptação para o meio urbano das técnicas de salvamento e resgate utilizadas em treinos militares.” Fonte: Associação Brasileira de Parkour - <http://abpkbrasil.wordpress.com/entendendo-o-parkour/>, acesso em 02 de fevereiro de 2010.

Figura 2: Adaptado ao playground da escola (Ensino Fundamental 2).



Foto – Laercio Franco

Todas as modalidades de A.F.A. tradicionais carregam consigo protocolos de segurança eficazes, mas, em razão dos custos altos de algumas, nem sempre são viáveis para o contexto escolar. Apesar disso, muitas delas, possivelmente, serão adaptáveis à realidade do professor e dos alunos.

Realizar, por exemplo, atividades sobre rodas na quadra, pátio e outros locais possíveis, na estrutura de uma escola comum, é possível, basta alguns cuidados, como: estabelecer regras sobre os espaços permitidos, equipamentos de segurança e proteção (joelheiras, caneleiras, mesmo que de papelão, luvas, etc.), trazer os materiais de casa e dividir com os que não possuem, atribuir funções para os que não estiverem equipados, entre outras.

Outro exemplo de adaptação seria a utilização de cordas de poliamida, com alma, vendida nas casas de construção (de 11 mm de espessura) para a confecção de obstáculos de arborismo e outras adaptações. Desde que os obstáculos sejam construídos em baixa altura e sem tracionar a corda excessivamente, há uma grande gama de alternativas para os alunos estudarem e vivenciarem. Há, também, a adaptação de uma cadeirinha de escalada, confeccionada com uma corda destas, fato muito usual em nosso exército e

com muita segurança. Ela pode ser utilizada para dar segurança aos alunos realizando “comando *craw*” (transposição horizontal de um ponto a outro, passando por um abismo ou curso d’água), para a “falsa baiana”, uma mini tirolesa, etc. Normalmente, essas atividades podem ser praticadas utilizando os muros, postes, árvores, alambrados e outras áreas comuns da escola.

O professor interessado deve estudar esses protocolos de segurança, os equipamentos envolvidos, pensar na estrutura de sua escola, no perfil de seu público e procurar caminhos para adequação da sua realidade. É indiscutível a preferência pelos equipamentos específicos elaborados para esta ou aquela modalidade. São mais seguros que qualquer adaptação, testados e garantidos. Se a realidade da escola permitir, a aquisição do equipamento apropriado é o mais recomendado. Cabe ao professor usar o bom senso e administrar o custo benefício dessas aquisições. Pode-se nivelar pelo básico e o mais simples, recheado de segurança, mas não deixar de usar.

7.3 Considerações finais

Com certeza, não fui o primeiro professor a trabalhar Atividades de Aventura na escola. Posso até ser um dos pioneiros a tratar as Atividades de Aventura como mais um conteúdo do currículo comum da Educação Física nas escolas brasileiras e a sistematizar isso academicamente, mas não é essa mensagem que pretendo deixar. Não quero reconhecimento ou honras por essa iniciativa; tenho apenas a intenção de popularizar essas práticas corporais, de preferência, a partir da Educação Física escolar.

Recentemente fui à maior feira de esportes de aventura da América Latina – *Adventure Sports Fair* – que acontece em São Paulo anualmente, há alguns anos. Realmente é um espetáculo, com várias atividades e atrações, como *snow board*, pista *off road*, barcos de luxo, helicópteros, palestrantes renomados, dezenas de opções de roupas e equipamentos específicos de aventura e um número absurdo de opções ecoturísticas nacionais e internacionais. Um volume de negócios de dezenas de milhões de dólares. Sai de lá decepcionado e me sentindo mais pobre.

A divulgação da *Adventure Sports Fair* dizia que é uma feira para quem gosta e vive do turismo de aventura! Realmente, o foco da feira é

trabalhar diretamente com o setor de negócios no segmento de turismo de aventura, porém, claramente, voltado para um público elitizado e acostumado ao luxo.

Um dos maiores eventos do Brasil direcionado a aventura e que *poderia servir de difusão e popularização das Atividades de Aventura*, foi concebido para a classe alta e média alta. Fiquei frustrado, pois achei que encontraria opções de equipamentos mais baratos; sugestões de atividades de fácil acesso, enfim, propostas populares, afinal não há outras feiras de aventura regulares por aí.

A feira apenas confirma as tendências firmadas nos caminhos pelos quais as Atividades de Aventura percorreram: as poucas e altas “curvas de nível” da elite. Caminho que, felizmente, parece estar diminuindo sua “altitude”, graças a algumas modalidades que se sobressaem nas estruturas artificiais das cidades, como o skatismo, o *Parkour* e seus *traceurs*, entre poucas outras.

Assim como nosso pobre exército precisa dos conceitos de adaptação para se dizer eficiente, as Atividades de Aventura só atingirão efetivamente a população de baixa renda e uma verdadeira massificação, se adaptadas aos locais onde ela tem acesso: a escola, por exemplo. Local onde, além de ensino e aprendizagem, se trabalha as diferenças, portanto, a inclusão.

Referências

BRASIL - Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília, DF: MEC/SEB, 1998.

_____. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

DA COSTA, L.P. **Meio Ambiente e Desporto**: uma perspectiva internacional. Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade do Porto, Portugal. 1997.

JESUS, G. M. in MARINHO, A. BRUHNS, H. T. (orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza. São Paulo: Manole, 2003.**

DARIDO, S.C.; RANGEL, I.C.A. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2005.

FRANCO, L.C.P. **Atividades Físicas de Aventura na Escola: uma proposta pedagógica nas três dimensões do conteúdo.** Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade (Área de Pedagogia da Motricidade Humana). UNESP, 2008.

JESUS, G. M. **A Leviana Territorialidade dos Esportes de Aventura: um desafio à gestão do ecoturismo.** In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza. São Paulo: Manole, 2003.**

8 ATIVIDADES DE AVENTURA EM AMBIENTES ARTIFICIAIS

Luciano Andrade Bernardes

As chamadas atividades de aventura são práticas antigas, executadas pelo ser humano desde o início de sua história moderna, porém não pela ótica do lazer, e sim pela sua própria necessidade de sobrevivência e pelo nomadismo natural que a história do homem moderno nos mostra. Cantorani e Pilatti (2005) afirmam que ao longo da evolução humana, sempre existiram atividades envolvendo desafios e fortes emoções, tais quais as atividades que hoje chamamos de esportes de aventura. Podemos exemplificar esta existência antiga pelo que hoje chamamos de “Trekking”.

O Trekking é definido por Romanini e Umeda (2002) como uma atividade contemplativa e não competitiva exercida por uma ou mais pessoas que se deslocam de um ponto a outro como forma de atingir um destino, ou para fins turísticos. No século XIX os trabalhadores holandeses enviados a África do Sul eram chamados de “vortrekkers” e, com a dominação britânica sobre o território africano, o verbo “trekken” foi adicionado à língua inglesa com o significado de uma migração, caminhada longa ou exaustiva, que eram normalmente executadas por aqueles trabalhadores (Gomes, 2007).

Podemos então notar que apesar de atualmente ser considerada uma atividade de aventura e lazer, o “trekking” já existia desde que o primeiro ser humano se deslocou para fins de sobrevivência, migratórios ou outro motivo

qualquer; e assim como o caso desta prática, podemos enumerar outras atividades de aventura que têm suas origens a milhares de anos atrás. São elas:

- Canoagem (LEMOS; PRANKE; TEIXEIRA, 2008), pois foi o primeiro meio de transporte na água e utilizado pelos polinésios e nativos da Groenlândia a dezenas de séculos atrás;
- Mergulho livre, com relatos milenares de indivíduos que o praticavam no Japão e na Coreia para fins de captação de pérolas (RANH, 2004 apud TORRES, 2004) e;
- Esqui, que segundo o COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (2010) foi durante séculos utilizado pelos nórdicos para deslocamento entre as comunidades nos terrenos nevados e cobertos de neve.

As atividades de aventura só começaram a ser realizadas como forma de lazer provavelmente a mais de mil anos, entretanto, a atividade em questão só foi conhecida em 1778 quando o capitão James Cook ao descobrir o Havaí se deparou com nativos descendo ondas no mar com tábuas de madeira e se relaxando com tal prática: o surfe (CANTORANI e PILATTI, 2005). Com o passar dos anos o surfe se aperfeiçoou, tanto do ponto de vista desportivo como nos aparatos tecnológicos que o cercaram. Pranchas de fibra de vidro, “leashes” quase indestrutíveis, “jet-skis” que passaram a funcionar como modo de propulsão em surfe de ondas grandes, além de um sem número de materiais diferentes de composição de pranchas que impulsionou o surfe como uma das práticas de aventura mais difundidas no mundo. Hoje é comum observarmos crianças, jovens, idosos, homens e mulheres praticando o surfe e suas variações (body board, windsurf, entre outros) nos litorais de vários países, buscando com isso um maior contato com a natureza, uma melhor qualidade de vida com mais lazer e bem-estar além de se divertir e estar com os amigos (AMARAL e DIAS, 2008).

Este avanço tecnológico, principalmente ocorrido desde a segunda metade do século XX, fez com que não só o surfe, mas outras atividades de aventura se desenvolvessem e, pautadas na segurança de seus componentes,

permitissem com que um número maior de pessoas buscassem em seu uso uma potencialização de sensações e emoções através do risco controlado, tanto no ar (parapente, asa delta), quanto na terra (mountain-bike, off road) e na água (hidrospeed, rafting), melhorando em todos eles a qualidade da execução da atividade propriamente dita (MARCHI, 2004). Além do número crescente de protagonistas nas aventuras na natureza, pode-se notar também um crescimento acelerado no número de modalidades voltadas à natureza que surgem a cada dia. Este desenvolvimento é constatado a partir dos anos 80 quando diminuíram os riscos envolvidos em algumas atividades e com seus progressivos engessamentos com normas, regras e limitações, estimularam a criação de novos “esportes”, com mais riscos e emoções, menos regras e limites (CANTORANI e PILATTI, 2005). O aumento do número de modalidades ou atividades de risco-vertigem e aventura acabou fazendo com que algumas destas fossem adaptadas ao ambiente urbano, aproximando, em algumas situações, o praticante do local da prática. Conceitualmente, esta atividade fora do âmbito natural, passa a ser denominada “Esporte Radical”, porém a conceituação destes “novos” esportes é um tanto quanto diversificada e complexa.

Costa, Marinho e Passos (2007, p.189) propuseram uma conceituação onde as “novas” práticas se classificassem em duas categorias: os Esportes de Aventura e os Esportes Radicais. Os esportes de aventura foram descritos da seguinte forma:

“Compreendem o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental”

Já os esportes radicais são classificados da seguinte forma:

“compreendem o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Realizadas em manobras arrojadas e controladas, como superação de habilidades de desafio extremo. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental”

Podemos observar analisando os dois conceitos que os esportes de aventura, obrigatoriamente são praticados em ambientes naturais, já os esportes radicais podem ser praticados em ambientes naturais ou artificiais. Alguns destes esportes ditos “radicais” tem sua origem e desenvolvimento em ambientes urbanos, como por exemplo, o skate e suas variantes (carveboard, snakeboard, motorboard), os patins in-líne e le parkour. Outros têm a sua origem na natureza e sua adaptação ao meio urbano através de aparelhos artificiais para a prática de lazer como, por exemplo, os ginásios de escalada indoor e pistas de esqui e snowboard artificiais. Alguns outros se adaptam ao meio urbano sem a necessidade de aparelhos específicos como é o caso do enduro a pé e da corrida de orientação adaptada.

Segundo Marinho (2005), as atividades de aventura em ambientes artificiais representam a união do útil ao agradável, contrapondo ao caos urbano onde a poluição, violência e a ausência do “verde” degradam a qualidade de vida dos que neste ambiente vivem. Neste tipo de atividade os riscos são controlados e previsíveis além de contarem com a segurança do espaço propriamente dito, a segurança da proximidade das residências dos praticantes e a segurança do equipamento utilizado, promovendo assim um antagonismo no imaginário leigo do “risco total” geralmente relacionado a estes tipos de práticas corporais. Outro fator que se mostra presente nestes tipos de equipamentos de lazer é o fato de que eles não são simplesmente

locais de treinamento para usuários em estágios avançados, e sim uma possibilidade de manifestação de agradáveis sensações e emoções aos praticantes, comparáveis a dos indivíduos que as praticam em meio à natureza.

Algumas atividades de aventura começam a se difundir no meio urbano pela possibilidade de sua aplicação em determinados equipamentos específicos de lazer como pistas de bicicross, skate e patins. Estes equipamentos, que são construídos exclusivamente para fins de lazer, ainda existem em um número muito reduzido para o atendimento da população (Marcellino, 2006) e mesmo naquelas cidades que contam com tais equipamentos, nem sempre tem seu uso otimizado, seja por falta de divulgação ou de próprio conhecimento dos moradores.

Dentre as atividades de aventura em ambientes artificiais, podemos citar como principais a escalada (paredes de escalada em escolas, clubes e academias, além de ginásios próprios para este tipo de atividade como a Casa de Pedra e o 90 graus em São Paulo); o skate, patins e bmx, que tem nas pistas de concreto construídas um local comum para a prática destas atividades (Parque Radical de São Bernardo do Campo, Parque do Skate – São Paulo), pistas de esqui e snowboard (Ski Mountain Park - São Roque/SP) e até mesmo piscinas com ondas artificiais para surfe e bodyboard (EUA, Malásia, Japão). Poderíamos também incluir o arvorismo e a tirolesa, pois se tratam de equipamentos construídos originalmente para fins de ornitologia e de transporte respectivamente, e que hoje são muito mais comuns de serem encontrados na esfera do lazer e diversão. Há ainda relatos de ambientes artificiais de espeleologia, onde toda estrutura interna de uma caverna foi construída em um evento em Santa Helena, Paraná para que inúmeros jovens tivessem a oportunidade de conhecer as principais formações geológicas presentes nestes espaços (MARINHO, 2005).

Outras atividades de aventura também podem se enquadrar dentro da categoria de ambientes artificiais, porém, não obrigatoriamente estão localizadas em centros urbanos como as já citadas; são os casos de pistas de motocross ou de bicicross e até mesmo down-hill e off-road. Nestes casos, há a construção de rampas, pontes, obstáculos dos mais variados formatos e tamanhos, aumentando ou diminuindo a di-

ficuldade conforme a preferência dos praticantes, porém efetuados na própria área de atividade, seja ela na natureza plena ou em parques com locais adequados para estas atividades. Este tipo de “adaptação” do meio natural para a melhoria da qualidade da prática da atividade pode ser vislumbradas nos chamados “surfódromos”. Os surfódromos nada mais são do que a intervenção humana alterando o fundo do mar em uma área próxima da praia. Esses fundos artificiais chamados também de RAM (Recife Artificial Multifuncional) tem oferecido vários benefícios em praias onde foi implantado. Podemos citar o caso de Narrowneck Beach na Gold Coast Australiana, onde a colocação de vários sacos de sedimento em locais previamente escolhidos por especialistas fez com que diminuísse a erosão causada pelo constante avanço das ondas sobre a praia, aumentando o tamanho da praia para a diversão dos cidadãos, proporcionando ondas de qualidade para o surfe, atraindo visitantes de outras partes do país e consequentemente gerando turismo e renda para a cidade; e até mesmo em dias de mar sem ondas, atrai mergulhadores para a área dos recifes artificiais onde se criou um microecossistema marinho diferente do visto em praias arenosas como a citada (LIMA, 2008). No Brasil, alguns projetos estão em estudos para a construção de fundos artificiais, tanto para a diminuição da erosão quanto para o desenvolvimento turístico do local. Como exemplos podemos citar a Praia da Macumba, no Rio de Janeiro, a praia de Massaguaçu em Caraguatuba e a praia de Matinhos no Paraná.

8.1 Atividades de Aventura e o preconceito

Não é de hoje que as atividades de aventura são alvo de críticas destrutivas, do desconhecimento e do preconceito frente à atividade em si e ao praticante. Alguns autores como Fortes (2008) citam que estas manifestações esportivas alternativas, quando do seu início no Brasil, foram encaradas como perigosas para os valores vigentes na época atribuindo valores negativos ao comportamento dos jovens que compunham estes grupos. O comportamento imprudente, excesso de brigas e principalmente o uso de drogas ilícitas, contribuíram para a formação deste quadro. Em estudo de

Portela e Andrade (2006) verificou-se que maioria dos praticantes de escalada em rocha entrevistados pelos autores, eram usuários de drogas ilícitas, sendo que seu uso era feito inclusive durante a prática da atividade. Obviamente não queremos neste relato generalizar esta ou aquela modalidade, até porque o estudo em questão foi realizado com um número restrito de praticantes, porém é nítido para os que estudam ou praticam atividades de aventura, que do início destas práticas em nosso país até os dias de hoje, muita coisa vem mudando, e para melhor.

O surgimento dos ambientes artificiais para a prática de esportes radicais, localizados em centros urbanos principalmente faz com que exista um maior controle por parte de pais, monitores e do público em geral sobre os praticantes. Alguns destes equipamentos de lazer contam (ou ao menos, deveriam contar) com guardas-civis ou seguranças particulares o que desestimula qualquer tipo de prática condenável perante a sociedade. Além disso, a proximidade destes equipamentos das habitações dos munícipes, faz com que a atividade passe a ser visualizada, compreendida e conhecida por todas as gerações, fazendo com que se decline o preconceito instalado previamente, visto que Crochik (1997, p.15) afirma que “como a experiência e a reflexão são as bases da constituição do indivíduo, a sua ausência caracteriza o preconceito”.

8.2 Considerações Finais

O fenômeno dos esportes radicais e de aventura é uma crescente não só em nosso país como em vários outros. Neste começo de século, já não causa estranhamento na maioria das pessoas, ver um garoto praticando skate em um parque municipal, uma jovem desenvolvendo manobras em seus patins in-line em uma área de lazer qualquer ou um senhor, mais idoso, indo para a praia munido com sua prancha longboard. Atividades que antes eram discriminadas fosse pela presença inadequada de algumas pessoas que denegriram a imagem dos referidos esportes, fosse pelo simples desconhecimento da prática em si, passaram a ter uma maior exposição midiática, com surgimento de alguns campeões mundiais nascidos em solo brasileiro e que levaram a um declínio deste preconceito.

As atividades de aventura realizadas em ambientes artificiais auxiliaram e auxiliam neste processo de “desmarginalização” destas práticas, já que possibilitam o seu vislumbamento para um público heterogêneo quanto ao sexo, faixa etária e classes sociais, dado a sua proximidade territorial dos grandes centros urbanos e de locais de fácil acesso a grande parte da população. Atividades que só eram possíveis em meio natural como a escalada em rocha, por exemplo, passam a fazer parte de um cotidiano urbano, graças às paredes artificiais de escalada. Além delas, outras atividades radicais também crescem graças à multiplicação de equipamentos de lazer específicos para este fim, sendo que ainda se encontram em uma quantidade pequena quando comparada ao público existente para usufruir deles. Ressalta-se então uma necessidade maior da população em geral em cobrar os governantes responsáveis para que ofereçam mais possibilidades dentro de um dos direitos dos cidadãos: o lazer.

Referências

- AMARAL, A. V.; DIAS C. A. G. **Da Praia para o Mar: Motivos à Adesão e à Prática do Surfe**. Licere, Belo Horizonte, v.11, n.3, dez/2008.
- BETRÁN, J. O. *Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza*. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. Apunts. **Educación Física y Deportes**. Barcelona, nº 41, 1995, p.109.
- CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A. . **O nicho Esportes de Aventura: um processo de civilização ou descivilização?** Lecturas Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v. 10, n. 87, 2005.
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Esqui Cross Country**. Disponível em <<http://www.cob.org.br/esportes/esporte.asp?id=93>>. Acesso em 13/04/2010.

- COSTA, V. L. M.; MARINHO, A.; PASSOS, K. C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. **Revista Motriz**. Anais do V Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e XI Simpósio Paulista de Educação Física. UNESP, Rio Claro-SP, v.13, n.2 (supl.), mai/ago, 2007.
- CROCHIK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. São Paulo, Robe Editorial, 1997.
- FORTES R. De “passatempo de vagabundos” a “esporte da juventude sábia”: surfe, juventude e preconceito em Fluir (1983-1988). XIII Encontro de História – ANPUH/RJ – Seropédica, 2008. **Anais Eletrônicos do XIII Encontro Regional de História**.
- GOMES, N. **Fuja da Rotina: 51 atividades de ação e aventura**. Rio de Janeiro: Ed. Corifeu, 2007.
- LIMA, M. G. P. Controle da erosão em praias arenosas pelo método de recifes submersos: **Praia Brava de Matinhos – PR**. Pontal do Paraná. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2008.
- LEMOS, L. F. C.; PRANKE, G. I. ; TEIXERA, C.S. Metodologia para aprendizado da canoagem. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 12, n. 114, 2008.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- MARCHI, K. B. **Atividades Físicas de Aventura na Natureza: uma leitura sociológica a partir dos “Jogos Mundiais da Natureza”**. Curitiba. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2004.

- MARINHO, A. Atividades de aventura em ambientes artificiais. In: UVI-NHA, R. R. (Org.) **Turismo de Aventura: Reflexões e tendências.** São Paulo, Aleph, 2005.
- PORTELA A.; ANDRADE A. Consumo de drogas lícitas e ilícitas por praticantes do esporte de aventura escalada em rocha. **Lecturas Educación Física y Deportes** – Revista Digital, Buenos Aires, ano 11, n. 99, 2006.
- ROMANINI, V.; UMEDA, M. **Esportes de Aventura ao seu Alcance.** São Paulo: Ed. Bei, 2002.
- TORRES, F. L. R. *Ajustes cardiovasculares e respiratórios do mergulho em apnéia.* Monografia (Graduação) – **Curso de Educação Física e Esporte**, USP, São Paulo. 2004.

9 A GESTÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E AS ATIVIDADES DE AVENTURA

Mirleide Chaar Bahia

As atividades de aventura, realizadas em unidades de conservação caracterizadas como urbanas (parques municipais e parques estaduais localizados em centros metropolitanos) ou em unidades de conservação localizadas distantes desses conglomerados urbanos, precisam estar pautadas num planejamento e numa gestão socioambiental que leve em consideração uma série de preceitos necessários a uma prática consciente e sustentável.

Vale ressaltar que, para o Ministério do Meio Ambiente - MMA, uma Unidade de Conservação - UC é um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais incluindo, as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000a, p. 07).

Ao se pensar em diretrizes e planejamentos direcionados à implementação de projetos envolvendo atividades de aventura, sejam estes estruturados como ações do mercado (como o formatado em pacotes de turismo de aventura e ecoturismo), sejam estes estruturados por grupos

independentes (em sua maioria, atividades sem fins lucrativos), devem ter bases sólidas fincadas na construção democrática e participativa de todos os atores envolvidos. Além disso, as discussões que são travadas na área do lazer em áreas naturais – aí inclusas as atividades de aventura – precisam, necessariamente estar inseridas em macro-discussões que envolvem temáticas referentes à sociedade e ao meio ambiente.

Nesse sentido, a participação pública não apenas é importante para se considerar como um dos princípios fundamentais da democracia (HOGAN, 1994), mas também é um fator estratégico para as questões referentes à proteção sócio-ambiental (BACKER, 1991).

A sociedade conta com uma multiplicidade de formas *coletivas* de participação, entre elas, há o direito de ser consultado antes de uma decisão do Poder Público, a negociação e mediação, a participação na decisão propriamente dita; transcendendo-se, assim, a perspectiva puramente *individualista* de participação como uma contribuição em pequenas questões cotidianas, como por exemplo, participar reduzindo o consumo conspícuo, eliminando o desperdício, reciclando o lixo, mantendo o veículo bem regulado, consumindo verde, etc. Mas para que este seja um projeto frutífero, determinados requisitos devem ser preenchidos. Um deles, talvez o mais importante, é o *caráter coletivo* da formação do espaço público, entendido como a arena do processo de participação democrática (LAYRARGUES, 2000, p. 26 – grifos do autor).

Para o referido autor, a participação do cidadão nas decisões que afetam interesses que envolvem sua vida ocorre mediada por formas coletivas de reivindicação e por instâncias institucionalizadas de participação. Daí a importância das lutas travadas pelos movimentos sociais (como o movimento ambientalista, por exemplo) e dos órgãos colegiados consultivos ou deliberativos para a implementação de políticas públicas.

No que tange a discussão deste texto, o foco principal de articulação que se pretende abordar refere-se às reflexões sobre a gestão e a participação coletiva no planejamento de atividades de aventura nas unidades de conservação caracterizadas como urbanas (parques municipais e parques estaduais localizados em centros metropolitanos).

É preciso atentar para o fato de que as cidades representam formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008).

Pensar em se discutir as atividades de aventura em áreas naturais urbanas requer uma ampliação no olhar, a fim de compreender como vêm se dando as discussões e as ações referentes a sustentabilidade das cidades, já que as unidades de conservação inseridas nestas recebem um tensionamento constante e crescente do processo de urbanização, da falta de ordenamento da cidade, da especulação imobiliária, da política urbano-ambiental mal planejada, da falta de políticas setoriais e intersetoriais de lazer e de meio ambiente.

A expressão “sustentabilidade” aqui referida está diretamente vinculada à ideia de conservação, de manutenção, de sobrevivência; assim como à noção de continuidade e de durabilidade (DIAS, 2009).

9.1 A Sustentabilidade das Cidades e a Necessidade de Ações Intersetoriais

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, aprovou um documento denominado Agenda 21, o qual estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o próximo século e a fixação, de fato, em documento, de compromissos que expressem o desejo de mudanças das nações do atual modelo de civilização para outro em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social. Os países signatários assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas, metas que os coloquem a caminho do desenvolvimento sustentável, pautado no tripé do desenvolvimento econômico, respeito ecológico e equidade sociocultural. Na

referida agenda, foram focados alguns temas centrais a serem discutidos, a citar: 1 - Agricultura Sustentável; 2 - Cidades Sustentáveis; 3 - Infraestrutura e Integração Regional; 4 - Gestão dos Recursos Naturais; 5 - Redução das Desigualdades Sociais e 6 - Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2000b).

O interesse da reflexão em pauta está direcionado para um desses temas, o de “Cidades Sustentáveis”, pois busca discutir a necessidade de reordenamento das cidades, resguardando, entre outros aspectos, as Diretrizes Gerais do Estatuto da Cidade.

Em 2001, foi aprovada e sancionada a Lei Federal n.º 10.257, a qual trata do estabelecimento do Estatuto da Cidade, traçando diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros. O Estatuto da Cidade é caracterizado, essencialmente, pela formulação de políticas de gestão de cidades democráticas e planejadas, assim como do aprofundamento das discussões sobre a temática da regularização fundiária, como parte essencial das preocupações dessa lei urbanística (BRASIL, 2001). Em seu capítulo primeiro, artigo 2º, que diz:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante (...) I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, à saúde, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao **lazer**, para as presentes e futuras gerações (grifo nosso) (BRASIL, 2001).

De acordo com o documento “Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira” (BRASIL, 2000b), evidencia-se o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, decorrentes de adensamentos desordenados, ausência de planejamento, carência de recursos e serviços, obsolescência da infraestrutura e dos espaços construídos, padrões atrasados de gestão e agressões ao ambiente, fatos apontados pelos diagnósticos setoriais disponíveis sobre os vários sub-temas da agenda (uso

e ocupação do solo; planejamento e gestão urbana e ambiental; habitação e melhoria das condições ambientais; saneamento ambiental; prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais; economia e meio ambiente; conservação e reabilitação do patrimônio cultural, da rede urbana, dos transportes urbanos e desenvolvimento dos assentamentos rurais).

Mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração da rede de cidades, em função das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e das cidades brasileiras. Tal fenômeno se caracteriza por: surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões; crescimento populacional mais elevado das “antigas periferias” nacionais, provocando o relativo espraiamento do fenômeno de formação das aglomerações urbanas; padrões relativamente baixos de crescimento metropolitano, sobretudo dos núcleos, e uma importância ainda maior do conjunto de cidades de médio porte (BRASIL, 2000b, p.13 -14).

A concepção de uma cidade sustentável é um fenômeno em construção, o qual pressupõe um conjunto de mudanças e depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico e não como sua consequência (ALVA, 1997).

Em sua plenitude, a sustentabilidade das cidades engloba vários aspectos a serem considerados, como: a sustentabilidade social (melhoria da qualidade de vida da população); a sustentabilidade econômica (gestão eficiente dos recursos econômicos em geral); a sustentabilidade ecológica (capacidade de sustentação dos ecossistemas); a sustentabilidade espacial (relações entre áreas rurais e urbanas; e a sustentabilidade cultural (diversidades culturais) (SACHS, 1993). Nesse sentido, a ne-

cessidade de se consolidar ações em busca de uma cidade sustentável pauta-se em princípios que possam viabilizar condições concretas de melhor qualidade de vida da população como, por exemplo, ter acesso a serviços básicos (transporte coletivo, educação, saúde, lazer, entre outros); ter acesso à educação para hábitos sustentáveis (consumo consciente, redução da produção de resíduos de lixo, separação do lixo, reciclagem); ter acesso a uma cidade que possua uma quantidade significativa de áreas urbanas naturais preservadas, para serem frequentadas pelas pessoas em suas atividades de lazer, entre estas, as atividades de aventura. Existem pesquisas que têm sido realizadas em nível local e nacional, as quais têm por objetivo verificar até que ponto as cidades têm conseguido atingir parâmetros e indicadores que apontem sua sustentabilidade socioambiental. A título de exemplo é possível citar uma dessas pesquisas, realizada pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, a partir de 2003 (e em anos posteriores) em Belém – PA, intitulada “Belém Sustentável”, a qual utilizou indicadores objetivos de sustentabilidade (transporte; **áreas verdes e recreação** (grifo nosso); coleta do lixo; esgoto; água; poluição sonora e poluição visual), tendo como parâmetro, sete áreas estratégicas da referida cidade e sua região metropolitana, onde foi possível verificar vários limites para a concretização de índices satisfatórios de uma cidade sustentável (PARANAGUÁ, 2003).

Na referida pesquisa, uma das constatações é de que na região metropolitana de Belém há escassez de parques e áreas de lazer; as unidades de conservação abertas ao público para vivências de lazer não oferecem segurança e dispõem de infraestrutura precária; e o acesso às poucas áreas verdes é muito restrito. A péssima conservação e a diminuição de unidades de conservação e de praças arborizadas na Região Metropolitana de Belém é considerada pelos pesquisadores do IMAZON um reflexo do crescimento urbano desordenado, que invade as áreas verdes, diminuindo a qualidade de vida da população.

A partir de tal constatação, enfatiza-se a importância da compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano (crescimento ur-

bano desordenado, estrangulamento das áreas verdes e das áreas de lazer), destacando-se tais aspectos como de grande importância para a construção de ações articuladas entre vários setores.

O Estatuto da Cidade atingirá sua plenitude quando alcançar a integração das políticas municipais como as de transporte, habitação, planejamento urbano, meio ambiente, saúde, educação, saneamento, patrimônio histórico e arquitetônico, essenciais à efetivação da gestão democrática. Para que um projeto de gestão seja bem-sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la interpretá-la na sua totalidade (SILVA, 2003, p. 33-34).

No entanto, a importância que as discussões – acadêmicas ou não – sobre o lazer em áreas naturais (incluindo-se as atividades de aventura) vem ganhando nas últimas décadas, não vem sendo acompanhada pela ação de alguns setores do poder público, no estabelecimento de políticas setoriais e intersetoriais devidamente articuladas com outras esferas de atuação (educação, meio ambiente, entre outras), vinculadas às iniciativas espontâneas da população e às parcerias junto à iniciativa privada.

Para se transformar concretamente a realidade e a sustentabilidade das cidades é necessário deixar de se pensar setorialmente, haja vista que, para a resolução de problemas que envolvem áreas interligadas, não há como pensar apenas setorialmente. Não se trata de criar uma solução para o trânsito, uma solução para o transporte público, uma para a habitação, uma para o lazer, uma para as áreas naturais, e assim por diante. Trata-se da percepção de que se torna cada vez mais urgente e primordial compreender a necessidade de interação entre os diversos setores da sociedade, para a resolução de problemas complexos.

Com vistas a possibilitar melhores resultados na resolução dos problemas das cidades – como, por exemplo, a garantia do direito à vivência do lazer – e viabilizar políticas de ordenamento do espaço, políticas de criação

e manutenção de espaços verdes e unidades de conservação, políticas de uso de tais espaços, políticas de animação sociocultural para os mesmos, aponta-se um caminho possível de articulação, por meio da intersectorialidade, entendendo-a como:

[...] a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social (JUNQUEIRA, INOJOSA, KOMATSU, 1997, p. 24).

Assim, o papel das políticas públicas exerce grande importância como uma possibilidade e capacidade de inter-relação entre diversos setores, áreas de conhecimentos, campos de ação, no sentido de se estabelecer objetivos comuns de enfrentamento de uma problemática.

Para tanto, torna-se necessária a construção de eixos norteadores para as ações, de forma que todos os sujeitos estejam envolvidos em todas as etapas do processo, significando que para que isso aconteça de forma positiva, há urgência na definição de estratégias de democratização e participação com fins à descentralização e compartilhamento nas decisões.

Cabe ressaltar que as ações intersectoriais não são espontâneas (dependem de uma ação deliberada); pressupõem o respeito à diversidade e às particularidades de cada agente; possibilitam a criação de espaços comunicativos, com capacidade de negociação; possibilitam o trabalho em grupo com vistas à resolução de um conflito, a fim de se chegar com eficiência às ações concretas (EWERTON; ARAÚJO, 2008).

No caso específico das atividades de aventura, há necessidade de articulação da sociedade (praticantes ou não), do Poder Público (Secretarias de Esporte e Lazer, Secretarias de Meio Ambiente), do Poder Privado (empresas de turismo de aventura, ecoturismo), de ou-

tros setores (Gestores de Unidades de Conservação), ONGs, Associações e Federações que atuem nesses setores, a fim de serem discutidas fragilidades, necessidades, planos e ações para a concretização de uma gestão mais sustentáveis.

9.2 As Atividades de Aventura em Áreas Naturais urbanas: Alguns Indicativos para uma Gestão Mais Sustentável.

Em sua maioria, as vivências das atividades de aventura acontecem em áreas denominadas de Unidades de Conservação (UCs), criadas legalmente a partir de 2000, por meio da lei 9.985 de Junho de 2000, a qual estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000a) e descreve a divisão das categorias de manejo, denominadas de “Unidades de Proteção Integral” e “Unidades de Uso Sustentável”. De acordo com a referida lei do SNUC, apenas estas últimas UCs permitem o uso público, caracterizado como práticas de turismo e de recreação, além de atividades de educação ambiental.

Grande parte destas UCs se localizam em áreas urbanas, as quais requerem a elaboração de planejamentos minuciosos, que estabelecem regras sobre o uso público, devendo ser elaborado por uma equipe multidisciplinar.

Este planejamento, denominado Plano de Manejo, deve ser aprovado e implementado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e precisa estar afinado com funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas do País. Sua função é de estabelecer não apenas diretrizes e regras para o uso público, mas também alguns outros elementos constituintes como: modos de minimizar impactos; quantidade de visitantes nas trilhas; manejo para áreas degradadas a partir de um período de utilização; cuidados a serem tomados na prática de lazer nas áreas naturais, entre outros aspectos. Seus principais objetivos são: proteger a vida silvestre, os recursos hídricos e a paisagem; propiciar a pesquisa científica; e promover a recreação e educação ambiental nas UCs (MILANO, 1989).

Nesses planos, além da participação de diversos profissionais, dentre estes os profissionais que possuem competências específicas para cada função (incluindo-se aqui os que atuam com atividades de aventura), é essencial a participação da comunidade moradora do local (se houver) e do entorno, para serem discutidas ações que minimizem interferências negativas nas relações socioambientais.

Por serem áreas em constante tensionamento (invasões, eliminação de lixo de áreas do entorno, diminuição da área para construções diversas etc) é necessário um esforço redobrado na fiscalização, no planejamento de ações, no empenho por ações intersetoriais para a resolução de problemas complexos, no diálogo com a população com vistas à sua coparticipação e na busca constante de conhecimentos dos que trabalham nas UCs.

No caso de planejamento de projetos que envolvem “eventos” na área, estes devem ser elaborados de forma responsável e sustentável, com o envolvimento de vários “atores” na elaboração e na execução de tais projetos, sendo formada uma equipe multidisciplinar, com o entrosamento entre órgãos governamentais e ONGs (cooperação institucional), organizadores dos eventos (no caso de setor privado) e comunidades da área envolvida.

No caso dos profissionais que atuam em áreas naturais, estes precisam buscar, continuamente, conhecimentos gerais e específicos, tais como:

- a. conhecimentos sobre as atividades que irão desenvolver em áreas naturais (de aventura ou não);
- b. conhecimentos sobre os impactos socioambientais resultantes de tais práticas;
- c. conhecimentos sobre as estratégias, técnicas e metodologias de mínimo impacto (metodologias como “Capacidade de Carga” e “*Limits of Acceptable Change*” (LAC));
- d. conhecimentos sobre princípios de educação ambiental; (orientações específicas com cartilhas e programas como o “*Leave no Trace*” e o “Pega Leve”; princípios de conduta consciente em áreas naturais e áreas recifais; educação pela aventura ou *outdoor training* etc);

- e. conhecimentos sobre os riscos de vida que algumas dessas atividades na natureza envolvem, demandando a preparação daqueles que irão atuar com tais práticas;
- f. conhecimentos sobre as políticas urbanas que envolvem tais áreas (SNUC, Zoneamento Econômico-Ecológico, Estatuto da Cidade etc);
- g. conhecimentos sobre as políticas públicas e as ações setoriais e intersetoriais de lazer e para áreas naturais;
- h. conhecimentos sobre a elaboração e o desenvolvimento de Planos de Manejo para as áreas naturais protegidas e a devida fiscalização de tais áreas;
- i. conhecimentos sobre ações de articulação com as Confederações, Federações e Associações das atividades de aventura (regulamentação, certificação e normalização dos esportes de aventura etc); dentre outros.

9.2.1 Considerações Finais

Longe de considerar finais tais reflexões, a intenção nas últimas linhas desse texto é a de ressaltar alguns pontos essenciais já trabalhados anteriormente e que merecem um olhar mais atento.

Um desses pontos é que a articulação entre Sociedade Civil, Setor Público, Setor Privado, ONGs, Federações / Associações de Atividades de Aventura, entre outros atores envolvidos, torna-se necessária e primordial em todo o processo de planejamento, execução e avaliação de tais atividades, devendo-se chamar a população a participar coletivamente das decisões e soluções, a fim de minimizar as contradições econômicas e socioculturais da população e os impactos socioambientais nos espaços envolvidas.

Um outro ponto extremamente importante é que as ações intersetoriais, de forma geral, precisam considerar diversos componentes significativos que devem fazer parte da consolidação das cidades sustentáveis: o *Componente ambiental* (políticas de preservação do ar e da água, projetos de saneamento, criação e manutenção de áreas verdes e

espaços públicos arborizados, manutenção de áreas naturais, entre outros); o *Componente social* (promoção de equidade local, criação de infraestrutura de educação, saúde, educação, entre outros); o *Componente econômico* (dinamização de economia produtiva e serviços locais, criação de polos produtivos locais, entre outros); o *Componente cultural* (conservação do patrimônio cultural, fomento a atividades de lazer, criação e manutenção de espaços de lazer, criação de políticas de formação para a animação sociocultural, entre outros).

De forma específica, é necessário considerar que o lazer (e as atividades de aventura), vivenciado na natureza ou não, pode assumir um importante papel no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico, social, ambiental, cultural, formal, técnico ou afetivo das cidades, podendo contribuir, efetivamente, para garantir o direito à cidade, ao lazer e ao uso de espaços naturais nessas cidades e que a gestão nestas áreas deve envolver cuidados especiais na elaboração dos Planos de Manejo.

Referências

ALVA, Eduardo N. **Metrópoles (In)Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1997.

BACKER, J.I.L. *The right to participation in environmental matters*. **Anais da Conferência Internacional de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro. 1991. p. 267-280.

BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

BRASIL. **Lei Federal 10.257 de 10.07.2001 - Estatuto da Cidade**, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Brasília, 2000b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000a.

DIAS, Gilka da Mata. **Cidade Sustentável: Fundamentos Legais, Política Urbana, Meio Ambiente, Saneamento Básico**. Natal: Ed. Do Autor, 2009.

EWERTON, Andréa N; ARAÚJO, Luiz Roberto Malheiros. Intersetorialidade e Lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: PINTO, Leila Mirtes S. *et al.* (org). **BRINCAR, JOGAR, VIVER: Lazer e Intersetorialidade com o PELC – Volume I – nº 1**. Ministério do Esporte / Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, 2008.

HOGAN, D.J. **Pobreza, Poluição e Prioridades: considerações sobre o meio ambiente e a cidadania**. Campinas: Unicamp. Textos Didáticos n.º 03. 1994.

JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M. e KOMATSU, S. **Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. In: El Tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública. Caracas : Unesco / Clad. 1997

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F., Layrargues, P.P. & Castro, R.S. de (org.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez. 2000.

MILANO, M. S. Estudos da paisagem na avaliação de impactos ambientais. In: Seminário sobre Avaliação de Impacto Ambiental. **Resumos**. Curitiba, FUPEF, 1989 (117-125).

- PARANAGUÁ, Patrícia [*et al.*]. **Belém Sustentável**. Belém: Imazon, 2003.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- SILVA, José Borzacchiello da. Estatuto da Cidade versus Estatuto de Cidade – eis a questão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges (*Org.*). **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003..

10 SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

*José Antonio Basso Scaleante; Oscarlina Aparecida Furquim Scaleante e
Vamir dos Santos SANTOS*

As Unidades de Conservação da Natureza no Brasil foram criadas pela Lei 9.985/2000 e visam à proteção ambiental da área sob os aspectos paisagístico, biológico, hídrico, geológico, geomorfológico, espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural, além de proporcionar condições para atividades de turismo de aventura, esporte aventura, contemplação da natureza, estudo do meio, turismo na natureza, turismo científico e todas as demais formas de uso público permitidos, bem como promover e valorizar o conhecimento e a cultura das populações tradicionais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – prevê a elaboração de planos de manejo para essas áreas no prazo de cinco anos a partir de sua criação.

Os planos de manejo são documentos técnicos que estabelecem o zoneamento e as normas de uso da área e o manejo de seus recursos naturais em conformidade com os objetivos gerais de cada UC.

Há mais de cinco anos vem sendo implantado o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, com a finalidade de consolidar a vocação do turismo sustentável em sua área de influência como estratégia de conservação da natureza e de ampliar sua participação no desenvolvimento regio-

nal. Para assegurar tais atividades, o governo do Estado de São Paulo está implantando o SGS em seis parques estaduais: Intervales, Carlos Botelho, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso, Ilha Bela e Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

A expectativa é, ao final do Projeto de Ecoturismo, ter-se contribuído para consolidar o turismo na área de influência dos parques estaduais, gerar novas oportunidades para o desenvolvimento econômico da região e garantir um aumento na satisfação dos visitantes, tendo como pano de fundo estas Unidades de Conservação da Mata Atlântica mais eficientes e melhor preparadas para a proteção da sua biodiversidade, servindo de modelo para a estruturação futura de outras áreas protegidas.

Todo esse incremento decorrente da implementação do Projeto, inclusive em áreas mais remotas, fará crescer o número de visitantes nos parques e, obviamente, aumentar a possibilidade de ocorrerem incidentes e acidentes, desde os provocados por condições climáticas adversas até por deliberada e inconsequente exposição aos riscos pelos próprios visitantes. Conhecer e avaliar o conjunto de situações que possam gerar danos, estabelecer o conjunto de medidas necessárias para reduzi-los e atender às situações, orientar os visitantes quanto aos riscos inerentes aos ambientes naturais e às atividades são pré-requisitos básicos para a boa gestão da visitação.

Aqui será relatada a experiência de elaboração do SGS para esses parques.

10.1 Localização da Área de Estudo

A área de estudo localiza-se ao sul do estado de São Paulo, distante de 350 a 500km da capital, cujo acesso se dá pela BR-116, rodovia Régis Bittencourt. Compõe-se de um *continuum* de áreas protegidas através de parques, reservas e estações ecológicas, onde o relevo acidentado dificulta o desenvolvimento de outras atividades econômicas que não sejam o turismo ecológico, segmento com imenso potencial para um padrão sustentável de desenvolvimento de toda a

região, a qual também ocupa lugar de destaque no quadro espeleológico brasileiro.

10.2 Materiais e Métodos

Para a elaboração do SGS nesses parques foram utilizadas cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; folhas da região, na escala 1:50.000; mapas de cavernas e trilhas do acervo da Sociedade Brasileira de Espeleologia e/ou grupos a ela filiados; GPS Móbile Mapper (software Arcpad); Software ARC Editor 9.3.1; *Plataforma SIG com recursos avançados* Extensão 3D Analyst; *Extensão de software para recursos em 3D e análise do terreno*; Extensão GEOX; *Extensão para utilização de modelos CAD*; ARCGis Diagramer; *Software para elaboração de modelo de banco de dados em SIG* ARCPad Studio; *Software para elaboração do modelo de coleta das unidades de campo*: Características do PDA/GPS Utilizado na coleta; GPS Magelan – Modelo: MobileMapper Pro 6 Sistema Operacional Microsoft Windows Mobile versão 6; Processador: 400 Mhz; Características GPS: Processador GPS: SIRF starIII; Precisão GPS; SBAS: 2-5 metros (em condições ideais); Canais: 12 (Código L1); Funcionalidades multimídia (Foto, vídeo e áudio); Protocolos de Comunicação: NMEA e SiRF; Taxa de Atualização: 1Hz; à prova d'água padrão IPX7; queda de até 1 metro.

Entre os meses de dezembro/2009 e janeiro/2010 foram realizadas reuniões de planejamento com a equipe de trabalho para determinação da metodologia a ser aplicada e treinamento para o uso dos equipamentos.

O levantamento das trilhas e atrativos buscou sua identificação e localização geográfica através do recurso de GPS e/ou mapas já existentes. Os mapas das trilhas foram elaborados em base IBGE e os mapas das cavernas em base Corel Draw, ambos em escalas compatíveis.

Para a elaboração do software utilizado na coleta de campo definiu-se os tipos de registro conforme tabela a seguir:

ITEM	GRUPO SAÚDE	ITEM	GRUPO ÁGUA
01	Choque com rocha	01	Afogamento
02	Choque com madeira	02	Arrasto por curso d'água
03	Contaminação	03	Aumento repentino do volume da água
04	Contato com elemento cortante	04	Outros
05	Exposição prolongada ao frio	ITEM	GRUPO NATUREZA
06	Exposição prolongada ao sol	01	Isolamento por circunstâncias naturais
07	Fobia	02	Queda de pedras, objetos ou vegetação
08	Pisar em buraco pequeno	03	Outros
09	Pisar em pedras cortantes e/ou escorregadias	ITEM	GRUPO SEGURANÇA
10	Prender o pé entre blocos de pedra	01	Assalto
11	Queda da própria altura	02	Assédio
12	Queda maior que a própria altura	03	Colisão
13	Outros	04	Desorientação - se perder
		05	Outros

Figura 1 - PERIGOS PONTUAIS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES EM TRILHAS E CAVERNAS

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente. Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR. Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

ITEM	GRUPO GERAL	ITEM	RISCO
01	Acidente com animal doméstico	01	Danos Materiais
02	Acidente com animal peçonhento	02	Desconforto Psicológico
03	Acidente com animal selvagem	03	Lesão
04	Acidente com condutor	04	Morte
05	Atropelamento por veículo		
06	Caminhar sem calçado	FATOR GERADOR	FATOR GERADOR
07	Contato com atividade ilegal	01	AMBIENTAL
08	Doenças infecciosas, endêmicas ou não	02	HUMANO
09	Desistência da atividade por motivo psicológico	03	OPERACIONAL
10	Falta de equipamento de segurança		
11	Inaptidão do turista (capacidade física, faixa etária...)		
12	Indisposição do turista		
13	Longa caminhada sem condicionamento físico		
14	Perda de equipamento e outros suprimentos		
15	Outros		

Figura 2 - PERIGOS GERAIS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES EM TRILHAS E CAVERNAS

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente. Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR. Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

Obs.: Perigos pontuais são aqueles possíveis de serem identificados num determinado ponto.

Perigos gerais são aqueles que podem acontecer em qualquer lugar da área em estudo.

Probabilidade	Consequência
01 – Muito baixa Muito improvável (raro) Poderá ocorrer somente em circunstâncias excepcionais. Muito improvável, quase impossível.	1 – Muito baixa Sem consequência Sem lesões. Pequena perda financeira.
2 – Baixa Pouco provável, mas possível Poderá ocorrer alguma vez.	2 – Baixa Pequena consequência Tratamento com primeiros socorros. Média perda financeira
3 – Média Provável - média possibilidade Deverá ocorrer alguma vez.	3 – Média Média consequência Tratamento médico necessário. Grande perda financeira
4 – Alta Muito provável – quase certo Provavelmente ocorrerá na maioria das vezes.	4 – Alta Sérias consequências - Graves lesões. Grande perda financeira.
5 – Muito alta Certo que irá acontecer Espera-se que ocorra na maioria das vezes.	5 – Muito alta Catastrófica Morte. Interrupção da atividade. Enorme perda financeira.

Figura 3 – Classificação de medidas qualitativas de probabilidade e consequência

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente. Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR.

Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

Em janeiro/2010 iniciaram-se as atividades de campo com a realização das oficinas participativas – técnica de *brainstorming* – junto às comunidades locais de cada UC (com participação de funcionários, monitores, operadoras, turistas e outros) para elaboração do diagnóstico dos perigos existentes.

Nessas oficinas a comunidade apontou os perigos por ela percebidos, resultados esses que geraram planilhas com informações pontuais que facilitaram sua identificação/ confirmação pelas equipes que foram a campo nos meses seguintes, de fevereiro e março/2010, registro a seguir:

Identificação e Análise de Perigos e Riscos				
NÚCLEO: Núcleo Santana				
NOME (TRILHA/ATRATIVO): Trilha do Betari				
ID	Local	Tipo de Perigo	Tipo de Risco	
1	Próximo ao quiosque da Santana	Queda da própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão	
2	Próximo ao quiosque da Santana	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão	
3	Próximo ao quiosque da Santana	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão	
4	Subida depois da praça dos Lapiãs	Queda da própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão	
5	Antes da rampa com degraus de pedra, depois da praça do rio Betari	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
6	Rampa com degraus de pedra, depois da praça do rio Betari	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
7	Primeira escada de madeira	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
8	Segunda escada de madeira	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
9	Descida para o rio	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
10	1ª passagem após travessia do rio Betari	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão / Morte	
11	30m após ponto 10	Queda maior que a própria altura	Desconforto psicológico / Dano Material / Lesão	
12	Rochas na cachoeira do Beija-flor	Pisar em pedras cortantes e/ou escorregadias	Desconforto Psicológico / Dano Material / Lesão	

Figura 4 – Identificação e Análise de Perigos e Riscos

	Consequência	Probabilidade	Nível de Risco	Controle Existente	Fator de Risco	X	Y
	2	1	2	Nenhum	Ambiental	732872,51585	7284818,36287
	2	1	2	Nenhum	Ambiental	732881,323599	7284785,64611
	2	2	4	Nenhum	Ambiental	732819,307121	7284897,47226
	2	2	4	Nenhum	Ambiental	732521,382717	7284994,03637
	5	1	5	Nenhum	Ambiental	732490,877196	7285220,96718
	5	2	10	Nenhum	Ambiental	732489,390229	7285232,12844
	5	2	10	Nenhum	Ambiental	732487,6826670	7285262,106000
	5	2	10	Nenhum	Ambiental	732474,558385	7285277,97389
	5	2	10	Nenhum	Ambiental	732461,820088	7285331,37190
	5	2	10	Nenhum	Ambiental	732385,888780	7285437,35425
	4	2	8	Nenhum	Ambiental	732358,669845	7285470,88384
	3	3	9	Nenhum	Ambiental	731018,344300	7287001,20770

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente. Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR. Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

A identificação, análise e documentação dos riscos existentes, em cada trilha e atrativo, resultam num Mapa de Risco. Nesse documento está toda a informação levantada e analisada, por meio da enumeração de cada risco com sua distribuição representada, cartograficamente e em tabela de fácil visualização.

10.3 Resultados

Com base nesses registros diagnósticos e de acordo com a norma ABNT 15.331, publicada em 25 de setembro/2007, que trata do Sistema de Gestão da Segurança em Turismo de Aventura, foram propostos tratamentos mitigadores para eliminar, reduzir e/ou transferir cada risco, detalhados na tabela a seguir:

NÚCLEO: Santana/Ouro Grosso		
NOME (Trilha/Atrativo): Descida de Boia		
Risco nº	Eliminação	Redução da Probabilidade
01	Em situação de cheia do rio não fazer a atividade.	1 - Instrução dos turistas. 2 - Atividade monitorada. 3 - Sinalização
02	Em situação de cheia do rio não fazer a atividade.	1 - Instrução dos turistas. 2 - Atividade monitorada. 3 - Sinalização
03	Em situação de cheia do rio não fazer a atividade.	1 - Instrução dos turistas. 2 - Atividade monitorada. 3 - Sinalização
04	Em situação de cheia do rio não fazer a atividade.	1 - Instrução dos turistas. 2 - Atividade monitorada. 3 - Sinalização
05	Em situação de cheia do rio não fazer a atividade.	1 - Instrução dos turistas. 2 - Atividade monitorada. 3 - Sinalização

Figura 5 – Medidas de controle/tratamento

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente. Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR. Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR.

	Redução da Consequência	Transferência
	1 - Uso de equipamentos de proteção individual (capacete, colete, caneleira). 2 - Plano de Contingência.	Atividade com Seguro
	1 - Uso de equipamentos de proteção individual (capacete, colete, caneleira). 2 - Plano de Contingência.	Atividade com Seguro
	1 - Uso de equipamentos de proteção individual (capacete, colete, caneleira). 2 - Plano de Contingência.	Atividade com Seguro
	1 - Uso de equipamentos de proteção individual (capacete, colete, caneleira). 2 - Plano de Contingência.	Atividade com Seguro
	1 - Uso de equipamentos de proteção individual (capacete, colete, caneleira). 2 - Plano de Contingência.	Atividade com Seguro

12.4 Considerações Finais

UCs abertas à população atendem às finalidades de lazer e pesquisa e, dentro desse contexto de uso público, estão vulneráveis a ações por parte dos usuários. Por esta razão é importante adotar um sistema de gestão da segurança que envolve plano de contingências e de gerenciamento de riscos, o que indicará os perigos e fará a transferência de responsabilidades mediante o envolvimento de outra parte que assuma ou compartilhe uma fração do risco através de mecanismos de transferência que incluem uso de contratos, de seguros e de estruturas organizacionais, tais como parcerias e empreendimentos conjuntos.

Os gestores dessas unidades estarão assim resguardados civil e criminalmente, tendo em vista que são eles os primeiros a serem responsabilizados em processos decorrentes das atividades desenvolvidas no interior das UCs.

Para fins de melhoria da reputação junto a investidores, patrocinadores, seguradoras, fornecedores e clientes, os *destinos turísticos* que reconhecidamente possuem sistema de gestão da segurança com plano de gerenciamento de riscos são cada vez mais atraentes.

Também para a segurança dos clientes e colaboradores, o gerenciamento de riscos proporciona melhores condições de trabalho e riscos controlados para as pessoas, resultando em melhor qualidade da experiência em razão da percepção da segurança, profissionalismo da operação entre outros fatores. Um produto seguro gera mais satisfação por parte dos clientes.

O processo de Gerenciamento de Riscos é de grande valia para a Unidade de Conservação, pois é uma ferramenta que facilitará a identificação e análise de riscos, permitindo dessa forma o desenvolvimento de um trabalho baseado em informações concretas e realistas e não apenas em suposições.

Dessa forma passa-se a conhecer com mais clareza os perigos aos quais os turistas/ praticantes estarão mais expostos, os tipos de acidentes mais prováveis e a localização onde eles poderão ocorrer.

“Gerenciamento de Riscos é um processo sistemático que tem como objetivo a prevenção ou redução de perdas. Envolve a identificação e análise de riscos e perigos, desenvolvendo e implementando medidas preventivas para remover ou controlar tais riscos”.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15285: Turismo de aventura - condutores - competências de pessoal. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15286: Turismo de aventura - informações mínimas preliminares a clientes. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15331: Sistema de Gestão da Segurança - Requisito. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15370: Turismo de aventura – condutores de rafting – competências de pessoal. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15398: Turismo de aventura – condutores de caminhada de longo curso – competências de pessoal. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15399: Turismo de aventura – condutores de turismo de aventura – competências de pessoal. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15503: Turismo de aventura – Espeleoturismo de aventura - Requisitos para produto. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2008.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira ABNT NBR 15501-1: Turismo de aventura – turismo com atividade de caminhada - Requisitos para produto. ABNT: Rio de Janeiro, RJ, 2008.

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Caderno nº 18, Lei do SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 2000.

Manual ABETA – Interpretação da Norma Sistema de Gestão da Segurança

Ministério do Turismo, Manual de Criação e Organização de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento de Turismo de Aventura, Brasília, 2005.

Ministério do Meio Ambiente, Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação, Brasília, 2008.

Ministério do Trabalho, Norma Regulamentadora – NR 26 – Sinalização de Segurança.

11 AS ATIVIDADES DE AVENTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO AMBIENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DESSAS PRÁTICAS NA NATUREZA

Sidnei Raimundo

11.1 Em busca da natureza: entendimento da natureza pela sociedade contemporânea e suas implicações das atividades de aventura na natureza

Ao longo da história ocidental a relação entre a sociedade e natureza transformou-se mais marcantemente em pelo menos 03 grandes períodos. O primeiro está na passagem do feudalismo para a Idade Moderna. No imaginário medieval, entendiam-se as cidades e demais ambientes produzidos pelo Homem como espaços do sagrado; e as florestas, praias, mares, montanhas, entre outras, como ambientes profanos. Nesse contexto fortemente religioso conforme aponta Corbin (1989), o mar, era considerado um grande abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre o qual pairava o espírito de Deus. Isso tudo gerava um sentimento do terrível, não existia mar no Jardim do Éden. Mas no início da Era Moderna essas visões sobre a natureza vão mudar radicalmente. No dizer de Thomas (1988):

As montanhas em meados do século XVII eram odiadas como estêreis "deformidades", "verrugas", "furúnculos", "monstruosas excrescências", "refugo da terra", mas tinham se transformado cerca de um século depois, em objetos da mais elevada admiração estética" Thomas (1988:307)

Essas mudanças de visão com relação à natureza, destacadas por Thomas (op. cit.) podem ser explicadas por quatro fatores associados: 1) os melhoramentos dos meios de transporte, que tornaram as montanhas e outros locais de difícil acesso mais próximas dos moradores da cidade, tornando-as menos proibitivas para estes; 2) os avanços da ciência e melhorias de técnicas de navegação que desmistificavam os temores do homem em relação aos oceanos e à praia; 3) o gosto e uma difusão pela jardinagem, paisagismo e outras formas de representar a natureza, notadamente com a chegada de espécies exóticas oriundas da América recém-descoberta; 4) e as artes e literatura, que reforçavam o imaginário do europeu da idade moderna pelas paisagens pouco humanizadas. Assim, a natureza passa a ser apreendida de maneira diferente pelo mundo ocidental moderno, com a atribuição de valores e sentimentos até então não experimentados (pelo menos pelas classes mais abastadas): a mudança de gosto pela observação e sensação de espaços abertos, onde predominavam o inculto – terras não cultivadas –, que davam ao apreciador a sensação de liberdade. Há assim, um movimento de retorno ao campo ou de religação à natureza pouco transformada que estará nas bases do turismo modernamente entendido e, de certa forma, nas raízes dos aficionados por esportes de aventura.

Um segundo período está associado à revolução industrial e ao aparecimento e fortalecimento do modo de produção capitalista. Neste, a natureza entendida como fonte infinita e inesgotável de recursos naturais é transformada em mercadoria. Num sistema de produção de um determinado bem, a possível escassez de elementos da natureza era tratada, pela economia neoclássica, como substituíveis por outra fonte de recursos ou por mais tecnologia ou mão de obra. Portanto, a escassez não era problema, bastando substituir ou incrementar nesses períodos mais tecnologia ao sistema.

O Capitalismo fez a sociedade ocidental novamente alterar seus padrões de comportamento e de entendimento com relação à natureza. Alguns dos ideais iluministas e românticos da Era Moderna foram aproveitados pelo Capitalismo como, por exemplo, o trabalho como fim em si mesmo e as necessidades dos cuidados de si; porém, outros foram esquecidos, pois colidiam com os valores capitalistas (utilitários), como: autonomia do indi-

víduo, direitos do cidadão, desenvolvimento espiritual, acesso ao mundo da cultura e da natureza. Nesse sentido, percebe-se a substituição da figura do cidadão pela do contribuinte e, especialmente, pela do consumidor.

A relação com a natureza governada pelo Capitalismo desde os primórdios da revolução industrial vai refletir, cerca de 250 anos depois, nas graves crises ambientais que o planeta atravessa. E um terceiro período da relação sociedade e natureza surge na virada dos anos de 1950 e 1960, cujo marco histórico pode ser considerado o livro “Primavera Silenciosa” da jornalista Rachel Carson, publicado em 1962, que denunciava o uso abusivo de pesticidas (DUARTE, 2003). Pesquisadores como Bressan (1996) e Foladori (2001) apontam que a necessidade de mudança na utilização dos recursos naturais ganhou força a partir deste período (1960), com o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas que, com apoio de jornalistas, passam a denunciar problemas ambientais. O caso da poluição da baía de Minamata, no Japão, na década de 1950 e dos desfoliantes utilizados na guerra do Vietnã tornaram-se emblemáticos nesse período. Bressan (op. cit.) indica que o apoio do meio científico, notadamente das ciências naturais, também foi importante e junto com aqueles outros (jornalistas e ambientalistas) forçaram uma nova maneira de entender o uso de recursos naturais. Tais ações funcionaram como justificativas para as convenções da ONU sobre meio ambiente: Estocolmo, em 1972 e Rio de Janeiro, em 1992 e, nessa última conferência, difundiu-se o termo “desenvolvimento sustentável”, como um novo paradigma de entendimento da relação sociedade e natureza.

Nesse contexto mais abrangente da relação sociedade e natureza, é importante destacar como se situavam o lazer e turismo e as atividades de aventura. As práticas de lazer sempre fizeram parte da sociedade ocidental, muito antes de serem entendidas como associadas ao trabalho – o seu tempo livre. E junto com o turismo, notadamente a partir do século XIX, transformaram-se em práticas socioculturais da sociedade ocidental, participando desses três períodos destacados e contribuindo para essas mudanças de entendimento da sociedade a cerca da natureza. No contexto do primeiro período (o do reencontro ou descoberta da natureza na fase romântica) foram através das via-

gens, organizadas ou não, que a sociedade ocidental recuperou o gosto pela natureza, seja nas montanhas ou no mar e praia. Estes locais, transformados em atrativos, desencadearam fluxos das cidades europeias que se transformaram num rentável setor econômico.

Nesse sentido, já relacionado ao segundo período (o fortalecimento do modo de produção capitalista), o turismo se consolidou em uma atividade que promovia grandes transformações no ambiente, notadamente o segmento do turismo de massa. Grandes modificações nos destinos turísticos passam a fazer parte do processo dominante, pois na lógica capitalista, a satisfação do usuário (turista) e a máxima rentabilidade do investidor eram os focos dos empreendimentos. A natureza era entendida como fonte de recursos, inesgotáveis como já destacado. As transformações naturais e culturais são tão severas nos polos receptivos que tais locais, saturados de interferências, fizeram os profissionais de turismo repensarem suas atitudes para com o meio.

Relacionado então ao terceiro período (condicionado pelos ideais de sustentabilidade), Pires (2002) destaca alguns encontros de especialistas nesse processo de mudanças de atitude e de comportamento, associados ao movimento ambientalistas e condizentes com os preceitos das reuniões de Estocolmo 1972 e Rio 1992. Assim, em 1976, há um seminário sobre Impactos sociais e culturais do turismo, promovido pelo Banco Mundial e Unesco; em 1980, uma conferência da OMT, que é considerada um marco nas mudanças de direção do turismo; em 1981, é estabelecido em Bancoc, na Tailândia, a Comissão Ecumênica em Turismo do Terceiro Mundo (ECTWT), que propõe apoio aos modelos de turismo alternativo desses países; em 1986 realiza-se evento internacional em Bad Boll, na Alemanha, que tinha como objetivos a construção de uma nova ordem do turismo; em 1989, na Polônia ocorre um encontro sobre perspectivas teóricas em formas alternativas de turismo e também em 1989, na Argélia, realiza-se um seminário sobre turismo alternativo da OMT, do qual surgiu a proposta de “turismo sustentável” (PIRES, 2002)

Embasado por paradigmas desses três períodos, notadamente o terceiro, os diversos campos do conhecimento produziram métodos e técnicas de análise para entender a relação da sociedade ocidental com a natureza que a envolvia. No processo histórico de construção destes métodos, não ocorreu simplesmente uma substituição de um modelo ou paradigma por outro, mas eles se complementaram em suas abordagens.

Nesse sentido, nesse início do século XXI há diversos métodos e técnicas de analisar a natureza e sua utilização humana, destacando suas potencialidades para uso e suas fragilidades. As atividades de aventura na natureza são presentemente pautadas por essas questões e que tem forte relação com esses três momentos aqui destacados. As pessoas querem se religar à natureza por características associadas ao primeiro período (a fase romântica) mas também condicionado pelo segundo – a natureza como mercadoria pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, a natureza já tornada mercadoria nunca esteve tão fetichizada, o que contribui para o aumento da visitação a áreas naturais.

Contudo, e principalmente ligado ao momento de repensar essa relação sociedade x natureza (o do desenvolvimento sustentável) é necessário estabelecer limites e possibilidades das práticas dos esportes de aventura na natureza. A palavra “**impacto**” surge fortemente nos encontros dessa temática. Trata-se, a seguir, de discutir mais detalhadamente essas ideias, como contribuição a um melhor planejamento e gestão das atividades de aventura na natureza.

11.2 Planejamento e gestão de atividades de aventura na natureza: construindo estratégias para aumentar os impactos positivos e reduzir os negativos

Nessa relação entre sociedade e natureza, e marcadamente nas práticas de aventura, o termo “**impacto**” aparece frequentemente, ora como motor de transformações severas na paisagem, e daí seu atributo negativo; ora como fator de desenvolvimento local e de experiência do visitante, daí seu caráter positivo. Surge então uma questão central: como aumentar os impactos positivos produzidos pelas atividades de aventura na natureza e como reduzir os negativos?

Posto dessa maneira, a ideia de impacto positivo está aqui mais associado com as questões de desenvolvimento local e de experiência de visitação. Tem seu foco, portanto, na comunidade local e no frequentador da área. E o impacto negativo está aqui desenvolvido no entendimento dos fluxos da natureza. Nesse sentido, seu foco é o ambiente onde estas práticas de aventura se processam.

Associa-se a ideia de impactos aos princípios da sustentabilidade. Molina (2001) discutindo os princípios da sustentabilidade afirmar que:

Os principais pontos deste modelo [sustentável] devem orientar o desenvolvimento de um acervo científico e de um instrumental tecnológico capaz de satisfazer metas econômicas e financeiras, de aumentar a eficiência dos sistemas produtivos mas, também, e no mesmo nível, daqueles relacionados ao uso sustentável dos recursos e à ampliação de valores culturais vinculados à ampliação da consciência ambiental" (MOLINA, 2001:180)

Assim, Molina (2001: 183) aponta os princípios da sustentabilidade que o turismo (e as atividades de aventura) precisa se basear. São eles: respeitar e cuidar da comunidade de seres vivos; melhorar a qualidade de vida humana; conservar a vitalidade e diversidade da Terra; reduzir ao mínimo o esgotamento de recursos não-renováveis; manter-se dentro da capacidade de sustentação do local; modificar as atitudes e práticas pessoais; facultar às comunidades o cuidado de seu próprio meio ambiente; proporcionar um quadro nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação; e forjar uma aliança mundial.

Dentro destes princípios e na abordagem dos impactos positivos, há aqueles que visam dar maiores condições às comunidades locais, envolvendo-as nos processos de tomada de decisão de implantação e desenvolvimento de atividades turísticas.

Assim, ganha força atualmente o envolvimento da comunidade local nos processos de tomada de decisão através do planejamento participativo visando a sustentabilidade das atividades ligadas ao turismo.

Contudo, esse processo ainda está em construção e está longe de ser considerado adequado. Viana (2000) estudando alguns casos brasileiros onde foram realizadas estratégias de participação comunitária aponta que os resultados não foram satisfatórios. Para este autor, normalmente essa participação tem um caráter “cosmético” e “utilitarista”. No primeiro caso, são feitas reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões; enquanto no segundo caso a participação é eficiente na coleta de dados mas, depois, raramente as populações locais são envolvidas no processo de tomada de decisões (Viana, 2000: 24).

Arnstein (2002) considera que existe uma “escada” a ser vencida na construção de uma participação cidadã. Esta escada, segundo Arnstein (op. cit), é constituída por oito degraus, ou seja, as fases de envolvimento e participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão.

Quadro 1: Oito degraus da escada da participação cidadã:

Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
Delegação de Poder	
Parceria	
Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
Consulta	
Informação	
Terapia	Não participação
Manipulação	

Fonte: Arnstein (2002: 2-3)

Segundo Arnstein (2002),

“os primeiros degraus da escada são (1) *Manipulação* e (2) *Terapia*. Esses dois degraus descrevem, níveis de “não participação” que têm sido utilizados por alguns no lugar da genuína participação. Seu objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes. Os degraus 3 e 4 avançam a níveis de concessão limitada de poder que permitem a [comunidade local] ouvir e ser ouvida: (3) *Informação* e (4) *Consulta*. Quando estes níveis são definidos pelos poderosos como o grau máximo de participação possível, existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mas nestes níveis, eles não têm o poder para assegurar que suas opiniões serão aceitas por aqueles que detêm o poder. Quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, não há “músculos”, ou seja, não há garantia de mudança do *status quo*. O degrau (5) *Pacificação* consiste simplesmente de um nível superior desta concessão limitada de poder, pois permite [à comunidade local] aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final.

Subindo a escada estão níveis de poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os cidadãos podem participar de uma (6) *Parceria* que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder. Nos degraus superiores, (7) *Delegação de poder* e (8) *Controle cidadão*, o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial.” Arnstein (2002:3).

Esta escada com oito degraus, no dizer da própria autora, constitui-se numa simplificação, mas ela ajuda a ilustrar a questão que tem passado despercebida: que existem graus bastante diferentes de participação cidadã. Conhecer esta graduação possibilita cortar os exageros

retóricos e entender tanto a crescente demanda por participação por parte das comunidades receptoras, como o leque completo de respostas confusas por parte dos empreendedores e investidores externos.

Outro aspecto importante para aumentar impactos positivos das atividades de aventura na natureza está associado à experiência da visitação. Algumas técnicas já estão consagradas para potencializar essas atividades, dentre elas a da “interpretação ambiental”. A atividade de interpretação ambiental pode se encaixar como um conteúdo específico a ser trabalhado.

A interpretação ambiental busca o contato direto com um ambiente natural que possibilite ao indivíduo uma oportunidade para desenvolver a percepção ambiental e assimilar conhecimentos. Isso visando à formação de uma consciência ecológica e cultural que contribua para o desenvolvimento de posturas e atitudes positivas diante do ambiente e da sociedade (PIRES, 2005). Essa atividade tem um foco sobre as dimensões da experiência do visitante, o que revela não estar preocupado apenas com a observação de um cenário ou objeto, mas também com a sensação e percepção de alguma coisa e do seu valor (WEARING & NEIL, 2001).

Para Wearling e Neil (2001) a interpretação deve orientar-se de acordo com o estado cognitivo e emocional do visitante, visando ampliar a consciência, intensificar o entendimento e com isso poder expandir a perspectiva e atitude de cada visitante.

Os estudos de Neiman (2007) no Vale do Ribeira (SP) indicam que o contato com a natureza parece ser um forte motivador para a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente. Práticas de interpretação ambiental que possibilitem esse contato constituem-se em atividades de alta relevância na transformação dos conhecimentos, valores e atitudes em direção a um comportamento pró-ambiental.

A interpretação ambiental baseada na experiência proporciona ao indivíduo a vivência na natureza e compreende um conjunto de elementos que vão da experiência interpretadas e representadas de forma particular individual ou grupal, expressas por sensações, pensamentos e sentimentos variados.

Os princípios da interpretação ambiental nascem a partir da obra de Freeman Tilden, dramaturgo e filósofo, que desempenhou seu trabalho no *National Park Service*, nos Estados Unidos. Para Tilden (2007:33) a interpretação ambiental, pode ser definida da seguinte maneira:

Uma atividade educativa que aspira a revelar significações e relação pelo uso de objetos originais, pela experiência de primeira mão, e por meios de comunicação ilustrativa, antes que comunicar simplesmente a informação efetiva.

Tilden (2007) aponta seis princípios básicos, como fundamentais para se desenvolver qualquer programa de interpretação ambiental:

- Qualquer interpretação que não faça, de algum modo, relação com o que está sendo mostrado ou descrito com alguma coisa íntima da personalidade ou experiência do visitante, será estéril.
- Informação, como tal, não é interpretação, mas sim é a revelação baseada no uso de informação. Mas são coisas totalmente diferentes. Entretanto, toda interpretação inclui informação;
- Interpretação é uma arte, as quais se combinam muitas artes, quer seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico. Muitas artes estão entre muitos meios educativos;
- O objetivo fundamental da interpretação não é a instrução, mas a aprovação, despertando curiosidade, dando mais ênfase no que parece insignificante;
- Interpretação deve visar apresentar uma informação em sua totalidade ao invés de uma parte isolada e deve ser apresentada para a pessoa como um todo, mais do que apenas duas facetas;
- O discurso interpretativo para crianças (abaixo de 12 anos) não deve ser uma diluição da apresentação para um adulto. Mas deve

adotar uma fundamental diferença. Isso requer uma separação do programa para diferentes públicos.

Assim, considerando essas informações, a fim de potencializar os impactos positivos causados pelas atividades de aventura na natureza, devem-se considerar os anseios e necessidades das comunidades locais onde as atividades de aventura se darão. As estratégias de planejamento participativo envolvendo a comunidade pode ser uma ferramenta adequada para busca dessas estratégias. Ao mesmo tempo, para a melhoria da experiência de visitação, deve-se pensar na implantação de técnicas de interpretação ambiental no roteiro de atividades oferecido aos praticantes de esportes de aventura.

Por outro lado,   necessário pensar no ambiente onde estas atividades serão desenvolvidas. E, assim, verificar como podem ser reduzidos os problemas na natureza quando da realização das atividades de aventura.

Já há uma considerável quantidade de técnicas que avaliam impactos negativos na natureza, desde a precursora "capacidade de carga" até outras que procuram relacionar a experiência da visitação com a proteção dos recursos. Nós nos ateremos aqui a duas dessas técnicas (o LAC e o VIM) que se complementam e que podem ser implantados por profissionais da área de lazer e educação física, sem grandes conhecimentos ligados à dinâmica ambiental.

Segundo Takahasi (1997), o sistema de planejamento Limite Aceitável de Câmbio (LAC) foi pensado a fim de atender as necessidades dos visitantes e, ao mesmo tempo, garantir a conservação da qualidade natural da  rea. Esta técnica foi desenvolvida em resposta à necessidade de melhorar o manejo dos impactos causados pelos visitantes em unidades de conservação. Para tanto, ela dá especial atenção às condições existentes e as aceitáveis para determinada área e como atingir estas condições. Este sistema é uma reformulação do modelo de capacidade de carga recreativa, que fracassou, principalmente por estimular nos administradores das unidades de conservação a preocupação: Quanto de visitantes é demais?

Ainda segundo Takahasi (1997), no LAC, há a aceitação de que o uso traz impacto, mas que é preciso trabalhar com o objetivo de reduzi-los ao máximo por ações acertadas de manejo, não devendo ser considerado uma ferramenta adicional no manejo e sim um processo que reestrutura todo o trabalho existente.

O LAC se preocupa com:

- As condições desejadas
- Quanto de mudança pode ser tolerado em diferentes partes
- O efeito do uso sendo secundária a questão da “quantidade de uso”
- Constante monitoramento do processo

Para implementar tais condições, o LAC recorreu a técnicas auxiliares, como o VIM (Visitor Impact management²⁹). Esta técnica, proposta por Graeffe et al (1990), trabalha com o estabelecimento do uso de indicadores (que apontam se estão ocorrendo mudanças na paisagem) e o seu constante monitoramento. Graeffe et al (1990) indicam que a etapa de estabelecimento de indicadores é a mais importante e a qual necessita de apoio de especialistas da área. Estes autores sugerem alguns possíveis indicadores que podem nortear os trabalhos. O quadro 2, a seguir traz uma lista desses possíveis indicadores.

29 Ou manejo do impacto da visitação.

Quadro2: lista de possíveis indicadores

Impactos Físicos	
Densidade do solo	Erosão visível
Compactação do solo	Drenagem do solo
PH do solo	Química do solo
Quantidade de serapilheira e camada orgânica superficial	Produtividade do solo
Profundidade de serapilheira e camada orgânica	Área de solo nu
Área sem vegetação	Número de fogueiras
Área total de camping	Número de trilhas "sociais"
Tamanho das áreas das fogueiras	
Impactos Sociais	
Fauna do solo e micro flora	Sucesso na reprodução da fauna silvestre
% perda de cobertura vegetal	Densidade de cobertura do solo
Diversidade de espécies de plantas	Composição de sp. de plantas
Altura das plantas	Proporção de sp. exóticas
Extensão de vegetação doente	Vigor das sp. selecionadas
No de plântulas	Extensão dos danos às árvores
Abundância de sp. silvestres selecionadas	Diversidade de fauna silvestres
Presença/Ausência de fauna silvestre selecionada	
Frequência de observação de fauna silvestre	
Impactos Sociais	
Número de encontros com outros indivíduos por dia	
Número de encontros por tipo de atividade	
Número de encontros por meio de transporte	
Número de encontros por tamanho de grupo	
Número de encontros com outros grupos por dia	
Percepção do visitante sobre lotação	
Número de encontros por local de encontro	
Nº de reclamações dos visitantes	
Percepção do visitante sobre o impacto no ambiente	
Quantidade de lixo na área	
Satisfação do visitante	
Relatos de visitantes sobre comportamentos indesejáveis de outros visitantes	

Fonte: Graeffe et all (1990)

Uma vez estabelecido os indicadores mais adequados, passa-se a uma fase de capacitação dos envolvidos nas atividades de aventura: monitores, operadores, agências e demais atores. Essa capacitação deve ser estabelecida para que todos os envolvidos tenham amplo entendimento sobre a técnica, do porque os indicadores foram estabelecidos e, principalmente,

Quadro 3: Processo de Planejamento do VIM – Visitor Impact Management.
Abordagem Básica - processo sistemático para identificação de problemas, suas causas e estratégias efetivas de manejo para redução dos impactos da visitação.

Passos do Processo

1. Pré- Avaliação e Revisão de Informações

Revisão da direção política e legislações, pesquisas prévias e registros de área.

Produto: *Resumo da situação existente.*



2. Revisão dos Objetivos de Manejo

Revisão dos objetivos existentes para sua compatibilidade com o marco legal e direções políticas. Especificar objetivos da experiência da visitação e do manejo do recurso.

Produto: Clarear a declaração dos objetivos específicos da área.



3. Seleção dos Indicadores de Impacto

Identificar variáveis sociais e ecológicas mensuráveis. Selecionar para exame aquelas mais pertinentes para os objetivos de manejo da área.

Produto: Lista de indicadores e unidades de medida (Ex. % perda de vegetação).



4. Seleção dos Padrões para os Indicadores Chaves de Impacto

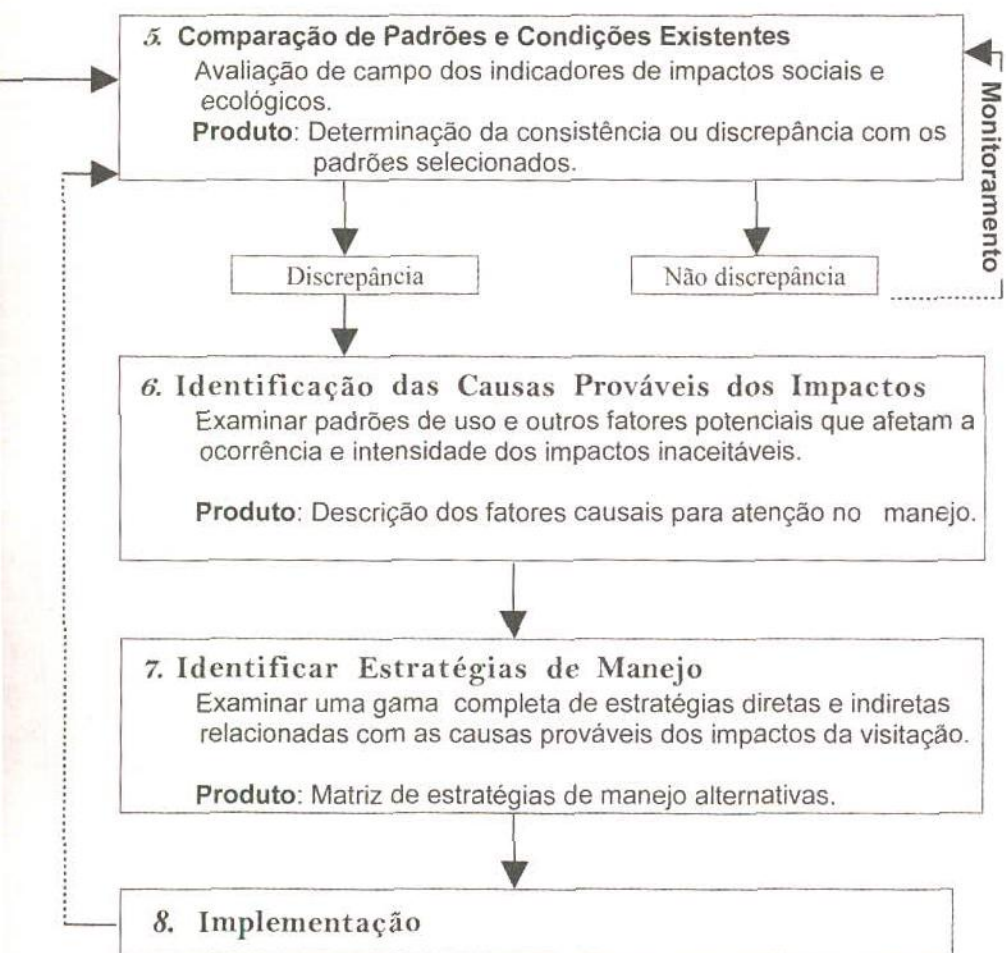
Redeclaração dos objetivos de manejo em termos de condições desejáveis para indicadores de impacto selecionados.

Produto: Declarações quantitativas das condições desejadas (Ex. Não mais do que 30% de perda de vegetação em um sítio específico).

de como deve ser realizado o monitoramento destes indicadores. Com isso, espera-se que possíveis mudanças na paisagem natural do ambiente no qual as atividades de aventura estão sendo desenvolvidas seja rapidamente identificadas e ações para seu manejo sejam propostas com urgência.

O quadro 3 a seguir, ilustra as etapas de estabelecimento de indicadores e monitoramento da técnica "VIM".

Condições para Utilização - integração com outros planos de trabalho ou instrumentos de manejo para problemas de impacto localizado.



Fonte: Freixedas-Vieira et alii (2000).

Considerando essas informações os profissionais que operam atividades de aventura na natureza podem reduzir impactos negativos e propor ações de manejo quando surgirem problemas. A combinação do LAC com o VIM, como aqui proposto, oferece um roteiro de fácil entendimento e aplicação para estes profissionais.

Referências

- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – **PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002
- BRESSAN, Delmar. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996, 111p.
- CORBIN, Alain. **O território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental, tradução Paulo Neves, São Paulo: Cia das Letras, 1989, 385p.
- DUARTE, Lílian C. B. Política externa e meio ambiente, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, 73p.
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**; tradução de Marise Manoel. Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, 210p.
- FREIXÊDAS-VIEIRA, Maria Valéria; Passold, Ana Julia.; Magro, Tereza Cristina. **Impactos do Uso Público**: um guia de campo para utilização do método VIM. Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Campo Grande, 2000.
- GRAEFE, A. R., F.R. Kuss, and J.J. Vaske. "Visitor Impact Management: The Planning Framework" Washington, DC: **National Parks and Conservation Association**, 1990, 105p, (Vol. 2).

- MOLINA E., Sergio. Turismo e ecologia. Tradução de Josely Baptista, Bauru (SP): Edusc, 2001, 222p.
- NEIMAN, Zysman. **A Educação Ambiental Através do Contato com a Natureza**. 2007.239 f.. Tese (Doutorado em psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PIRES, P. S.. Entendendo o ecoturismo. *In*: TRIGO, L. G. G. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo. Roca, 2005
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Ed. Senac, 2002, 270 p.
- TAKAHASHI, Leide Yassuco. Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes. *In*: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 1997, Curitiba. **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba: Instituto Ambiental do Parana (IAP) / UNILIVRE/ Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, v. 1. pp. 445-464.
- THOMAS, Keith. **Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo : Companhia das Letras, 1988, 454 p.
- TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. 40 ed. Carolina do Norte, USA: The University of North Carolina Press, 2007. 212'p.
- VIANA, Virgílio M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. *In*: Diegues, A. C. & Viana, V. (orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo de Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub-USP, 2000 pp. 23-28.

WEARING, Stephen & Neil, J. *Ecoturismo: potencialidades, possibilidades e impacto*. São Paulo: Aleph, 2001.

12 AS ATIVIDADES DE AVENTURA NO CONTEXTO URBANO: CENÁRIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Ricci Uvinha

Se as “atividades de aventura” atraíam pouca atenção da comunidade acadêmica mundial até a década de 1990 no Brasil, hoje pode-se encontrar uma série de publicações em áreas como Ciências Sociais, Educação Física, Educação, Psicologia, Medicina, Turismo, entre outras, que denotam um extraordinário potencial transversal do tema. A partir disso, no mundo todo se concretizam diversas publicações atuais de forma crescente, tendo como cerne da discussão um pujante segmento desvelado em forma de artigos em periódicos indexados, comunicações em eventos temáticos, trabalhos de conclusão de curso na graduação, monografias de especialização, dissertações de mestrado ou até mesmo teses de doutoramento.

Em estudos anteriores, teve-se a oportunidade de investigar o segmento “aventura” propondo um entendimento da sua relação com o fenômeno do consumo (UVINHA, 1996), sua relação com a cultura e signos presentes numa identidade do grupo de jovens (UVINHA, 1997), a busca do significado da aventura nos ditos “esportes radicais” (UVINHA, 2001), sua utilização como ferramenta pedagógica na Educação Física escolar (UVINHA, 2004) ou ainda sua aproximação com o turismo enquanto um segmento (UVINHA, 2000; UVINHA, 2005-a; UVINHA, 2005-b, UVINHA, 2009-a; UVINHA, 2009-b).

Elementos associados à prática de atividades de aventura na sociedade contemporânea devem ser discutidos quando na análise dos equipamentos de lazer. Considerando que esses se propõem a serem específicos ao desenvolvimento de atividades de lazer, questões podem ser identificadas sobre sua efetividade de utilização, sua legitimidade perante a população local, seu real papel como elemento associado ao lazer ativo, entre outros.

A “aventura” atinge uma evidente faceta de mercadorização, uma *commodity* a ser comercializada com o mais alto grau de eficiência, processo próximo ao que Rojek (2006) convencionou chamar de “comodificação das atividades de lazer”.

Dias e Alves Júnior (2007) enfatizam tal caráter de mercantilização nas atividades de aventura, traduzindo-se na crescente oferta de produtos especializados para uma prática acompanhada de galopante veiculação temática nos aparelhos mediáticos e na indústria do entretenimento.

Segundo Parrinello (2001), a comodificação das atividades de aventura associa-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do setor. O autor menciona as “ultratecnologias”, que influenciam sobremaneira não somente como a aventura é praticada – como por exemplo em ambientes virtuais – mas também numa verdadeira revolução na confecção da indústria têxtil presente nas roupas, sapatos e demais artefatos disponíveis. A comodificação da aventura apresenta-se assim como um fato na e da sociedade atual, atraindo o interesse do mercado global pelo segmento e veiculando-o em forma de produto, de vivência, a ser operada por um atento *trade* especializado.

A sonhada experiência de visualizar presencialmente o cume do Monte Everest, por exemplo, pode ser realizada sem a necessidade de preparação física e mental para escalar o ponto mais alto do mundo. Desde Kathmandú no Nepal se dispõe de voos regulares em aeronaves cuidadosamente equipadas (figura 1) para que os turistas visualizem por alguns minutos boa parte da cadeia montanhosa dos *Himalaias* (figura 2):

Figura 1 e 2: Companhia aérea credenciada e voo panorâmico nos *Himalaias* no Nepal



Avião da
Buddah Air

Monte
Everest



Fonte: Créditos do autor

Igualmente se verifica a comodificação das atividades de aventura presente nas mais diversas situações no cenário urbano, atrelada aos seus espaços e equipamentos. O desafio aqui identificado na conferência de encerramento do Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura – CBAA é o de trazer elementos para a discussão de cenários e potencialidades para o desenvolvimento das atividades de aventura no ambiente urbano, seja em exemplos nacionais como internacionais.

No cenário nacional, serão ressaltadas práticas como o *skate*, a *bike*, o *roller*, o *parkour* que assumem real significado no contexto urbano e denotam um grande desafio para os gestores no sentido de identificação dos equipamentos de lazer nas cidades que permita o uso criativo do espaço. Como bem observa o autor português José Machado Pais na clássica obra “Culturas Juvenis”, “[...] os lugares físicos são pelos jovens transformados em espaços sociais através da produção de estruturas particulares de significados” (PAIS, 1993, p.96).

Em 2002, uma pesquisa realizada pelo DataFolha identificou 2,7 milhões de praticantes de *skate* no país, sendo que 6% dos domicílios brasileiros possuíam ao menos um praticante da modalidade (CBSK, 2007). Como complemento, a Prefeitura da cidade de São Paulo realizou outra pesquisa que ressaltava ser o *skate* a segunda atividade esportiva mais praticada na cidade, perdendo apenas para o futebol. Tais fatos ajudaram a justificar a importância destinada ao *skate* em cenários urbanos de grandes metrópoles como a de São Paulo, com sua presença certa no calendário esportivo da cidade, como no evento Sampa Skate 2007 (SÃO PAULO, 2007).

Recentemente, uma atividade associada aos esportes de aventura/radicais pelo seu componente de vertigem e proximidade com o risco vem se destacando no cenário das cidades. Surgido na década de 1990 na França, o *Parkour* (também conhecido como *Le Parkour*) é uma modalidade em que os praticantes – conhecidos como *traceurs* e *traceuse* – aprendem técnicas como subir muros, pular obstáculos, ascender ou descender de locais altos, usando o próprio corpo de maneira rápida e fluente. Os obstáculos encontrados no meio urbano (escadas, muros, postes, rampas, entre outros) passam assim a ser utilizados como ambiente de prática da modalidade, reunindo grupo de praticantes que compartilham de uma cultura corporal peculiar (ABPK, 2007).

Equipamentos de lazer dos mais diversos portes vêm sendo construídos com o intuito de reunir praticantes de atividades de aventura no cenário urbano. Em alguns deles se verifica uma notória tradição de prática de atividades de aventura em que se identifica em seu bojo um contexto de reivindicação histórica para sua constituição. Entende-se que tal assertiva relaciona-se à antiga Pista de *Skate* da cidade de São Bernardo do Campo, hoje identificada como *Parque da Juventude* ou *Parque de Esportes Radicais*.

Inaugurado em agosto de 2007, no Parque *Cidade-Escola da Juventude Città Di Marostica* (também conhecido como *Parque da Juventude*) se propõe reunir, num único espaço, pistas com dimensões profissionais de *skate*, *roller* e *bike*, nas modalidades *vertical* e *street*, além de paredes de escalada e plataformas de rapel e tirolesa. A estimativa de atendimento do parque é de 15 mil pessoas/dia, nos seus 22 mil m² de área em que também se oferece pista de caminhada, playground, praça de alongamento, área para realização de eventos, praça de alimentação, salas de apoio, ambulatório, segurança 24 horas, monitoramento com câmeras, som ambiente e adaptações para recebimento de pessoas com deficiência física (PARQUE..., 2008).

Ainda de acordo com a referida fonte, os dados apontam para a pista de *skate* no *Parque da Juventude* como a maior da América Latina e a terceira do mundo, com 5,4 mil m² contando com rampas, obstáculos, simuladores de rua, corrimãos e *mini half*. Nesse sentido, um expressivo complexo pode ser visualizado em que as atividades de aventura assumem papel central no mencionado equipamento (figura 3):

Figura 3: Parque da Juventude em São Bernardo do Campo, SP



Fonte: Adaptado de Parque... (2008)

A localização do *Parque da Juventude* remete à tradicional pista de *skate* de São Bernardo do Campo que fora palco de inúmeros festivais temáticos às atividades de aventura. Em 1997, teve-se a oportunidade de apresentar um estudo acadêmico em que se objetivava identificar as atividades de aventura em sua íntima relação aos valores associados à juventude e ao lazer, utilizando como *locus* de pesquisa o ABC Paulista³⁰. Nesse, destacou-se que a pista de São Bernardo do Campo, criada em 1981, compartilhava seu uso para os praticantes de *skate*, *bike* e *roller* e possuía uma localização privilegiada no centro da cidade, ficando conhecida mundialmente por revelar talentos. Por outro lado, já se mostrava notória a carência de uma gestão administrativa efetiva na pista, onde prevalecia a falta de segurança e a desatualização de seus equipamentos (UVINHA, 1997).

Desse modo, a realização do V CBAA na cidade pode levar a uma interessante reflexão sobre a presença das atividades de aventura associadas ao cenário urbano de São Bernardo do Campo, resgatando a história de equipamentos tão expressivos como a antiga pista de *skate* da cidade e procurando entender o papel do atual complexo temático na contemporaneidade.

Na perspectiva internacional de desenvolvimento dos esportes de aventura em ambientes urbanos, entende-se que um fato significativo é a organização/realização dos *I World Leisure Games - I Jogos Mundiais de Lazer*. O evento ocorrerá na cidade de ChunCheon, Coreia do Sul, nos meses de agosto e setembro de 2010 e trarão, pela primeira vez, várias modalidades associadas às atividades de aventura reunidas sob o tema central “Melhoria da qualidade de vida através de experiências de lazer”.

Os I Jogos Mundiais de Lazer ocorrerão de forma concomitante com o maior congresso acadêmico nos estudos do lazer, o *World Leisure Congress - Congresso Mundial de Lazer*, que chega na sua 11ª edição depois de ter passado por Lake Louise, Canadá (1988), Sydney, Austrália (1991), Jaipur, Índia (1993), Cardiff, Reino Unido (1996), São Paulo, Brasil

30 Compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(1998), Bilbao, Espanha (2000), Kuala Lumpur, Malásia (2002), Brisbane, Austrália (2004), Hangzhou, China (2006) e Québec, Canadá (2008). Tanto o *I World Leisure Games* como o *11th World Leisure Congress* são endossados pela *World Leisure Organization* – Organização Mundial de Lazer, sociedade científica fundada em 1952 com status de órgão consultivo da *United Nations* – Organização das Nações Unidas e contam com o apoio de diversas entidades locais dos setores público e privado.

Segundo dados oficiais do evento (WORLD..., 2010), a expectativa é a de reunir mais de 13000 pessoas provenientes de 50 países, participantes em diversas competições e festivais em modalidades na sua maior parte formada por esportes de aventura, como descritas no quadro a seguir:

Quadro 1: Modalidades de Esporte de Aventura de categoria internacional no *I World Leisure Games*

Torneio	Modalidade(s)	Expectativa de demanda
<i>International B3 Action Sports Championships</i>	- <i>Aggressive Inline skating</i> - <i>Skateboarding</i> - <i>BMX</i>	300 participantes de 16 países
<i>IFSC Sports Climbing World Cup</i>	- <i>Sport climbing</i>	260 participantes de 30 países
<i>WSSA World Inline Slalom Competition</i>	- <i>Inline slalom</i>	290 participantes de 20 países
<i>World Inline Cup</i>	- <i>Inline skating</i>	5000 participantes de 25 países
<i>IWWF Water Ski World Cup</i>	- <i>Water skiing</i>	80 participantes de 24 países
<i>IWWF Wakeboard World Cup</i>	- <i>Wakeboarding</i>	50 participantes de 24 países
<i>International Paragliding Games</i>	- <i>Paragliding</i>	150 participantes de 10 países

Fonte: Adaptado de World...(2010)

Para sediar o evento, um complexo empreendimento vem sendo construído há mais de 5 anos na cidade, o *ChunCheon Songam Sports Town*, no intuito de abrigar as mencionadas modalidades.

Apesar de reconhecer a importância de um empreendimento como esse no desenvolvimento das modalidades de esportes de aventura no mundo, questiona-se até que ponto tal equipamento resultará num importante legado para o cenário urbano da cidade de ChunCheon? Este de fato será utilizado em sua plenitude na realidade cotidiana, em especial ao que concerne as atividades de lazer, ou se transformará em mais um equipamento ocioso, sem identidade com a população local?

Elementos como esse serão ressaltados na Conferência de Encerramento do V CBAA, em que se vê uma excelente oportunidade de debater as mais diversas atividades de aventura no contexto urbano e seu real papel associado ao cotidiano das populações, consolidando-o como o maior evento acadêmico temático do país.

Referências

ABPK. Associação Brasileira de Parkour. Disponível em: <[http:// www.abpk.com.br](http://www.abpk.com.br)>. Acesso em: 29 abr.2007.

CBSK. Confederação Brasileira de Skate. Dados do esporte. Disponível em: <<http://www.cbsk.com.br/asp/dados.htm>>. Acesso em: 24/02/2007.

DIAS, C. A. G. ; ALVES JUNIOR, E. de D. **Entre o Mar e a Montanha**: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro. Niterói, RJ: EdUFF, 2007.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

- PARQUE da Juventude atrai 442.501 pessoas neste semestre em São Bernardo. Prefeitura de São Bernardo do Campo. 2008. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2010.
- PARRINELLO, G. L. The technological body in tourism research and praxis. **International Sociology**, London, UK: Sage Publications, v. 16, n. 2, jun. 2001, p. 205-219.
- ROJEK, C. Commodification, globalization and leisure: how harmful leisure forms are re-positioned in the global marketplace. In: JACKSON, E. L. (Ed.) **Leisure and the Quality of Life: impacts on social, economic and cultural development – Hangzhou Consensus**. Hangzhou, China: Zhejiang University Press, 2006. p. 138-145.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Esportes. Sampa Skate 2007 promete muita adrenalina. Portal do Município de São Paulo. Disponível em: <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/esportes>>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- UVINHA, R. R. Corpo-imagem jovem e o fenômeno do consumo. **Revista Movimento**. Porto Alegre: UFRGS, a. 3, n. 4, 1996.
- UVINHA, R. R. Lazer na adolescência: uma análise sobre os skatistas do ABC paulista. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, UNICAMP, 1997.
- UVINHA, R. R. Adventure Tourism: an environmental ecological dimension in Brazil. In: **World Leisure Congress**, 6., 2000, Bilbao. Proceedings... Bilbao, Spain: WLRA, 2000.

- UVINHA, R. R. **Juventude, Lazer e Esportes Radicais**. São Paulo: Manole, 2001.
- UVINHA, R. R. Esportes radicais nas aulas de Educação Física do ensino fundamental. In: MOREIRA, E. C. (Org.) **Educação Física Escolar: desafios e propostas**. Jundiaí: Fontoura, 2004. p: 99-111.
- UVINHA, R. R. Esportes radicais e turismo: análise conceitual. In: TRIGO, L. G. G. (Ed.). **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005-a, p.: 437-447.
- UVINHA, R. R. Tendências para o turismo de aventura no cenário nacional. In: _____. (Org.). **Turismo de Aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005-b, p.: 269-300.
- UVINHA, R. R. Viagens de aventura: o turismo e os esportes radicais. In: DIAS, C.; ALVES JUNIOR, E. (Org.) **Em Busca da Aventura: múltiplos olhares sobre o esporte, o lazer e a natureza**. Niterói, RJ: EdUFF, 2009-a. p. 73-82.
- UVINHA, R.R. Turismo de aventura: elementos para uma abordagem acadêmica e profissional. In: MARINHO, A.; UVINHA, R.R. (Org.) **Lazer, Esporte, Turismo e Aventura: a natureza em foco**. Campinas, SP: Alínea, 2009-b. p. 245-264.
- WORLD Leisure Congress and Leisure Games. ChunCheon 2010. ChunCheon, Korea: WLO, 2010. Disponível em: <<http://www.worldleisure2010.org/>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

13 CONEXÕES ENTRE LAZER, ESPORTE E NATUREZA

Alcyane Marinho

Novas possibilidades de lazer surgem, a cada dia, como frutos da racionalização do tempo e da configuração atual do trabalho; mas, também, como ressonâncias da criatividade e da necessidade vital de mudança inerente aos seres humanos. Dentre essas possibilidades de lazer, é possível notar, especialmente, uma significativa demanda no que se refere a atividades em contato com a natureza, conduzindo-nos a inúmeros questionamentos quanto ao significado de tais práticas, bem como suas inúmeras repercussões na vida humana.

Essas atividades requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, despertando novas sensibilidades, em diferentes níveis. As intensas manifestações corporais, aí vividas, permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos como parte desse meio (MARINHO, 2001).

Bruhns (1997) salienta que a experimentação dessas novas emoções e sensibilidades poderá conduzir os seres humanos a diferentes formas de percepção e de comunicação com o meio em que vivem. Tal consideração salienta a necessidade de compreensão sobre os diferentes significados que a relação dos seres humanos junto à natureza tem assumido.

Nessa perspectiva, a partir do “diálogo” com alguns autores de diferentes áreas do conhecimento (ressaltando, com isso, a necessidade da interdisciplinaridade para a discussão empreendida), os quais têm se dedicado de maneira direta ou indireta à temática eleita, e a partir de algumas reflexões advindas de observações das práticas de grupos esportivos diversos, este texto tem como objetivo levantar questionamentos e pistas, na tentativa de melhor compreender o movimento esportivo e de lazer de aproximação ao ambiente natural, bem como seus elementos constitutivos e suas repercussões na sociedade em geral.

13.1 Aproximando-se da natureza

do discurso ambientalista com sotaques tecnocráticos ao jardineiro de domingo cultivando e falando com amor de seu canteiro de legumes, passando pelo descritivo poético dessa paisagem “a ver”, proposto pelo “guia turístico”, o campo da relação com a natureza é muito amplo.

Tendo noção da amplitude nos assuntos referentes à natureza, como colocado por Maffesoli (1996, p.243), é possível afirmar que, em nenhum outro momento da história humana, fez-se tão necessário refletir sobre os relacionamentos sociedade / natureza, tendo em vista, principalmente, a forte e atual aproximação humana ao meio natural no que se refere às mais variadas instâncias: econômica, social, esportiva, política, religiosa, etc.

Não é tarefa fácil entender as relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza uma vez que a problemática ambiental tem aumentado significativamente, devido ao deterioramento dos ecossistemas e do ambiente construído, afetando, em particular, a qualidade de vida humana e ameaçando a continuidade da vida global do planeta. As questões ambientais revelam o retrato de uma crise multidimensional, apontando a exaustão de um modelo de sociedade que produz, desproporcionalmente, mais dúvidas que respostas. Em contrapartida, as questões ambientais também procuram mostrar realidades, até então, aparentemente desligadas; desvelando a universalidade dos problemas socioambientais atuais e alertando a necessidade

de promoção de mudanças que garantam a continuidade e a qualidade da vida humana em longo prazo.

Viola e Leis (1995) analisaram a evolução de todo esse processo, buscando compreender questões sobre o movimento e a consciência ambientalistas, em nível brasileiro e mundial. No Brasil, os autores supracitados perceberam que o movimento - iniciado por minorias de cientistas e militantes ambientalistas, reunidos pela denúncia de agressões e da defesa dos ecossistemas - ampliou-se, conquistando novos espaços e ganhando a característica multissetorial atual. O foco de atenção expandiu-se, incluindo questões como a ecologia política, a questão demográfica, ética, a relação entre desigualdade social e degradação ambiental, as relações norte-sul e a busca efetiva de um novo modelo de desenvolvimento. Traçou-se, então, o perfil de um novo movimento portador de um projeto de mudança universalizante, capaz de articular diferentes setores sociais de agências governamentais, da universidade, de movimentos comunitários, de ongs, de empresas, etc. A identidade que marcava esses setores se fundava no interesse pelo desenvolvimento sustentável.

Como destaca Ferreira (1999, p.37), “o ambientalismo surpreendeu a todos”, ao começar mostrar intenções mais abertas de sua constituição como ator capaz de ir além das classes médias para dialogar com diferentes segmentos sociais e ao ultrapassar suas próprias ideias, anteriormente determinadas, na oposição a uma sociedade predatória e imediatista, esboçando um novo projeto de sociedade.

Por meio de sua “sociologia da ação”, Touraine (1987, 1989) foi o primeiro teórico a questionar a concepção clássica de mudança social, ressaltando o predomínio dos atores sobre os sistemas. Conforme este autor, a noção de movimento social relaciona-se a um modo específico de construção da realidade social, devendo ter como elementos integrantes a definição do próprio ator, de seu adversário e da arena - campo de disputa onde se desenvolvem os possíveis conflitos. O movimento social, então, representa, simultaneamente, um conflito social e um projeto social porque tem como metas a concretização de valores culturais e a vitória sobre um adversário.

Os estudos de Touraine (1987, 1989) proporcionaram interpretações coletivas e orientadas para a sociedade, a qual poderia ser compre-

dida em seu potencial criativo e expressivo. Tais considerações chamaram a atenção de teóricos, impactando, igualmente, lideranças nacionais, as quais reconheceram, em sua ação, importantes elementos de uma inesperada legitimidade. Assim, definir o ambientalismo como movimento social remeteria a sua potente forma de mobilização coletiva, com forças para inventar uma nova sociedade e a vida política.

Portanto, não se pode negar que o movimento ambientalista caracteriza-se por sua amplitude e diversidade, agregando várias tendências e propostas. Igualmente diversificados são os grupos que têm procurado por algum tipo de prática esportiva junto à natureza, sejam eles nativos das regiões propícias à atividade, sejam eles empresários das grandes cidades, pesquisadores, estudantes, pais acompanhando filhos, entre tantos outros tipos.

A intenção, neste texto, não é a de detalhar diferenças e semelhanças internas a cada um desses grupos. A tentativa principal é a de perceber, no movimento esportivo em si, o qual se alastra, nos mais variados locais, por todo o Brasil, aspectos mais amplos sobre a relação humana e a natureza, ora percebida como “pano de fundo” para a prática esportiva, ora sentida como parceira.

A busca por atividades esportivas em ambientes naturais e as concepções de consciência ambiental parecem ter se desenvolvido completamente independentes umas das outras ao longo da história. Os poucos pontos de convergência existentes sugeriam uma figura idealizada de indivíduos praticando suas atividades em grandes ambientes ao ar livre, em uma harmonia quase perfeita com seus arredores naturais. Entretanto, de acordo com os estudos de Vanreusel (1995), os entusiastas de atividades ao ar livre podem, justamente, ser descritos como a vanguarda do movimento ecológico: escoteiros, praticantes de caminhadas e de canoagem, os quais foram, antes de tudo, herdeiros diretos da mitologia dos primeiros caçadores, bem como de suas técnicas utilizadas. Bem antes de as atividades ao ar livre terem se tornado “esportes institucionalizados”, elas já estavam sendo perseguidas pelos interesses da ciência natural. Os primeiros escaladores alpinos, por exemplo, viam-se como pesquisadores ambientais.

Vanreusel (1995) destaca três principais movimentos que representaram o esporte atrelado à natureza. O primeiro, entre os séculos XVIII e XIX, determinado pelo aumento das ginásticas filantrópicas em locais abertos e áreas de exercício situadas em locais naturais como uma reação contra os exercícios realizados em salões fechados. O segundo movimento aparece no final do século XIX quando a busca pela aptidão física foi caracterizada pelos exercícios ao ar livre com o intuito de disciplinar o corpo. Os escoteiros e guias, os quais adotaram a vida ao ar livre como modelo educacional, são exemplos deste período. Por volta de 1960 e 1970 emerge o terceiro movimento fortemente manifestado pelo interesse na corrida. A troca do *cooper* solitário pelas maratonas de massa testemunhou, de fato, uma nova relação com o meio natural. Contudo, ainda, não existia nenhuma crítica, pelo contrário, as atividades ao ar livre floresceram em face de sua reputação como práticas altamente amigáveis em termos ambientais procuradas por amantes da natureza.

Os primeiros estudos sobre as relações entre o lazer, o esporte e o meio ambiente se referiam justamente às qualidades da natureza como um meio ambiente de esporte para todos, mas que, no entanto, poucos esforços foram feitos para discutir os possíveis problemas ecológicos relacionados aos esportes ao ar livre. Contudo, com o passar do tempo, foi exatamente a democratização dessas práticas a responsável pela origem do primeiro atrito visível entre a busca pelo lazer e pelo esporte e a proteção ambiental. Talvez fosse mais sensato afirmar que a origem de tal conflito foi a falta de um projeto de desenvolvimento adequado e não necessariamente a suposta democratização, uma vez que as atividades realizadas em contato com a natureza, no contexto atual, muitas vezes, recebem o rótulo de práticas elitistas, haja vista que nem todos têm o mesmo acesso, salientando as desigualdades sociais existentes (VANREUSEL, 1995).

O aumento profundo neste tipo de atividade esportiva e de lazer ao ar livre levou, inicialmente, a um número de conflitos em uma escala limitada e local. Mas os conflitos locais entre os esportes recreacionais e a conservação da natureza, desde então, têm se estendido para quase todas as regiões que contêm características atrativas naturais, tais como parques

e outros tipos de unidades de conservação. Conseqüentemente, o que foi antes tratado como um problema periférico tem se desenvolvido, agora, em torno de um conflito existencial com relação à busca pelos esportes ao ar livre e a aceitabilidade social dos mesmos. A utilização do ambiente natural para a busca de atividades na natureza passa, então, a ser cada vez mais criticada e questionada. É neste quadro que se pode perceber a emergência de um possível conflito entre lazer, esporte e natureza. Por um lado, a busca por atividades em contato com a natureza tem seus valores baseados na qualidade ecológica e, ao mesmo tempo, estas próprias práticas começam a contribuir para que se coloque em questionamento o conceito de qualidade ambiental e social.

A visão crescente do ambiente natural como um território para diferentes praticantes de atividades ao ar livre tem, também, conduzido a uma mudança na forma como a sociedade procura pela natureza. Conforme Vanreusel (1995), os primeiros praticantes de esportes ao ar livre defenderam uma visão idealizada da natureza como um mundo ecologicamente harmonioso. Sob a influência da crescente consciência ambiental, a natureza foi redefinida como um ambiente racional. O conhecimento e a administração do ambiente e a satisfação, da qual os seres humanos são dependentes e responsáveis pela qualidade ambiental, são centrais para esta definição racional, a qual, por sua vez, está implicitamente sustentada pelas mais diversas expedições científico-recreacionais.

O significado da natureza foi alterado como consequência do número crescente de participantes, da diversidade das atividades e da transformação gradual nos valores vinculados aos aspectos dessas atividades esportivas. Essas alterações nas representações da natureza resultam de uma mudança nos valores que sustentam a “democratização” das atividades na natureza, os quais influenciam a imagem pública geral do que constitui a natureza. Vanreusel (1995), ao chamar a atenção para a alteração da imagem desses interessados, afirma que a visão cultural deles está longe de ser a de um aliado do meio natural que vive na e com a natureza, comportando-se de acordo com princípios ecológicos (imortalizado no tipo “Bambi”). Ao contrário disso, na maioria das vezes, os entusiastas de esportes ao ar livre estão sendo vistos

como destruidores, poluidores da natureza e aventureiros que simplesmente se unem às expedições esportivas, esmagando as sutilezas e os refinamentos ecológicos (o tipo “Rambo”). Embora o autor tenha chamado a atenção para os aspectos complexos da natureza, ele se concentrou em atividades como esqui, alpinismo e iatismo e não questionou, explicitamente, o conceito do esporte propriamente dito. Vanreusel (1995) problematiza essas atividades, identificando os valores e as ações variáveis dos praticantes. Embora aparentemente, a conceituação do esporte pareça igual, os valores, as ações e as relações com a natureza, que dão base a tais atividades, mudaram com o passar do tempo. Eles passaram de algo que se pode atribuir como sendo “carinhoso” ou “amoroso” a algo “destrutivo”, “agressivo”, segundo o que é incorporado nas imagens de “Bambi” e “Rambo”.

Vale lembrar, aqui, que o oposto também pode ser verdadeiro, uma vez que existem inúmeras iniciativas muito mais voltadas a um cuidado para com a natureza; por isso, talvez, seja mais sensato afirmar que existem, atualmente, diferentes nuances entre os tipos “Bambi” e os tipos “Rambo”; afinal, nem todos destroem, mas também nem todos preservam. Esta visão contraditória dos praticantes de atividades ao ar livre é permeada por um processo de mudanças sociais e culturais, o qual tem se apoderado de tais práticas ao ar livre em diferentes níveis. O advento destes novos praticantes não tem somente levado a uma multiplicação e a uma diversificação das atividades esportivas ao ar livre, mas, também e, fundamentalmente, alterado todo o significado social das atividades esportivas na natureza. Neste mesmo contexto, portanto, o conceito de natureza tem sido socialmente redefinido. Desde então, os diferentes tipos de usuários têm dado diversos significados para a natureza, a qual deixa de ter um conceito singular, único, e passa a ter um conceito plural (MARINHO, 1999).

Neste sentido, Vanreusel (1995) acredita que este processo de mudanças sociais e culturais deveria servir como um ponto de partida para o desenvolvimento de uma abordagem socioecológica com relação à busca por atividades realizadas na natureza. Por esta razão, segundo o autor, a mudança na imagem do entusiasta de atividades ao ar livre de um amigo ecológico para um inimigo ecológico deveria ser melhor discutida. Par-

tindo, então, de uma abordagem ecologicamente sensível, o autor propõe um modelo, com base ética, para uma abordagem socioecológica capaz de implementar as discussões entre a prática das atividades na natureza e a proteção ambiental. O mais alto nível ético não deve ser mais centralizado nos seres humanos, ou na visão de que o ambiente está ali para servi-los para fins recreativos, por exemplo. Ele, agora, deveria basear-se em uma interdependência indissolúvel entre os seres humanos e seu ambiente. As pessoas não vivem e brincam no ambiente natural, mas convivem e brincam com o ambiente, do qual elas fazem parte, devendo respeitar como deveriam respeitar a si mesmas.

Não são apenas o número de praticantes e a diversidade das atividades em contato com a natureza que têm aumentado, mas, também, como citado anteriormente, pode-se perceber uma alteração nos valores relacionados a tais práticas. Vanreusel (1995) alega esta alteração a três questões básicas. A primeira relaciona-se aos valores ecológicos, focalizando principalmente as qualidades do ambiente natural, no qual o indivíduo pratica sua atividade. A segunda se refere aos valores tecnológicos ligados à importância dos equipamentos, estilos, técnicas e tipos de atividades ao ar livre. Os valores de prazer pessoal constituem-se na terceira questão, centrada especialmente no indivíduo. No entender do autor, o prazer encontrado nas atividades ao ar livre, a aventura, o divertimento, a experiência, entre outros, precedem os valores ecológicos e tecnológicos.

Embora estes valores sempre tenham existido em combinação, pode-se observar uma mudança na ênfase dos mesmos. O desenvolvimento tecnológico relativo aos equipamentos específicos dessas práticas levou a uma mudança no interesse pelo ambiente natural e pelos significados desses aparatos tecnológicos que capacitam (e até potencializam) as pessoas a se entregarem a uma aventura. Uma tecnologia, voltada única e exclusivamente para o fornecimento de equipamentos esportivos, desponta a cada dia. A tecnologia, ao se modernizar, de acordo com cada época, supri e suscita novas necessidades, sendo delineada (e delineando) traços de diferentes culturas. Portanto, a tecnologia não deve ser entendida apenas como uma lógica funcional e fria, pois é sensível aos fascínios, desejos e necessidades

culturais de grupos e sociedades. Por sua vez, os adeptos de atividades de aventura, como personagens de uma atividade cultural contemporânea, induzem ao aprimoramento tecnológico (MARINHO, 2006).

Neste contexto, parece que a natureza perdeu espaço naquela hierarquia de valores dos praticantes de atividades ao ar livre, discutida por Vanreusel (1995). Atualmente, o foco central, dessas práticas, tem se voltado à busca pelo prazer e pela satisfação pessoal, atrelados à questão tecnológica.

Além disso, nas atividades em contato com a natureza, os praticantes evidenciam o envolvimento em um processo de relacionismo, no qual a cooperação e a solidariedade são características fundadoras. As atividades em contato com a natureza, vivenciadas por grupos despreziosos, tratam-se de experiências carregadas de sensações, nas quais os praticantes colocam-se à mercê de riscos que são, a priori, fictícios. Os indivíduos entrelaçam-se nas rochas, nos botes, nos morros, confiantes em seus pares, na técnica e na segurança, possibilitadas pela tecnologia. Há uma mescla de audácia com a necessidade de rompimento com os obstáculos que possam existir, potencializado pelo sentimento de ser capaz. Todo esse processo precisa de fluidez e esta só é oportunizada quando os praticantes se permitem estar em sintonia com o parceiro e com todo o aparato tecnológico da prática (MARINHO, 2006).

Também não podem estar alheias a esta discussão: a impressionante indústria de roupas e equipamentos, a multiplicidade de revistas especializadas, a admiração do público por façanhas arriscadas e a difundida exploração da propaganda sobre os diversos temas relacionados às atividades de aventura, pois indicam claramente como tais práticas estão sendo, muitas vezes, experimentadas como uma espécie de show. Compartilhando, neste caso, com a hipótese levantada por Vanreusel (1995), este quadro parece contribuir para a reversão da imagem dos praticantes de “amigos” para “inimigos” da natureza.

Portanto, as conexões existentes entre esporte e lazer na natureza são reflexos do comportamento e da complexidade das sociedades como um todo. O mundo atual parece estar conspirando para

o surgimento de uma cultura ecológica; porém, infelizmente, não se consegue, ainda, entendê-la além de dados científicos reducionistas ou das informações superficiais e, muitas vezes, efêmeras da mídia. Neste contexto, em um esforço coletivo, esporte e lazer podem trazer contribuições significativas para o avanço de experiências significativas junto à natureza.

Nesta perspectiva, é bem vinda a ideia de Maffesoli (1998, 1996) ao ressaltar qualidades da vida cotidiana, apontando possibilidades de resistência frente ao processo de racionalização, promovendo a sociabilidade, em uma intensificação do momento, na qual o presente e as formas de vida frívolas e imaginativas proporcionam um senso de coletividade, reagindo ao individualismo. Assim, o movimento de aproximação ao ambiente natural pode ser refletido como forma coletiva, expressiva e resistente de manifestação no lazer.

Referências

- BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.
- FERREIRA, Lúcia C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas: FAPESP: NEPAM: UNICAMP. Ano II, n.5, 1999, p. 35-54.
- MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed., 1998.
- MAFFESOLI, Michel. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.
- MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas (SP): Autores Associados v.22, n.2, jan/2001, p.143-153.

- MARINHO, Alcyane. Do Bambi ao Rambo ou vice-versa? As relações humanas com a (e na) natureza. **Conexões: educação, esporte, lazer.** Campinas (SP): Faculdade de Educação Física da Unicamp, v.1, n.3, p.33-41, dez/1999.
- MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza, viagens e aventuras: novos referentes In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza.** Barueri (SP): Manole, 2006, p. 1-26.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue.** Campinas: UNICAMP, 1989.
- VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOOGAN, D. J.; VIERIA, P. F. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: UNICAMP, 1995, p.73-102.

O CBAA é um evento científico, de caráter itinerante, que tem como objetivo ser um pólo de reflexões, implementando as discussões acerca do universo das atividades de aventura, congregando múltiplos olhares sobre a temática do lazer na atualidade, gerindo e disseminando essas informações e conhecimento em todo o território nacional. Sua primeira versão (I CBAA, 2006) foi realizada em Balneário Camboriú (SC), discutindo "A aventura no Brasil". O II CBAA (2007) foi realizado na Universidade de Governador Valadares/UNIVALE (MG), norteando a temática "Atividades de Aventura e Desenvolvimento Regional". O III CBAA (2007) aconteceu na cidade de Santa Teresa (ES), sob o tema "Conquistando Novas Vias". IV CBAA desenvolveu-se em Mucugê, na Chapada Diamantina (BA) e abordou a temática "Nas trilhas do conhecimento sobre aventura". O V CBAA, em 2010, foi realizado na cidade de São Bernardo do Campo (SP) e teve como tema "Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura".

Com base no crescente interesse por atividades de aventura, a área do lazer, especialmente, vem dedicando maior atenção a estas práticas, as quais merecem o olhar mais atento e constante das mais diferentes áreas de conhecimento e diferentes formas de saber.

As atividades de aventura representam um campo vasto de atuação e pesquisa, tendo em vista que não há uma precisão sobre quais atividades podem ser designadas sob este termo, incluindo experiências em terra, água e ar. Questões sobre a formação profissional, as competências requeridas para o exercício da profissão; a segurança; a didática; entre diversas outras, são temas constantemente abordados e que merecem devida reflexão e análise.

Na tentativa de contribuir com estes debates, esta coletânea se mostra como importante referência para alunos, estudiosos, praticantes e curiosos sobre o tema.



Realização



Apoio

